

Juliana Colussi Ribeiro

**Jornalismo regional e  
construção da cidadania:  
O caso da *Folha da Região* de  
Araçatuba**

Bauru  
2005



# Índice

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1 Jornalismo, representação e construção da realidade</b>	<b>13</b>
1.1 Componentes da representação social . . . . .	14
1.2 A representação política . . . . .	20
1.3 A representação política dos meios de comunicação	25
1.4 Mídia e Política . . . . .	32
1.5 A agenda-setting e o enquadramento jornalístico .	35
<b>2 Jornalismo regional e espaço público</b>	<b>47</b>
2.1 Jornalismo público: experiências de cidadania . .	56
2.2 Jornalismo local: uma contribuição da imprensa regional portuguesa . . . . .	62
2.3 A trajetória da <i>Folha da Região</i> em Araçatuba . .	67
<b>3 Jornalismo regional e participação?</b>	<b>81</b>
3.1 A questão pública nas sociedades contemporâneas	85
3.2 Cidadania e comunicação . . . . .	97
<b>4 Análise de conteúdo</b>	<b>107</b>
4.1 Reportagens da série “Meninos e Meninas” . . .	110
Saúde . . . . .	110
Educação . . . . .	117
Trabalho infantil . . . . .	132
Violência . . . . .	140
Prostituição de menores . . . . .	142

	Interpretação das reportagens . . . . .	144
4.2	Reportagens publicadas em 1990 . . . . .	153
	Saúde . . . . .	153
	Educação . . . . .	157
	Violência . . . . .	167
	Interpretação das reportagens . . . . .	179
4.3	Comparação analítica . . . . .	183
	<b>Considerações finais</b>	<b>187</b>
	<b>Referências</b>	<b>191</b>

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, da Área de Concentração em Comunicação  
Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação  
da UNESP/Campus Bauru, como requisito à obtenção do título  
de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr.  
Maximiliano Martin Vicente.*

## Resumo

Jornalismo regional e construção do exercício da cidadania compreendem o tema central desta dissertação. Para debater essa questão, apresentam-se inicialmente reflexões teóricas sobre as teorias da notícia e os conceitos de representação social, representação política e representação política dos meios de comunicação. Destacam-se as pesquisas sobre as práticas jornalísticas regionais no jornalismo cívico e no “jornalismo de proximidade”, bem como a trajetória dos impressos de Araçatuba – nosso objeto de estudo. A discussão em torno da participação e cidadania na imprensa local complementa a fundamentação teórica necessária para a realização da análise de conteúdo de dois blocos de reportagens da *Folha da Região* sobre infância e juventude. O primeiro engloba matérias da série “Meninos e Meninas”, publicadas em 2002, e o segundo, notícias referentes ao ano de 1990.

**Palavras-chave:** jornalismo; jornalismo regional; representação política; cidadania.

## **Abstract**

Regional journalism and construction of the citizenship understand the central subject of this research. To debate this question, initially theoretical reflections are presented of the news' theories and the concepts of social representation, politics representation and politics of the medias representation. The researches of regional journalistic practical are distinguished in the civic journalism and the "proximity's journalism ", as well as the trajectory of Araçatuba's newspaper – our object of study. The debate around the participation and citizenship in the local press complements the necessary theoretical to carry out of the content's analysis of two blocks of news articles of the *Folha da Região* on infancy and youth. The first, relate news of the series "Boys and Girls", published in 2002, e the second to refer the notice of 1990.

**Key words:** journalism; regional journalism; politic representation; citizenship.





# Introdução

Os estudos sobre imprensa regional ainda são restritos no Brasil, mesmo sabendo-se da importância deste meio de comunicação nos municípios distantes do círculo de cobertura das grandes empresas de comunicação. Países, como Portugal, Espanha e EUA, estão mais adiantados no que diz respeito às pesquisas envolvendo jornais regionais.

Em função da escassez de trabalhos científicos abrangendo imprensas locais e da representação que estas têm diante de seus públicos, optou-se por pesquisar a contribuição do jornalismo regional na construção da cidadania, a partir de análises de conteúdo de reportagens da *Folha da Região* de Araçatuba – noroeste do Estado de São Paulo.

A proximidade com o público, o espaço disponibilizado para abordar questões locais e regionais e o papel de fiscalizador da coisa pública atribuem ao jornal regional relevância suficiente para ser objeto de estudo científico. Pesquisar este tema significa também esmiuçar as teorias da notícia e práticas jornalísticas, que se relacionam direta e indiretamente com os elementos de verificação presentes na reportagem e com a representação política dos meios de comunicação.

O interesse de pesquisar o tema imprensa regional e construção da cidadania parte do envolvimento com a função social do jornalismo, responsável por debater temas de interesse público local, ser “vigilante” do poder público, alertar e orientar as comunidades que constituem uma determinada região, conforme sustenta Camponez (2002) ao delegar ao jornal local um “olhar” peculiar

sobre problemas e questões relacionadas à proximidade. Além disso, verifica-se a evolução gráfica e técnica de grande parte dos jornais regionais paulistas.

Com o objetivo principal de aferir o papel da *Folha da Região* na construção da cidadania em Araçatuba e municípios da região, propõe-se a comparação analítica entre a série de reportagens “Meninos e Meninas”, publicada em 2002, e matérias veiculadas durante 1990 – ano de criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ambos blocos de reportagens tematizam problemas referentes à infância e juventude.

Entre os objetivos específicos, estão verificar: se o jornal regional representa politicamente classes trabalhadoras; se a imprensa regional aborda temas de interesse público local; e se o jornal local evoluiu técnica e graficamente nos últimos 15 anos.

Diante da discussão proposta nesta dissertação sobre jornalismo regional impresso, relacionam-se teorias da notícia, como *agenda-setting* e *framing*, os conceitos de representação social, representação política e representação política dos meios de comunicação, bem como uma reflexão sobre jornalismo e espaço público na contemporaneidade.

No primeiro capítulo “Jornalismo, representação e construção da realidade”, apresentam-se os conceitos de representação e as teorias do jornalismo – parte relevante para o embasamento teórico desta pesquisa.

Em “Jornalismo regional e espaço público” (segundo capítulo), discute-se a evolução da imprensa local, os estudos sobre as práticas jornalísticas regionais nos EUA e Portugal – incluindo os conceitos de jornalismo cívico e de jornalismo de proximidade, além de um breve histórico dos impressos em Araçatuba e da trajetória de 32 anos da *Folha da Região*.

“Jornalismo regional e participação?”, o terceiro capítulo desta dissertação, aborda elementos da apuração jornalística, alguns pontos significativos sobre público e privado, bem como a participação da comunidade na definição da agenda pública constituindo ou não um alicerce para o exercício da cidadania.

O quarto capítulo corresponde à análise de conteúdo de dois blocos de reportagens: o primeiro é composto por publicações da série “Meninos e Meninas”, de 2002, e o segundo, por matérias veiculadas em 1990. A comparação entre ambos momentos propicia argumentos suficientes para justificar os resultados constatados por este trabalho, expostos no último item – “Considerações finais”.



# Capítulo 1

## Jornalismo, representação e construção da realidade

Os fatos noticiados diariamente na imprensa são representações de uma realidade acontecida. Uma matéria jornalística traz informações e ângulos que remetem a uma realidade, mas não a reproduz na íntegra. Por isso, trabalhar com o jornalismo significa estudar a construção da realidade social, ou seja, a forma da representação de uma determinada realidade. Portanto, torna-se pertinente discorrer sobre a representação, assim como abordar dimensões envolvidas nesse conceito. A preocupação em detalhar a definição e relacioná-la com as teorias da notícia permanece em função dos diferentes enfoques de representação encontrados atualmente, que também servirão como base para a análise de conteúdo realizada nesta dissertação.

O conceito de representação política terá enfoque na nossa abordagem, uma vez que se tem o objetivo de verificar a forma como a *Folha da Região* de Araçatuba representa politicamente as classes sociais no sentido da construção da cidadania. Quer dizer, o foco principal é analisar se o meio de comunicação, no caso o jornal regional<sup>1</sup>, ao colocar determinado tema na agenda

---

<sup>1</sup> As expressões jornal (imprensa) local, jornal do interior e jornal regional estão sendo utilizadas neste trabalho como sinônimos.

exerce a função mediadora entre a população mais carente e o poder público, incentivando a cidadania.

Torna-se importante também estudar as vertentes sobre representação social devido ao processo jornalístico – responsável por publicar periodicamente representações da realidade social, incluindo representações de grupos, acontecimentos e classes trabalhadoras.

## 1.1 Componentes da representação social

A origem do termo “representação social”, conceituado por Sergi Moscovici, designa um campo de estudos psicossociológicos, que explora a relação entre indivíduo e sociedade. Nesse estudo, o autor aborda a divulgação da psicanálise na França dos anos 50, fazendo investigações em diferentes segmentos da população parisiense. Classificada como uma forma sociológica de Psicologia Social, a idéia de Moscovici partiu do pensamento de representação coletiva de Durkheim<sup>2</sup>. Moscovici atribui à Psicologia Social a responsabilidade por essa temática e que ela deve se preocupar com a ideologia e com a comunicação – há a necessidade de analisar a forma com que a realidade é retratada pelos processos de significação.

A definição de representação social serve de objeto de es-

---

<sup>2</sup> Esta teoria tem como pontos centrais a atividade do sujeito e a realidade do mundo. Segundo Durkheim, a vida coletiva e mental dos indivíduos é feita de representações. Uma vez constituídas, as representações tornam-se realidades parcialmente autônomas, com vida própria, isto é, mesmo mantendo íntimas relações com seus respectivos substratos, as representações individuais e coletivas são, até certo ponto, independentes. Tendo origem nas relações que se estabelecem entre o conjunto dos indivíduos associados, as representações coletivas são independentes e exteriores às consciências individuais, isto é, existem no conjunto e são exteriores ao particular, como fatos sociais. Assim como a vida representativa não está repartida de maneira definida entre os diversos elementos nervosos, pois ela é formada pela reunião e colaboração de vários desses elementos, o mesmo acontece com a vida coletiva, que existe no todo formado pela reunião de indivíduos. Ver FILHO (2004).

tudo mais apropriado às sociedades contemporâneas, caracterizadas por seu pluralismo econômico, político e cultural. Constitui um fenômeno que abrange também as experiências, informações e modelos transmitidos, por exemplo, pela educação e pelos meios de comunicação (PAVARINO, 2003). Isso significa que Moscovici conseguiu modernizar a ciência social, ao substituir representações coletivas por representações sociais.

Entre as considerações de Moscovici, sobressaem: uma representação é tanto uma representação de alguém, como de alguma coisa; representar significa edificar uma "doutrina" que facilite a tarefa de decifrar, predizer ou antecipar atos individuais e coletivos; e a absorção da ciência pelo senso comum não corresponde a uma vulgarização das partes de uma dada ciência, mas sim à formação de um outro tipo de conhecimento, adaptado a outras necessidades e obedecendo a outros critérios, num determinado contexto.

Para os meios de comunicação, Moscovici traz contribuições significativas “como seus processos formadores (ancoragem e objetivação), o princípio da transformação do não-familiar em familiar, os sistemas de comunicação”. (SÁ, 1998: 68-72 apud PAVARINO, 2003:9)

A ancoragem e a objetivação também tiveram influências de pesquisas mais recentes, como a do psicólogo francês Jean-Claude Abric – que na década de 70 do século passado desenvolveu a Teoria do Núcleo Central<sup>3</sup>. Na ancoragem, há a interpretação e assimilação dos elementos familiares simbólicos da representação, classificando-os e nomeando-os. A objetivação, considerada

<sup>3</sup> A essência da Teoria do Núcleo Central, desenvolvida por Jean-Claude Abric, “Consiste na elaboração de uma estrutura para a representação social formada por um núcleo central e elementos periféricos onde sua organização estrutural, e não seu conteúdo, é o diferencial entre uma representação e outra. A diferença entre os dois é que, enquanto o núcleo central, estável e resistente a mudanças, está relacionado à memória coletiva dando significação, consistência e permanência a representação, os elementos periféricos permitem a adaptação à realidade e proteção ao núcleo central.” (PAVARINO, 2003: 10)

a fase figurativa, significa a materialização do abstrato por parte do pensamento e da linguagem, “elaborando um novo conceito a partir dos registros individuais existentes”. Em relação à objetivação, Sá afirma que:

em vez de buscar pesquisá-la junto a sujeitos específicos do grupo estudado, talvez seja mais viável tentar evidenciá-la nos meios de comunicação de massa. Além de constituírem importantes fontes de formação das representações no mundo contemporâneo, é neles – na televisão em especial, que melhor se configura a tendência à concretização das idéias em imagens. (SÁ, 1998: 71 apud PAVARINO, 2003:10)

Os meios de comunicação, sendo uma das instituições de relevante ação junto à realidade, em função da produção de fragmentos do real, as notícias, contribuem para este processo. Por isso, a mídia em geral pode ser considerada participante ativa do processo de socialização.

Para Minayo (2000: 108), “as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”. Elas surgem das contradições do dia-a-dia dos grupos sociais e de suas relações com as instituições. Com isso, entende-se que as representações sociais são conceitos e explicações que têm origem na vida cotidiana, no curso de comunicações interpessoais.

Nesse sentido, Berger e Luckmann (2001) desenvolveram uma teoria sobre a construção social da realidade. Encontram-se, na sociedade, múltiplas realidades, sendo a realidade da vida cotidiana a predominante. A realidade da vida cotidiana surge objetivada, de forma ordenada mesmo antes de o agente estar em cena. É na vida cotidiana que o indivíduo atua com a finalidade de modificar sua própria realidade, tal como salientam:

A realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações [*caracterís-*



*ticas pessoais e culturais}], que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do ‘aqui e agora’ da situação face a face... A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana. (BERGER e LUCKMANN, 2001: 52)*

Com base nas idéias dos autores, podemos dizer que os meios de comunicação estão incluídos na estrutura social e contribuem para a formação de tipificações, no momento em que publicam seus produtos – notícias, publicidades, propagandas – e influenciam de alguma forma a cultura, o costume e o conhecimento. O caráter intencional da sociedade tende para determinados objetos. Os objetos diferentes, não comuns a todas as consciências, chegam ao indivíduo como diferentes esferas da realidade. Conseqüentemente, esses objetos despertam diferentes tipos de atenção. Os objetos que estão próximos, “aqui e agora”, chamam a atenção da consciência. É na vida cotidiana que o indivíduo atua com a finalidade de modificar sua própria realidade. Um exemplo: um vendedor de veículos tem conhecimento do estado dos automóveis que comercializa bem como seus valores de mercado, por exigência de seu trabalho diário. Concomitantemente, o vendedor aprecia jogar futebol – mas isso é secundário, mais distante.

Ao trabalhar com os meios de comunicação, instituições de ação junto à realidade, destaca-se a abordagem de Berger e Luckman sobre a linguagem. Definida como um sistema de sinais vocais, a linguagem origina-se na situação face a face, tem capacidade de transmitir significados que não são expressões da subjetividade e encontra sua referência na vida cotidiana. Com a capacidade de transcender as dimensões espacial, temporal e social do ‘aqui e agora’, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas de dentro da realidade da vida cotidiana e as integra numa totalidade dotada de sentido.

Em função de sua capacidade de transcendência, a linguagem constrói representações simbólicas sobre a realidade da vida. Ela pode construir símbolos abstraídos da realidade e também outros símbolos como elementos objetivamente reais. Então, a linguagem utilizada nas notícias publicadas pelos meios de comunicação pode ser considerada uma linguagem simbólica.

Como lembra Souza (1999), as notícias são definidas como “artefatos lingüísticos”, que representam aspectos da realidade resultados de um processo de construção, envolvendo fatores sociais, ideológicos, culturais e tecnológicos. Por sua mera existência, a notícia contribui para a construção social de novas realidades e novos referentes.

Ao mostrar a sistematização das teorias da notícia, Sousa afirma que a inter-relação entre a ação pessoal, a ação social e a ação cultural, incluindo o papel da história e das tecnologias, é a explicação “para que as notícias sejam como são”. Considera-se o conteúdo das notícias uma fonte de cultura, que “exerce um determinado papel na construção cultural, um processo activo e contínuo”. Para o autor, os meios de comunicação apropriam-se de elementos culturais, reenquadram-nos, revelam-nos e remetem-nos para o público alvo “após este processo de mediação, impondo assim a sua própria lógica na criação de um ecossistema simbólico”<sup>4</sup>.

Pode-se considerar, na criação de um sistema simbólico, a existência de um poder também simbólico, caracterizado por Bourdieu (1989:8) como um poder de construção da realidade que tem por objetivo estabelecer o sentido imediato do mundo social: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeito ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico constrói a realidade e estabelece uma ordem relativa ao conhecimento.

<sup>4</sup> Sousa (1999) está disponível no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html)>. (Acesso em 17/08/2002).

Bourdieu acredita que a função social do simbolismo é política, não se realizando a função de comunicação. As relações de comunicação são, para Bourdieu, relações de poder determinadas pelo poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nas relações. Os “sistemas simbólicos” atuam como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento e asseguram a dominação de uma classe sobre outra a partir de objetos de imposição da legitimação, “domesticando” os dominados. Portanto, os símbolos seriam produzidos para servir a classe dominante, como mostra o autor: “O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção que os produtores servem aos interesses dos grupos exteriores do campo de produção”.

A luta de classes fica retratada na teoria de Bourdieu como uma luta pelo domínio do poder simbólico, travada nos conflitos simbólicos cotidianos. Esta luta se dá também a partir do embate entre os especialistas da produção simbólica legítima. Os sistemas simbólicos são produzidos e apropriados pelo próprio grupo, ou por um corpo de especialistas que conduz à retirada dos instrumentos de produção simbólica dos membros do grupo.

A realidade é, em primeiro lugar, representação e depende do conhecimento e também do reconhecimento. O poder simbólico capaz de fazer crer ou até transformar visões de mundo “só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. Esse reconhecimento ocorre na condição de transformação das “diferentes espécies de capital em capital simbólico”, de forma a garantir “uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”. (BOURDIEU, 1989: 14)

Segundo Bourdieu, língua, sotaque e dialeto são objetos de representações mentais – atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento. Isso significa luta pela definição

da identidade regional ou étnica, que rompe com as noções entre representação e realidade.

Enquanto instituições sociais, os meios de comunicação exercem o poder simbólico e, por meio dele, participam do processo de socialização ao contribuir com a aquisição de cultura, informação e conhecimento. O resultado produzido pela mídia: o estabelecimento de um sentido social imediato. Dessa forma, entende-se que a notícia contribui para a construção de novas realidades. No caso da imprensa regional, esta colabora para a representação de realidades locais, da comunidade. Os novos referentes, portanto, podem estar relacionados à cultura, à sociedade e à política.

Quanto ao último aspecto, cabe-nos aqui aprofundar a representação no campo da política para se chegar à discussão sobre a representação política dos meios de comunicação. Esse tema torna-se relevante porque permite um estudo mais específico para entender o papel da imprensa regional como mediadora dentro do processo de representação política de classes sociais, sobretudo as classes trabalhadoras.

## 1.2 A representação política

Dentro da perspectiva proposta nesta dissertação, estudar-se-á a representação política em conjunto com o processo de produção de notícias, com o objetivo de aferir especificamente o papel da *Folha da Região* enquanto representante política de classes de baixa renda podendo apontar-se como importante instituição de incentivo à participação e ao exercício da cidadania na região de Araçatuba. Para tanto, esta discussão se inicia na tentativa da compreensão do conceito de representação política.

O termo representação política nos remete à democracia representativa, na qual o processo eleitoral ocupa lugar central. As relações existentes entre candidatos e eleitores, conseqüentemente, recebem destaque nesse sistema. Aborda-se essa definição em um sentido mais abrangente, relacionando-a aos meios de comunica-

ção. Por isso, em função da importância do conceito de representação política para esta dissertação, optou-se por trabalhar com várias vertentes até chegar a uma discussão sobre representação política da mídia. Vale lembrar que o termo é “carregado” pelas interpretações que o verbo “representar” tem em várias áreas, seja na literatura, nas artes cênicas ou no direito.

Um dos autores preocupados com a representação política é Campilongo (1988). Esse autor aborda as principais correntes teóricas da ciência política sobre o tema – define o que pode ser incluído ao processo representativo. Além das atitudes e expectativas dos eleitores, outros fatores influenciam na conduta dos representantes. Isso significa que a relação de representação não se esgota no processo eleitoral e também não pode se restringir ao exame da identidade entre eleitos e eleitores.

Durante sua abordagem sobre representação política, Campilongo apresenta duas correntes: a “relação interindividual”, existente entre o representante e o representado, na qual o primeiro procura atender as necessidades do segundo; e a “relação intergrupala”, correspondente ao momento em que os representantes são vistos como uma assembléia que representa a comunidade – elabora projetos e leis em nome da coletividade. A relação de representação desenvolve-se dentro de um esquema pré-concebido: introduzem-se as exigências dos cidadãos no sistema político (*input of demand*), processa-as e depois se repassa a resposta do sistema (*output*).

A eleição de representantes seria a oportunidade de comunicação das demandas. O autor acredita que grande parte dos cidadãos demonstra interesse em contribuir com as demandas políticas. Campilongo afirma que a “apatia das massas” em relação à política ocorre em função da ausência de responsabilidade dos representantes para com os representados. Esse pode ser considerado um dos motivos da redução drástica da adesão popular às instituições representativas, embora haja registros de expansão da democracia eleitoral nos últimos anos.

O primeiro ponto de identificação dessa crise de representa-

ção política é a percentagem de abstenção de votos numa eleição presidencial na maioria dos países. Campilongo cita a história da Venezuela (onde o voto não é obrigatório) como exemplo. Desde os anos 1980, o índice de abstenção nas eleições venezuelanas tem permanecido na casa dos 30%. Há relação da crise da representação política com a crise dos partidos, em função da burocratização interna, sucateamento dos serviços público, desemprego e pobreza:<sup>5</sup>

Torna-se difícil examinar a representação política exclusivamente no âmbito das relações entre eleitores e eleitos. O processo possui dimensões que ultrapassam o circuito demanda-resposta. Isso porque – externamente à estrutura decisória da representação política – há elementos que predefinem o que pode ser considerado “demanda” (Luhmann) e – internamente aos mecanismos das instituições representativas – regras que facilitam o fluxo umas e interrompem o de outras demandas. (CAMPILONGO, 1988: 26)

De acordo com a afirmação de Campilongo, entende-se que o processo decisório depende mais da economia, cultura, estrutura social e personalidades de uma sociedade do que das práticas políticas do sistema representativo. Ele acredita que esses fatores influenciam nas decisões políticas. A função da mídia, de modo geral, pode ser incluída aqui, uma vez que participa da, ou influencia a, construção da realidade econômica, política e cultural de uma sociedade. Sendo assim, os meios de comunicação têm função mediadora ao levar os problemas dos representados até os representantes e cobrar alguma posição, ou decisão, do poder público.

---

<sup>5</sup> Sobre o assunto, Miguel (2003) enfatiza que “é possível detectar uma crise do sentimento de estar representado que compromete os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores aos parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais”.

O papel da mídia torna-se ainda mais importante no sistema representativo, pois a partir do momento em que o representante assume o poder ele não tem obrigação de realizar a vontade dos eleitores. O sistema representativo, segundo Manin (1995: 8), é superior por permitir um distanciamento entre as decisões do governo e o desejo popular. O autor reforça a idéia de que os representantes não atendem a vontade do povo com um exemplo: os deputados não estão na Assembléia para atender as vontades dos representados, e sim para votarem livremente, “de acordo com o juízo que façam no momento esclarecidos por todas as luzes que a Assembléia possa lhes proporcionar”.

Embora não haja obrigatoriedade por parte do governante em seguir a vontade dos governados, a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo. Para isso, no entanto, necessita-se ter acesso à informação política e liberdade para expressar opiniões políticas. O caráter coletivo de uma manifestação caracteriza um ato político. Manin sugere que um governo pode ignorar opiniões individuais ou de pequenos grupos, no entanto, não pode fingir que não está ocorrendo uma manifestação com milhares de pessoas nas ruas.

Manin ainda coloca que o representado pode se expressar através de meios de comunicação, individualmente com cada representante ou por petições. Na maioria das vezes, não se ignora a opinião coletiva porque o governante pensa em reeleição e precisa do apoio popular. Vale lembrar que a única vontade impositiva do cidadão é o voto.

Independente da ação governamental, o povo tem condições de se manifestar. No momento em que um grupo se reúne para pressionar o governo ou uma multidão faz uma passeata nas ruas, os indivíduos estão se manifestando como “uma entidade política capaz de falar e agir”. E, nesse caso, provavelmente o fato estará incluído na agenda pública dos meios de comunicação. Ao determinar os temas que serão tornados públicos, a mídia pode ser considerada um representante político. Para se interpretar me-

lhor essa questão, tomarão-se como referência as colocações de Miguel (2003).

O conceito de representação política, complexo devido também à polissemia da palavra representação, é abordado por Miguel sob três dimensões: a primeira é a relação estabelecida entre representantes e representados no processo eleitoral, que coincide com uma das correntes apresentadas por Campilongo. Pode-se considerar a presença dos diferentes grupos na formação da agenda e no debate público (como por exemplo, os meios de comunicação) como a segunda dimensão. E, por último, está a representação política no campo da sociedade civil – do exercício ativo da cidadania. Privilegiaremos aqui os dois últimos aspectos em função da sua importância para esta pesquisa.

Delega-se ao controle sobre a agenda política a segunda face do poder (face oculta); a primeira face do poder é a tomada de decisões. À terceira face, apresentada pelo autor, cabe a capacidade de influenciar as vontades de grupos e indivíduos, de forma que eles tenham desejos contrários aos seus reais interesses, para impedir conflitos na arena pública. Os cidadãos comuns não escolhem um representante, mas sim reagem a uma oferta apresentada pelo mercado político. Nesse contexto, Miguel argumenta que os políticos dão satisfações de suas decisões mais ao partido do que propriamente ao eleitorado – o chamado fenômeno de duplo mandato. É mais um motivo que justifica a importância da função dos meios de comunicação enquanto “vigilantes” das decisões governamentais. Está incluído no papel da mídia publicar os fatos e discuti-lo com seu público. Salienta-se, de forma pertinente, que a relação entre representantes e representados depende também dos assuntos tematizados pela mídia.

Ao apresentar as três dimensões da representação política, o autor destaca que o conceito torna-se complexo por não se adequar aos modelos ideais das correntes teóricas. Dentro da primeira definição do conceito, encontram-se duas correntes: “representação descritiva” e “visão formalista”. Miguel explica basicamente a diferença entre as vertentes: a primeira corresponde à



formação de um microcosmo da sociedade representada, que reproduz suas características principais; já a segunda vertente “ênfatiza a relação entre representante e representado destacando ou a autorização que os cidadãos dão para que alguns ajam em seu lugar ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos”.<sup>6</sup>

Conforme Miguel, as visões da representação política, no senso comum, tanto na ciência política quanto no direito, estão centradas no voto e na primeira dimensão do exercício do poder: trata-se do processo de escolha de delegados para que tomem as decisões em nosso nome. A função da representação política significa, além de participar de processos de tomada de decisão em nome de outros, também contribuir para a formulação da agenda pública. No caso da imprensa regional, a função política local assume papel relevante ao lançar temas que podem ser selecionados durante o processo jornalístico e expostos à discussão da comunidade, bem como à participação dos cidadãos no debate dos problemas ou na solução dos mesmos.

As outras duas dimensões apresentadas na teoria de Miguel permitem fazer a ligação entre representação política e a mídia, no sentido de que o papel representativo desempenhado pelos meios de comunicação existe diariamente com a publicação de notícias. Maximizar essa problemática contribuirá para entender teoricamente como se pode classificar o jornal regional como representante político das comunidades mais carentes.

### **1.3 A representação política dos meios de comunicação**

Os meios de comunicação colocam-se como controladores, de certa forma, dos temas incluídos na agenda pública, onde acontecem os debates políticos. No momento em que os grupos de inte-

---

<sup>6</sup> Na ciência política, a prestação de contas por parte dos representantes é designada pelo termo inglês *accountability*.

resse ou os representantes pretendem inserir um tema na agenda, precisam recorrer à mídia. Nesse sentido, estudar-se-á a representação política da mídia. Um exemplo utilizado por Miguel ilustra bem a relação entre representantes e agenda. Os projetos de parlamentares normalmente estão ligados aos temas abordados pelos meios de comunicação com o objetivo de alcançar maior visibilidade – o parlamentar mostra-se mais atuante e tem maior possibilidade de receber destaque da mídia. Pode-se considerar que nem sempre os parlamentares aceitam a imposição da agenda midiática e procuram modificá-la.

Tanto a inclusão ou exclusão de temas da agenda quanto a hierarquização dos mesmos nos meios de comunicação são disputados por vários grupos de interesse. No entanto, os meios de comunicação ocupam a posição central e determinam os assuntos que serão publicados. A imprensa, a televisão, o rádio e a internet formulam as preocupações públicas, por isso os grupos que desejam incluir alguma questão na agenda precisam sensibilizá-los, como reforça Miguel:

A mídia é, de longe, o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o papel de reunir e difundir as informações consideradas realmente relevantes. Todos os outros ficam reduzidos a consumidores da informação. Não é difícil perceber que a pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, deve ser em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. (MIGUEL, 2003:132)

Vale ressaltar que os meios de comunicação exercem uma função representativa na sociedade através do jornalismo, uma vez que a mídia publica diariamente o que é o mundo com a produção de notícias. Mesmo que existam outras fontes de informação, Miguel afirma que elas são secundárias, pois “os meios de comunicação detêm o quase-monopólio da difusão de informações, de

discursos e de representações simbólicas do mundo social”. O debate público não se limita ao parlamento, como defendem os teóricos da democracia deliberativa, e deve alcançar a sociedade como um todo.

Em sociedades populosas e complexas, essa dimensão da representação política torna-se necessária, pois sem ela a participação na formação da agenda e do debate público seria inviável. Necessita-se também que os meios de comunicação representem, de maneira adequada, as diferentes posições presentes na sociedade, incluindo assim o pluralismo político e social.

O que seria, na prática diária do jornalismo, trabalhar com o pluralismo político e social? Pode-se começar pelas pautas das reportagens, que normalmente incluem assuntos em várias editoriais: cidades, política, economia, cultura, infantil, turismo, entre outras. Dentro das editoriais, abordam-se temas de interesse público envolvendo informações institucionais, empresariais, de organizações, trabalhadores, desempregados, estudantes etc. Os espaços destinados para cada categoria são proporcionais aos assuntos colocados na agenda. E, a partir do momento em que encontramos várias vozes publicadas num produto jornalístico, tem-se o pluralismo político e social.

Para classificar os meios de comunicação como uma esfera de representação política, Miguel explica a necessidade de vê-los como espaço privilegiado de disseminação de diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade. Quando a mídia apresenta a opinião de vários agrupamentos políticos, permitindo que o cidadão tenha acesso a informações e argumentos diversificados para a formação de sua própria opinião política, pode-se considerar a existência de bom funcionamento das instituições representativas.

O resultado da representação política, e social, da mídia depende de alguns fatores, como os interesses dos proprietários dos veículos de comunicação, dos grandes anunciantes e da posição dos profissionais. Apesar desse aspecto ser bastante questionado na imprensa regional, a *Folha da Região* especificamente mantém

uma política editorial na qual a redação tem total autonomia para selecionar os temas publicados. Com relação a essa discussão, o editor chefe do jornal, Wilson Marini, afirma que “a direção, por meio da diretora-administrativa, orienta a opinião editorial, que é a opinião do jornal, mas a execução cabe à redação”. Vale lembrar que o conceito de empresa jornalística passou por alterações significativas nos últimos 30 anos, o que conseqüentemente acarretou em algumas mudanças na prática jornalística.

Além disso, há também a adesão inconsciente por parte dos jornalistas a uma visão de mundo específica, que hierarquiza temas, valores e enfoques, como acreditam Berger e Luckman ao pesquisar sobre o inconsciente individual. Em relação às diferentes formas de participação no debate público, Miguel salienta: “Cumprir observar que a desigualdade do acesso à discussão pública não é efeito apenas do controle da mídia, mas também da deslegitimação da expressão dos dominados no campo político”.

A idéia de que uma boa representação política é a representação de preferências formuladas autonomamente, ou seja, sem autoritarismo, está relacionada à última dimensão da representação política definida por Miguel referente ao campo da sociedade civil - do exercício ativo da cidadania. Para existir essa representação, necessita-se a presença de esferas públicas concorrentes (espaços em que os grupos possam definir seus interesses). Depois, representam-se os interesses do grupo nos fóruns políticos gerais. Tem-se a sociedade civil como base para a prática da cidadania, por isso não há possibilidade de uma representação política mais adequada sem a presença da sociedade civil desenvolvida e plural.

Costa (1997) destaca dois aspectos referentes à esfera pública nas sociedades contemporâneas. O primeiro caracteriza-se pela centralidade dos meios de comunicação, isto é, corresponde à disputa pelo controle dos recursos simbólicos disponíveis na esfera pública, uma vez que os resultados positivos surgem da eficácia na manipulação dos recursos, que podem influenciar desejos de consumo, político ou cultural. Já o segundo atende outras instâncias

da esfera pública, como organizações de sociedade civil e espaços de comunicação interpessoal e se diferencia por relativizar a ação manipuladora da mídia.

Nesse contexto, classifica-se a esfera pública<sup>7</sup> como um sistema de comunicação especializado na reunião (*input*), processamento (*throughput*) e na transmissão de temas e opiniões (*output*). A opinião pública se diferencia da opinião da população porque corresponde à opinião dominante entre aqueles que têm voz ativa na esfera pública; já a opinião da população é aquela que circula entre o público. Costa explica que hoje se produz a esfera pública primeiramente por estratégias políticas persuasivas e de imagens e, em segundo plano, por estratégias políticas verbais e argumentativas: “Entende-se que a qualidade do espetáculo produzido pelos *media* torna-se critério norteador fundamental das preferências populares, o que faz da política, simulacro e ‘comércio de imagens’”. (COSTA, 1997: 122)

O fato de os meios de comunicação criarem uma realidade social despolitizada ou estimularem técnicas de pesquisa de opinião pública acaba por esvaziar a política representativa, concentrada em suas bases. Isso significa que existe a substituição do papel do cidadão pelo papel do consumidor, pois é o consumidor quem boicota ou organiza protestos, como se observa na seguinte afirmação:

Persistem, para além do espaço público transformado em mercado, um leque diversificado de estruturas comunicativas, e uma gama correspondente de processos sociais (de recepção e reelaboração das mensagens recebidas e de interpenetração entre os diferentes micro-campos da esfera pública), cuja existência confere, precisamente, consistência, ressonância e sentido ao espetáculo, ancorando-o, novamente, no cotidiano dos atores. (COSTA, 1997:124)

---

<sup>7</sup> O termo esfera pública será discutido de forma mais abrangente no terceiro capítulo desta dissertação.

A mercantilização da comunicação, conforme o autor, não destruiu as interfaces entre a sociedade civil e o Estado. Ao mesmo tempo em que há expansão da mídia comercial, ocorre também a criação de novas formas críticas de comunicação, como movimentos sociais, microespaços alternativos e fusão de microculturas. As fontes da legitimação política são a conseqüência do processo de formação de opinião pública realizado pelos meios de comunicação. Ou seja, a realidade construída por um jornal diário contribui para formar a opinião pública e pode resultar na legitimação e manutenção da estrutura política em vigor. No caso do jornal regional, por estar próximo das problemáticas de sua comunidade, pode exercer atividades no sentido de investigar as irregularidades políticas e administrativas locais, bem como inibi-las.

As pesquisas mais atuais que relacionam a transformação da mídia e da esfera pública, de acordo com Costa, referem-se à segunda como simulacro e campo da disputa pelas atenções públicas, além de ser alvo dos manipuladores da esfera política e econômica. Mesmo assim, o autor afirma que a mídia não perde suas principais funções, como “a difusão de um jornalismo investigativo que faz da mídia ator importante da construção e vitalização do espaço público” e também não se descaracteriza em relação à “heterogeneidade dos conteúdos difundidos pelos meios de comunicação, assegurada pela relativa independência dos “produtores simbólicos” ocupados na mídia”. (COSTA, 1997:132)

Quanto à mídia, com mais ênfase para a televisão, Lima trabalha o CR-P (Conceito de Representação da Política), que identifica as formas de construção pública de significações da política na sociedade contemporânea. Aborda o conceito perante duas hipóteses: a primeira está diretamente ligada ao processo político; e a segunda, relacionada com os processos eleitorais, de âmbito nacional ou internacional:

São elas: (1<sup>o</sup>) o CR-P dominante, embora não prescreva os conteúdos da prática política, demarca

os limites dentro dos quais as idéias e os conflitos políticos se desenrolam e são resolvidos, podendo neutralizar, modificar ou incorporar iniciativas opostas ou alternativas; e (2º) um candidato em eleições nacionais e majoritárias, dificilmente vencerá as eleições se não ajustar a sua imagem pública ao CR-P dominante. A alternativa é a construção de um CR-P contra-hegemônico ou alternativo.<sup>8</sup> (LIMA, 1996: 254)

Podemos observar que Lima designa parte do poder político à função da televisão, que transmite imagens de realidades construídas de maneira determinada. Um político de reconhecimento nacional dificilmente obterá êxito numa campanha eleitoral caso descuidasse de sua imagem e seu discurso na mídia. Outro ponto de importante destaque é o alcance de público de uma rede de televisão, como a Rede Globo. As reportagens, os comentários e os “editoriais” veiculados chegam à casa de um grande número de pessoas – eleitores que fazem uma escolha de candidato no dia da eleição.

Lima (2001: 182) aprimora o conceito de representação, que pode se referir à existência de uma realidade externa (uma realidade refletida) e à constituição desta mesma realidade. Para ele, representação significa representar a realidade e também constitui-la. Lima explica que as significações relativas aos gêneros, à violência, às etnias e à modernidade, por exemplo, constroem-se publicamente pelos cenários de representação.

O paradigma sobre a representação política dos meios de comunicação norteia esta pesquisa, na medida em que aborda o papel da mídia no debate público, ou seja, a contribuição especificamente do jornalismo regional na arena pública ao controlar os temas da agenda. Para melhor compreensão da discussão entre

---

<sup>8</sup> Este estudo de CR-P é muito utilizado para a realização de análise de caso de notícias televisivas, principalmente quando o tema é política.

jornalismo e debate público, verificar-se-á no item seguinte a relação da mídia com o exercício da política.

## 1.4 Mídia e Política

Considerando que a imprensa, a televisão, o rádio e a internet são difusores de visões de mundo e de projetos políticos, podem ser apontados como instrumentos de representação. Por isso, vale ressaltar a relação direta entre mídia e política na produção do jornalismo. Para Miguel (2003a), as publicações da mídia são a representação das vozes da sociedade. No entanto, a consequência é que “os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social” – o que interfere no exercício da democracia.

O autor menciona a exclusão política como forma de silêncio. Segundo ele, esse silêncio representa a falta de voz “na disputa pelas representações do mundo social, que se trava nos meios de comunicação”. E o problema agrava-se porque a democracia tende a desconsiderar a importância da função da mídia: “As teorias hegemônicas da democracia trabalham com a idéia de que os interesses já estão dados, o problema constituindo na maneira de agregá-los. Essa perspectiva reduz a importância da comunicação política”.<sup>9</sup>

Tanto os interesses quanto as preferências individuais definem-se por meio da luta política, que vai construir certas identidades coletivas em detrimento de outras, universalizar projetos e visões de futuro. “A democratização da esfera política implica, portanto, tornar mais equânime o acesso aos meios de difusão das representações do mundo social.” (MIGUEL, 2003)

A proposta apresentada por Miguel mostra a necessidade dos meios de comunicação abrirem espaço à diversidade de vozes existente na sociedade, a fim de que o público participe do de-

<sup>9</sup> O texto “Os meios de comunicação e a prática política” de Luís Felipe Miguel está disponível em **Lua Nova – revista de cultura e política**, n. 55, no endereço <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 04 de junho de 2003.



bate político. Além disso, os grupos sociais têm de encontrar a possibilidade de formular suas próprias necessidades e seus interesses.

Com base no conceito de campo definido por Bourdieu, Miguel compreende a interação entre mídia e política, “duas esferas que se guiam por lógicas diferentes, mas que interferem uma na outra”. A influência dos meios de comunicação ocorre durante a definição da agenda. Isso significa que a mídia é capaz de formular preocupações públicas, como mostra o autor:

Cumpra observar que a mídia não se limita à definição de agenda, no sentido de apresentação “neutra” de um elenco de assuntos, como por vezes transparece nos trabalhos pioneiros sobre o tema. Assim, a idéia de definição de agenda será complementada pela noção de “enquadramento” (*framing*), adaptada da obra de Erving Goffman: a mídia fornece os esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos; na verdade, privilegia alguns destes esquemas, em detrimento de outros. Há, porém, uma dificuldade para operacionalizar o conceito: como trabalhar com o que não está posto, isto é, com os enquadramentos alternativos? Como ver aquilo a que não se dá visibilidade? Como perceber o que a mídia não mostrou, se é a mídia que nos mostra o mundo? (MIGUEL, 2003)

O controle sobre a agenda é a estrutura da centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo. Até os enquadramentos alternativos são englobados pelos agentes políticos, que promovem “pseudo-eventos” para atrair a mídia com o objetivo de serem notícia no dia seguinte.

Quanto ao papel dos meios de comunicação sobre a produção do capital político e a definição de agenda, Miguel afirma que não anula de forma alguma a força das instituições políticas na fixação de um campo político legítimo. “Salvo em situações excepci-

onais, a mídia não questiona os limites dados do que é a política”. As notícias publicadas, principalmente em jornais, baseiam-se em instituições.

Deixam-se de lado questões e problemáticas importantes em função da delimitação do campo político. Miguel exemplifica temas, como o direito ao aborto, a proteção ao meio-ambiente e a busca por maior autonomia no local de trabalho, que não recebem o destaque necessário, mesmo que exista atenção pública para o assunto. Questões como as citadas são importantes para a população e a vontade política, no entanto, não existe para que a discussão seja ampliada nos meios de comunicação. Os movimentos populares permanecem nas margens da vida política e espera-se que aceitem sua posição subalterna; quando extrapolam suas preocupações específicas, admitidas como legítimas, sempre surgem vozes para denunciar sua “politização” espúria.

Enquanto marginalizam-se os movimentos sociais da vida política, o jornalismo atenta em fazer grandes coberturas ou mesmo o acompanhamento da agenda diária do presidente da República. A cobertura torna-se rotineira e os jornalistas não questionam a estrutura montada pelos agentes políticos, bem como não discutem as decisões dos governantes. Para Miguel, “o que se observa é que, por mais alto que seja o grau em que sua influência se faça perceber, a mídia se submete, como que naturalmente, às definições básicas do campo político”. (MIGUEL, 2003)

Segundo o autor, os meios de comunicação não são canais neutros e, ao mesmo tempo, também não podem ser considerados perturbadores da atividade política. Decretar que a política “se curvou” à mídia é tão estéril quanto negar a influência desta sobre a primeira.

As posições que cada agente político pretende alcançar dependem de certa forma do volume de capital político, pois quanto menor for o volume maior é a dependência em relação à mídia. A necessidade de ser notícia e aparecer na mídia torna-se cada vez maior quando se tem como objetivo conquistar elevadas posições de poder. O campo econômico também influencia a polí-

tica e vice-versa. Isso ocorre com frequência com os meios de comunicação que não têm autonomia – e financiam campanhas eleitorais e *lobby* empresarial. Mediante pagamento de informe publicitário, grande parte dos jornais e revistas publica artigos, faz “reportagens encomendadas” ou destaca determinado fato.

A seleção dos temas no processo jornalístico entrelaça concomitantemente com grande parte das teorias apresentadas nesta dissertação. Os critérios para inclusão ou exclusão de um determinado fato na agenda pública precisam de uma abordagem amplificada para entender como também isso ocorre na imprensa regional. Portanto, procuraremos verificar a seguir a hipótese do agendamento e o *framing* jornalístico.

## **1.5 A agenda-setting e o enquadramento jornalístico**

Reconhecida como uma das principais correntes contemporâneas da pesquisa em jornalismo, a hipótese da agenda, ou *agenda-setting*, foi criada pelos norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw no final dos anos 60. Como o próprio nome diz, trata-se de uma hipótese: um sistema aberto, um modo inacabado. Hohlfeldt (2001:189) acredita que “uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica”.

Para trabalhar com o agendamento de temas realizado diariamente pelos meios de comunicação, vale abordar primeiramente dois pressupostos da hipótese. Um deles é a influência que o conteúdo das informações publicadas periodicamente na imprensa “exerce” sobre o receptor. Isso deve ser compreendido como um resultado de médio a longo prazo – diferente de como afirmavam os estudiosos da teoria hipodérmica ou da bala mágica, que acreditavam no efeito imediato, de curto prazo. O segundo pressuposto diz respeito à avalanche de informações que recebemos

da mídia, que gera o fluxo contínuo de informações – chamado de efeito enciclopédia por McCombs.

Os temas incluídos pela mídia na agenda influenciam, a médio e longo prazo, o público sobre o que pensar e falar. Com relação a esse efeito, Hohlfeldt comenta:

Dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por inclui-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.” (HOHLFELDT, 2001:191)

Quando um jornal aborda, por exemplo, problemas sociais que estão momentaneamente “esquecidos” – ou marginalizados – pode despertar, dentro de um período de alguns meses, uma discussão mais ampla sobre o assunto ou até reivindicações de determinados grupos de interesse. Além disso, releva-se o papel dos meios de comunicação nas sociedades atuais porque são mediadores, uma vez que não podemos ser testemunhas oculares de todos os fatos.

Nesse sentido, torna-se interessante destacar que a agenda do público também pode influenciar a agenda da mídia, a partir do momento em que há interação do público com a redação ou produção de um meio de comunicação. Não é possível precisar até que ponto a formação da agenda influencia-se pela agenda do público, já que esse fator depende dos graus de percepção do receptor e da relevância dos temas abordados.<sup>10</sup> Na *Folha da Região*, as comunidades regionais recebem atenção no momento da formulação da pauta. Além do Conselho de Leitores que sugere temas e

---

<sup>10</sup> Existem três tipos de agenda do público, segundo Wolf: a agenda intrapessoal – que corresponde aos interesses individuais; a agenda interpessoal diz respeito aos temas que o indivíduo discute com outros; e “clima de opinião pública” que é relativo à importância que o indivíduo pensa que os outros atribuem ao tema. Esse terceiro tipo refere-se à percepção que o indivíduo tem do estado de opinião pública.

aponta necessidade de melhorias no periódico, os receptores têm a opção de opinar e participar por meio de correio eletrônico, cartas ou telefonemas. A seção *Disque Folha*, por exemplo, pauta-se para solucionar problemas públicos (ruas esburacadas, falta de energia, abusos em contas, falta de vagas em escolas públicas etc) denunciados por leitores.

Com relação a essa discussão, Wolf (1987) defende que o público pode se manifestar e não aceitar todos os temas propostos pela mídia e relevar suas preferências. Um exemplo do autor explica a idéia: num estudo sobre as eleições dinamarquesas de 1971, as pessoas apontam a preferência por assuntos como política de habitação ou do ambiente, mesmo que as questões tivessem sido pouco abordadas pela campanha radio-televisiva. Nesse sentido, entende-se que as atitudes dos destinatários parecem agir no sentido de integrar a agenda subjetiva que é proposta pelos *mass media*.

Segundo Wolf, os meios de comunicação propiciam novas condições de experiência e atuam no sentido de fornecer os temas de discussão na sociedade e as categorias para pensar esses temas, as referências para o enquadramento. O autor complementa a questão dizendo que os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo que é necessário ter uma opinião e discutir. Quer dizer, então, que grande parte da realidade social compreendida pelos indivíduos é fornecida pelos meios de comunicação.

A *agenda-setting* discute dois aspectos sobre os receptores: a “ordem do dia” dos temas e a hierarquia de importância e prioridade dos temas. No sentido de colocar determinados assuntos na agenda, os meios impressos têm capacidade de mostrar a diferente importância dos problemas abordados, além de ter características produtivas que permitem uma eficácia cognitiva mais duradoura por parte do leitor. A hipótese da agenda acredita que a mídia é eficaz “na construção da imagem da realidade que o sujeito vem

estruturando”.<sup>11</sup> O grande consumo da informação escrita significa maior efeito de *agenda-setting*. O efeito direto, conforme Wolf, está associado ao consumo dos jornais locais.

Diferentemente da notícia televisiva, a informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível. Normalmente, a televisão tende a minimizar a importância e o significado da informação transmitida. Isso significa que os meios de comunicação – emissoras de televisão, jornais, rádios – têm diferente capacidade para estabelecer os assuntos publicamente relevantes. A omissão ou a não-cobertura de determinados eventos ou temas, bem como a cobertura destacada ou minimizada de um fato, são mecanismos do agendamento.

Vale ressaltar a importância da centralidade para a hipótese, uma vez que “reduz” o efeito da *agenda-setting*. Um tema valorizado por um jornal, acontecimento merecedor de destaque em primeira página, tem praticamente todas as probabilidades de o ser também na agenda do receptor. No entanto, um assunto menos valorizado pela imprensa pode ser situado pelo leitor em “zonas de maior centralidade, um dos fatores que limita o efeito da agenda”.

Parte integrante da *agenda-setting*, a tematização caracteriza-se como um procedimento informativo representando uma modalidade particular, conceito apresentado por Niklas Luhmann, em 1978. A tematização fornece efeitos de agenda articulados – um elo entre critério de relevância dos meios de comunicação e limiar de evidência dos temas. Portanto, de acordo com a definição de Wolf, “tematizar um problema significa, de fato, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe o relevo adequado, salientar a sua centralidade e o seu significado em relação ao fluxo de informação não-tematizada”.<sup>12</sup> O caráter público do tema é o

<sup>11</sup> Neste caso, a palavra imagem é usada por Wolf com o sentido de conjunto de informação que o indivíduo acumulou.

<sup>12</sup> Pode ser considerado um tema uma série de acontecimentos que podem ser convergidos à denúncia de um problema com significado público.

que provoca a tematização de um fato, isto é, há a necessidade deste ter relevância político-social.

À imprensa escrita cabe a função de informação tematizada – aquela que amplia a notícia e contextualiza os fatos. Ou seja, a informação é inserida num contexto político, econômico e social, ao invés de ser apenas um fragmento do real.

Sousa (1999) opõe-se à idéia de que a tematização é parte da *agenda-setting*. Para o autor, “a teoria da tematização é uma teoria significativamente próxima à teoria do *agenda-setting*, embora entre as duas existam algumas diferenças”. Apontam-se três fatores como as principais diferenças: a fundamentação teórica divergente; a contextualização do processo de inscrição de temas na agenda pública é mais abrangente na tematização; e vinculação às transformações tecnológicas e políticas.

Diante da tematização, Sousa acredita que os meios de comunicação têm função mediadora: “a tematização corresponde, assim, a um processo que se realiza na relação estabelecida entre o sistema político e a opinião pública, através da mediação dos mass media”. Nesse caso, o poder dos meios de comunicação de agendar temas torna-se reduzido. O processo de seleção das notícias, para Wolf, depende menos dos critérios individuais de um único selecionador (*gatekeeper*) do que de valores profissionais e organizacionais.

A tematização define uma seleção de acontecimentos com base em critérios, que favorecem a atenção do público para os assuntos selecionados. Denominados de critérios de valores-notícia ou de noticiabilidade, foram elaborados por pesquisadores da hipótese de *newsmaking* – que estudam a sociologia da profissão de jornalista e a produção midiática. A noticiabilidade está relacionada aos valores-notícia (*news value*), conjunto de elementos através dos quais avaliam-se os acontecimentos pelos meios de comunicação e seus profissionais em sua potencialidade de produção de resultados e novos eventos, se transformados em notícia. Existem cinco categorias de valores-notícia, definidas por Wolf:

1. Categoria substantiva – inclui a importância e o interesse

pelo fato. O grau de importância para a publicação destas notícias é: se há personalidades famosas; impacto sobre a nação e interesse nacional; quantidade de pessoas envolvidas; fatos que terão desdobramentos. Quanto ao interesse: capacidade de entretenimento; interesse humano e composição equilibrada de um noticiário.

2. Categoria relativa à notícia – corresponde à disponibilidade de materiais e características específicas do produto informativo: brevidade; condição de desvio da informação (a notícia ruim torna-se mais interessante do que um fato comum); atualidade; atualidade interna (relacionada ao interesse da empresa jornalística e se utiliza mais em reportagens investigativas); e qualidade do produto.
3. Categoria relativa aos meios de comunicação – tem a ver com a quantidade de tempo ou de espaço destinado à veiculação da notícia: bom material x texto verbal; frequência daquela cobertura, como o acesso à fonte; e formato prévio que deve atender a narrativa jornalística, com sua introdução, desenvolvimento e conclusão, com possibilidade de desdobramentos.
4. Categoria relativa ao público – diz respeito à imagem que o profissional ou o meio de comunicação possuem de seus receptores e o modo que se preocupam em atendê-lo: estrutura narrativa deve ter clareza; e protetividade (evita-se noticiar fatos que podem trazer traumas ou pânico).
5. Categoria relativa à concorrência – as empresas buscam descobrir antecipadamente as pautas do concorrente: furo; geração de expectativas recíprocas; e estabelecimento de padrões profissionais.

De acordo com os critérios de noticiabilidade, verifica-se que os meios de comunicação privilegiam ou menosprezam determinados temas conforme as categorias de valores-notícia que consi-



deram de maior relevância – processo quase “imperceptível” para os espectadores. Wolf confirma a idéia, dizendo que nos meios de comunicação podem existir diversos modos de provocar o efeito de *agenda-setting* por omissão, “mas todos, em certa medida, incorrem nele e com certeza também o sistema informativo no seu conjunto”.

Se a mídia contribui para a construção social da realidade, como acreditam Berger e Luckmann, a omissão, a preferência pela cobertura de determinados acontecimentos e a abordagem marginalizada de temas fazem parte deste todo. Dito de outro modo, esse aspectos posteriores à *agenda-setting*, inerentes aos meios de comunicação, influenciam na construção da realidade apresentada diariamente pelos noticiários.

Como instituições sociais, a imprensa, o rádio, a televisão e a internet apresentam periodicamente, por meio da mediação simbólica, novos referentes e novas realidades à sociedade. A importância atribuída pelo leitor a um fato específico vai ao encontro da ênfase dada pelos meios de comunicação aos acontecimentos tornados públicos. Isso quer dizer que a mídia exerce o poder de como se devem pensar os temas incluídos na agenda pública. Ao abordar o paradigma do enquadramento (*framing*), Porto (2002: 3) sustenta que:

Os pesquisadores [*proponentes da teoria da agenda-setting*] passaram então a examinar como a cobertura da mídia afeta tanto "sobre o que" o público pensa (o primeiro nível de agendamento) e também "como" o público pensa sobre estes temas (o segundo nível de enquadramento).

Nas pesquisas em comunicação, Porto (2002) considera que a primeira aplicação mais importante sobre enquadramento é da socióloga Gaye Tuchman, de 1978, na qual afirma que “as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade”. Para o autor, Gitlin (1980: 7) aponta de forma clara e sistemática o que é enquadramento midiático – responsável por organizar

o mundo para os jornalistas e também para o público das notícias. Podem-se considerar enquadramentos “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”.

Entman (1993) afirma que o conceito de *framing* apresenta o caminho de poder do texto comunicativo. O autor traz aspectos relevantes ao definir enquadramentos da mídia:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou uma recomendação de tratamento para o tema descrito. (ENTMAN, 1993: 52 – tradução da autora)

Dentro das notícias, os enquadramentos midiáticos, segundo Entman, apresentam algumas funções, como definição dos problemas no momento que determina custos e benefícios mensurados pelos valores culturais, diagnóstico de causas ao fazer julgamentos morais e, por último, sugestão de soluções para as questões apontadas. Isso significa que os *framings* estão subordinados a determinadas ideologias, ao contrário dos critérios de noticiabilidade que muitas vezes são involuntários dentro do processo de produção jornalística.

Os enquadramentos são responsáveis por realçar algumas informações em detrimento de outras, de forma a salientar um aspecto da notícia e omitir outros. “Isso significa fazer parte da informação mais noticiável, significativa, ou memorável para a audiência.” (ENTMAN, 1993: 53 – tradução da autora)

Os *framings* têm a capacidade de orientar a opinião do receptor e “disfarçar” a intenção do enquadramento proposto pelo jornalista. Pode-se considerar o dimensionamento (ampliação ou

redução de elementos da realidade retratada) a essência do enquadramento. Por meio da repetição, focalização e associações reforçadoras, palavras e imagens do enquadramento tornam uma interpretação básica mais discernível que outras. (ENTMAN, 1991)

Pode-se entender que os enquadramentos destacam algumas idéias dentro de um tema abordado pela mídia, enquanto que tornam outras, praticamente inexistentes. Uma característica intrínseca do texto jornalístico, o enquadramento estimula determinados pensamentos e interpretações sobre fatos para desenvolver compreensões particulares. Os enquadramentos, de modo geral, constroem-se a partir de símbolos, palavras-chaves, valores morais, conceitos, metáforas, imagens presentes na narrativa jornalística. E, por isso, classificam-se como retórica de representação da mídia por representarem realidades e direcionarem a opinião dos receptores.

Tanto Entman (1993) quanto Porto (2002) consideram o conceito de enquadramento como um paradigma aplicável em pesquisas sobre opinião pública – mais relacionadas às Ciências Sociais – e em estudos de Comunicação Social, especificamente de Jornalismo. O paradigma é freqüentemente utilizado para analisar o jornalismo informativo, mais relacionado a temas políticos.

A análise de enquadramento de palavras e imagens que surgem com freqüência no texto, ou que são omitidas, é o primeiro passo para detectar o *framing*. Para obter uma verificação mais precisa dessa negligência, sugere-se a comparação entre alguns textos noticiosos sobre o mesmo tema. Também se torna importante, durante a análise, atentar-se para os espaços (físico na imprensa e temporal na televisão e rádio) dedicados a um determinado tema. Os pesquisadores do conceito de enquadramento ressaltam que a análise quantitativa – número de linhas e colunas, tamanho e número de fotografias, na notícia impressa – auxilia na complementação da análise qualitativa – análise de conteúdo.

Porto (2002:16) distingue enquadramentos noticiosos de enquadramentos interpretativos. Os primeiros correspondem ao modo de organização da narrativa jornalística, incluindo as formas de

apresentação, seleção e ênfase – resultados de escolhas realizadas por jornalistas. “No jargão dos jornalistas, este seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros.” Os segundos determinam uma interpretação particular de temas ou eventos políticos, “incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento”. Essas interpretações são lançadas por assessores políticos, atores sociais, movimentos sociais etc. Ou seja, no caso do enquadramento interpretativo existe certa independência relativa aos jornalistas. Porto faz a seguinte recomendação:

(...) o pesquisador deve analisar não só os enquadramentos dominantes ou de grupos influentes, mas também incluir as interpretações promovidas por movimentos sociais ou de oposição, inclusive aquelas que são excluídas pela mídia. A análise deve explicitar ainda as razões que levam ao predomínio de certos enquadramentos em detrimento de outros. (Porto, 2002: 18)

No caso específico desta dissertação, no entanto, não se realizará a análise de enquadramento noticioso de reportagens sobre criança e adolescente publicadas pelo jornal *Folha da Região* de Araçatuba, na série “Meninos e Meninas”, em função dos temas estarem mais relacionados a problemas sociais propriamente dito do que à política – foco da análise de enquadramento. Conforme se explica no quarto capítulo, utilizar-se-á a análise de conteúdo como método de verificação das reportagens.

Devido à proximidade dos problemas apresentados, o jornal local cumpre melhor sua função mediadora, como registra Correia<sup>13</sup>. Quanto maior for o pluralismo político e social do jornalismo, maior será a possibilidade do exercício da cidadania e

<sup>13</sup> Essa idéia é defendida por João Carlos Correia no livro *Jornalismo e espaço público*. Covilhã-Portugal: Editora da Universidade Beira Interior, 1998.

do debate público. É esse aspecto que se pretende abordar no capítulo seguinte, objetivando apresentar um debate relativo à atividade do jornalismo local e ao espaço público. Trata-se de explorar concomitantemente as teorias consideradas relativamente novas sobre a função do jornalismo regional, como o jornalismo público desenvolvido nos EUA e suas relações com o debate de temas de interesse das comunidades locais. Também se apontarão as contribuições resultantes dessa discussão para a imprensa regional praticada em São Paulo.



## Capítulo 2

# Jornalismo regional e espaço público

1

A imprensa local ainda é, muitas vezes, vista com maus olhos por profissionais da área de comunicação e também por pesquisadores acadêmicos que enfocam seus estudos na mídia. Destaca-se, no entanto, o mérito desse tipo de empresa jornalística, por sua função comunitária, pois faz parte da vida da cidade ao mostrar problemas, acontecimentos, reivindicações e outras questões locais.

Privilegiado por sua proximidade com o público e os problemas locais, o jornal regional permite a polifonia ao abrir espaço para a dona de casa reivindicar melhores infra-estruturas em seu bairro, ao mostrar a cultura dos municípios da redondeza e também ao questionar as irregularidades na administração da prefei-

---

<sup>1</sup>Para Bresser Pereira e Grau (1999), o espaço público “é a fonte das funções de crítica e controle que a sociedade exerce sobre a coisa pública”, está definido e existe na imprensa, no Parlamento, nos partidos políticos, em função da opinião política. Segundo Tétu (2002: 436), o espaço público é um espaço simbólico feito de saberes e representações, “distinto do território de difusão dos saberes e das representações que o constituem como espaço simbólico”. Há ainda outros autores que consideram o espaço público como o lugar de formação da opinião pública.

tura. No caso da *Folha da Região*, o prefeito Jorge Maluly Neto cortou relações com os jornalistas, após publicações de notícias que mostraram descaso da administração com problemas da cidade em 2002. O editor chefe do jornal, Wilson Marini, lembra que os secretários municipais foram proibidos de atender o periódico, que anunciava em suas matérias a atitude do prefeito. Percebe-se claramente que, ao denunciar temas polêmicos locais, a *Folha da Região* recebeu um “castigo”.

Independente de sua linha editorial, o periódico regional pode informar o que interessa mais de perto a seus leitores, garantindo assim um processo natural de identificação do leitor com o jornal local. Por estar próximo do cidadão, torna-se um meio facilitador de cidadania, uma vez que, ao tratar de temas diretamente relacionados com o público, permite que a população participe do desenvolvimento local: reclamar dos direitos políticos e administrativos, fiscalizando o poder público. Isso não significa colocar o jornalismo regional no pedestal, mas sim destacar o fato de que convive (de perto) com os problemas da comunidade.

O trabalho de Dornelles (2001)<sup>2</sup> mostra a existência da necessidade do leitor receber informações sobre os fatos locais, próximos à comunidade<sup>3</sup>, além de poder contar com um meio onde possa manifestar suas opiniões e reivindicações. Para conquistar esse público e sua credibilidade, os proprietários de jornais do interior do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com Dornelles, passaram a utilizar seus veículos como instrumento de luta das comunidades, através de um trabalho associativo que visa o bem comum.

Diferente dos jornais de grande circulação, o papel da im-

---

<sup>2</sup> Ver texto completo no endereço eletrônico <http://bocc.ubi.pt>, site da Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, de Portugal.

<sup>3</sup> Comunidade pode ser entendida como uma área geográfica próxima e organizada, caracterizada por afinidades de valores e ambições de uma determinada população, com a mesma tradição, costumes e interesses, além da consciência da participação em idéias e valores comuns. Sobre espaço de relação ver George (1969: 29-46).



prensa do interior é tornar público as decisões, as reivindicações e os fatos locais e regionais. “Isso leva o jornal do interior a ser a principal fonte de informação, transformando-o no melhor ponto de encontro entre quem quer vender idéias e quem quer comprar idéias. Nada substitui a visão local”, afirma Lopes<sup>4</sup>.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Marplan para a ADJORI/SP (Associação dos Jornais do Interior de São Paulo), em 1993, os resultados mostram a importância da imprensa local para os municípios do interior. A pesquisa afirmava que a distribuição média dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em 625 cidades correspondia, respectivamente, de 222 para 129, contra 3.900 exemplares de um jornal local. No período da pesquisa, registraram-se 355 municípios com jornais e 749 veículos impressos no interior paulista<sup>5</sup>.

Esses dados da pesquisa comprovam que a população local prefere ter acesso à informação próxima, ou seja, o leitor opta pela publicação de acontecimentos regionais. O número médio de jornais por município é de 2,1, em contraponto com dois diários estaduais. A existência de 749 impressos no interior de São Paulo ratifica a importância do meio de comunicação para a comunidade local.

Venceslau (2004) estima a existência de aproximadamente 500 jornais, entre diários, semanais, quinzenais e mensais, no interior paulista – quase um por município. A APJ (Associação Paulista de Jornais) atinge um público de 401.082 leitores, por meio de 15 jornais espalhados por 338 cidades<sup>6</sup>.

Acompanhando a história do jornalismo regional paulista verifica-se a relevância de sua função para a população: *O Paulista*,

---

<sup>4</sup> Essas informações estão no texto “Em busca do perfil do jornal do interior de São Paulo”, que faz parte do livro “A evolução do jornalismo em São Paulo”. É importante comentar que existem poucos estudos sobre a imprensa regional no Brasil, por isso a bibliografia é escassa e quem optar por estudar esse tipo de jornalismo ainda tem de garimpar teorias.

<sup>5</sup> A pesquisa realizada pela Marplan foi citada por Lopes.

<sup>6</sup> Informações retiradas da reportagem “O poder do interior paulista”, da Revista Imprensa, n.º 195, 2004.

de Sorocaba, aparece como o primeiro jornal do interior, fundado em 1842. O impresso surge 34 anos após o início da circulação do primeiro jornal brasileiro – *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1808. Nesse período, a tiragem dos periódicos era pequena e não chegava à maioria das cidades interioranas.

O surgimento de outros jornais, como *Revista Comercial* (Santos, 1849), *O 25 de Março* (Itu, 1849) e *A Aurora Campineira* (Campinas, 1858), coincide com o momento de desenvolvimento econômico, político e cultural das cidades do interior paulista. Como mostra Ortet (1998), esses periódicos serviam as classes dominantes, refletia paralelamente a necessidade das classes dominantes de manifestarem pontos de vista sobre cada aspecto da dinâmica do desenvolvimento local.

Entre o período que vai de 1842 até 1945, registrou-se a fundação de 1.081 jornais no interior de São Paulo. O tempo de vida dos periódicos, no entanto, era bastante curto em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela imprensa nessa época. No final da década de 1970, o interior paulista tinha apenas 538 jornais. Acredita-se, de acordo com informações da ADJORI, que 50% dos jornais estabelecidos tiveram que encerrar suas atividades.

O jornal regional ainda carrega algumas características estereotipadas no passado. Para alguns, ele ainda é conhecido como uma imprensa “artesanal” – mais opinativa que informativa, que discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denuncia e também fofoca – e com precariedades técnicas. Além disso, há a questão do comprometimento com o município, refletindo as disputas, as lideranças e tendências políticas. Esse tipo de jornalismo “olha” pelo local e o torna o centro dos problemas e discussões.

A função informativa dos jornais do interior está diretamente relacionada ao fato local. Alguns periódicos do Estado de São Paulo, como o *Diário da Região*, de São José do Rio Preto e a *Folha da Região*, de Araçatuba, surgem como exemplos de impressos diários que priorizam a informação próxima. Questionadora

dos problemas locais, a imprensa regional garante normalmente um ou mais cadernos com a publicação de informações regionais em várias editorias (cidades, esporte, política, economia e outras). Mesmo assim, não se pode esquecer a presença das notícias nacionais e internacionais. Esse tipo de informação ocupa aproximadamente um caderno.

As fofocas, intrigas políticas e o destaque para colunas sociais têm mais força nos jornais com menor alcance de público. Quanto menor o município, maior é a probabilidade de o impresso priorizar a coluna social e as fofocas, em detrimento das questões de interesse público – a necessidade da aprovação de determinado projeto na Câmara dos Vereadores ou o motivo pelo qual os servidores municipais estão com os salários atrasados, por exemplo. Não se pode generalizar e classificar todos os jornais do interior numa mesma categoria, da mesma forma que não é possível afirmar que 95% dos jornais têm páginas com impressão em cor. Portanto, torna-se importante diferenciar as funções do periódico conforme as características de sua região, incluindo as experiências culturais daquela população.

Depois de perceber, na década de 70, que os jornais estavam fechando suas portas por causa de um deficiente espírito empresarial, da imaturidade técnica e da ausência do profissionalismo, a imprensa regional transforma-se de “poesia para empresa”. Ortet destaca a evolução para reverter o quadro da época, ao afirmar:

Hoje, a imprensa do interior tem como características fundamentais o esforço pela introdução de maior velocidade, refletido na substituição rápida de tipos e linotipos por sistemas de impressão em rotativas e off-set, na introdução acelerada da informática, tecnologia que, além de aumentar a rapidez, impulsiona a melhoria da qualidade estética e gráfica dos jornais. (Ortet, 1998:125)

Juntamente com a duplicação do número de jornais diários e a triplificação da tiragem entre 1970 e 1995, percebe-se também a

melhora da qualidade técnica (gráfica) e de texto – em decorrência da contratação de jornalistas qualificados, amadurecimento editorial e introdução de tecnologias, como informática, impressão em cores e fotografia digital. Possibilitou-se a profissionalização das redações após a criação de faculdades de comunicação nas diversas regiões do Estado. Uma mudança significativa, ao longo dos últimos anos, foi a introdução de notícias nacionais e internacionais, após assinatura de contratos de prestação de serviços com agências de notícias.<sup>7</sup>

No final do século XX, as idéias de que a imprensa local é “artesanal” e depende do faturamento da prefeitura têm outras interpretações. Necessita-se encarar o jornal local como uma instituição com suas funções específicas e importantes para a comunidade. Para Ortet, o fato do periódico regional manter atrasos tecnológicos de impressão em relação aos de âmbito nacional não o torna artesanal. Mesmo porque se nota, de maneira bastante clara, a evolução dos jornais locais nos últimos 30 anos.

Quanto à dependência da prefeitura, alega-se que o órgão seria como qualquer outro cliente, que não tem direito de interferir na produção e na linha editorial do periódico. Diante de suas limitações, considera-se o jornal do interior um fiscalizador dos poderes político e administrativo. Sem a presença desse controle político e administrativo nas localidades, a preocupação com os problemas sociais e a cobrança da prestação de contas públicas seria ainda mais ínfima, se comparados aos abusos de poder.

Na prática dos diários, muitas vezes a prefeitura pode acabar influenciando as pautas, principalmente naquelas referentes aos interesses da administração. Em alguns casos, no entanto, quando o fato toma maior dimensão, o meio de comunicação publica a matéria. Cada caso precisa de uma análise específica para se identificar até que ponto ocorre a influência da prefeitura na seleção de notícias. Na *Folha da Região*, recebem-se releases oriundos da

---

<sup>7</sup> Os jornais regionais costumam publicar reportagens nacionais e internacionais que recebem de agências de notícias, como a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Agência Brasil e O Globo.

assessoria de comunicação da prefeitura, como ocorre na grande parte da imprensa, no entanto, isso não impede investigações e publicações de temas polêmicos que envolvam negativamente políticos e a administração pública.

A importância do papel fiscalizador da imprensa local vai ao encontro dos direitos do cidadão, pois é para a prefeitura que se repassam os recursos financeiros para, por exemplo, a implantação de projetos sociais e a construção de novos hospitais e escolas. Todos os orçamentos e demonstrativos de gastos públicos também estão na prefeitura. Sem o exercício do jornalismo regional, dificilmente a comunidade seria informada sobre os acontecimentos políticos e administrativos de seu município.

Ainda, assim, não é estranho encontrarmos análises que enquadrem a imprensa regional e local no âmbito da comunicação comunitária, enquanto outras as incluem dentro de um modelo massificado. Em seu estudo sobre a imprensa regional portuguesa, em que focaliza a região de Leiria, Camponez (2002) afirma que se classificam alguns jornais regionais europeus como “*media* generalistas de fraca taxa de afinidade”, isto é, que trata de temas gerais sem muito interesse do público local. O autor cita o exemplo das imprensas regionais francesas, caracterizadas por várias análises como massificadas<sup>8</sup>.

Correia (1998) defende o aprofundamento das especificidades de algumas formas de Comunicação Social, no qual o jornalismo regional seria uma delas. O autor destaca traços peculiares da imprensa regional portuguesa: pouca conexão com a publicidade; forte relacionamento entre as elites locais e os meios de comunicação; mais espaços para o artigo de opinião e para a colaboração externa; e uma ligação acentuada entre o conteúdo dos artigos e as preocupações manifestadas nos espaços de reunião dos públicos. Já na grande imprensa, verifica-se o ciclo de industrialização do

---

<sup>8</sup> O estudo do “Observatório Internacional das Tendências Sociológicas”, criado por Alain Pouzillac, por exemplo, coloca os diários regionais da França na mesma tipologia dos *news magazine*.

jornalismo que coincide com a formação de um tipo de empresas especializadas no tratamento da matéria prima informativa.<sup>9</sup>

No Brasil, observa-se entre as características do jornal regional certa ligação com os anúncios publicitários. O público leitor tem acesso a uma “arena”, onde encontra a possibilidade de enviar sua opinião e debater os assuntos em pauta. Esses pontos não são empecilho para o exercício de um jornalismo próximo com responsabilidade social, ou seja, segue a linha investigativa e inclui na pauta o interesse da comunidade.

Diante das características apresentadas sobre a imprensa regional, estabelece-se um paralelo entre um projeto regionalista e a idéia de interatividade<sup>10</sup>. A ambição interativa do leitor está diretamente relacionada à publicação de fatos ocorridos em seu cotidiano, marcados por interesses e problemas locais.

Num caso e noutro, as intenções são, sob o ponto de vista da sua idealização e concepção, semelhantes. No plano explicitamente político tornar-se-ia necessário voltar a ligar o que a representação diferira. No caso das ambições interactivas que se encontram por detrás dos *media* tratar-se-ia de fornecer mensagens que não fossem destinadas ao mero consumo dos tempos vazios, mas que dissessem respeito à "própria vida" dos públicos, entendida esta "própria vida" como a sua quotidianidade. (CORREIA, 1998: 6)

Nesse sentido, entende-se o leitor como parte interativa dos fatos. A participação do público se dá no momento da reflexão e do debate sobre os problemas locais. Ao ler, por exemplo, uma matéria abordando a necessidade de se construir uma biblioteca e

---

<sup>9</sup> Essas idéias estão presentes no artigo “Jornalismo Regional e Cidadania”, de João Carlos Correia. O artigo está disponível na Internet, no endereço da Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior: <http://bocc.ubi.pt>

<sup>10</sup> Segundo Correia, a idéia de interatividade ainda sobrevive no campo dos meios de comunicação regionais.

um teatro público, o cidadão colocará em questão o direito de a comunidade ter acesso a livros e peças teatrais.

O objetivo, para Correia, é superar a massificação e a virtualização resultantes do “gigantismo introduzido pela transformação da noção de espaço”, buscando relacionar as questões que dizem respeito à cidade ou à região com a própria vida cotidiana. A identidade regional necessita de “mecanismos de produção simbólica que contemplem o reforço do sentimento de pertença”.

Conforme Correia (1998: 7), a região acaba por se impor como um valor-notícia que se impõe nos critérios de elaboração das notícias, de seleção dos fatos e na inspiração dos editoriais. “Nesse sentido há um universo de preocupações que têm a sua vivência discursiva no campo dos media regionais e que só ganha consistência para o comum dos cidadãos nessas publicações.”

Ao abordar a questão território/conteúdo na imprensa regional, Camponez enfatiza: “quem diz imprensa regional diz informação local”. A partir dessa afirmativa, compreende-se a razão de ser do jornalismo regional, uma vez que existe uma ligação conceitual entre a localização territorial e a territorialização dos conteúdos.

Em seu estudo da notícia como discurso, Dijk (1996) explora a linha de que a proximidade local e ideológica é, de certa forma, transversal a todos os valores-notícia. De outra forma, entende-se que a proximidade possibilita ao jornalismo a percepção dos contextos que determinam os valores-notícia. E, assim, identificam-se e se organizam aspectos valorativos, como atualidade, novidade e relevância. Segundo Dijk, consegue-se compreender melhor um acontecimento que nos está próximo, em virtude de termos melhores temas para incluir na conversação do dia-a-dia. Nesse sentido, Camponez acredita que não se pode relacionar a proximidade apenas com a definição do público alvo:

A proximidade tem a ver com as realidades sociais que nos rodeiam, os serviços de que dispomos na nossa vila ou aldeia. E essa realidade só pode

ser apreendida pela imprensa local e por uma abordagem bastante segmentada do público (CAMPONEZ, 2002:119)

Na afirmação de Camponez, ratifica-se a importância da atuação do jornal local para a sua comunidade. É a imprensa local que dedica seu “olhar” sobre os acontecimentos e problemáticas cotidianas de uma determinada região. Essa atenção voltada à localidade praticamente não existe nos meios de comunicação de grande circulação, se se pensar que esse tipo de mídia estende-se a várias regiões e não tem condições de abordar problemáticas relativas a maioria das comunidades receptoras de suas publicações.

Aqui, cabe claramente a idéia de Correia sobre a relação entre o projeto regionalista e a interatividade. Ao ter acesso a notícias regionais, o leitor interage com os acontecimentos da comunidade onde vive, no sentido de refletir sobre as questões principais de um determinado momento, sugerir alternativas e reivindicar melhorias para um determinado setor. Participação e exercício da cidadania surgem como desafios para a prática jornalística, seja em abordagens de temas sociais ou políticos. Exemplos recentes e inovadores de jornalismo nos EUA e em Portugal podem “abrir o caminho” para a discussão da atuação da imprensa regional e um possível aprimoramento. Torna-se importante, portanto, estudar-se o jornalismo público voltado para o debate de temas de interesse da comunidade.

## **2.1 Jornalismo público: experiências de cidadania**

O jornalismo cívico, jornalismo público ou jornalismo de contato comunitário como é denominado nos EUA, chama-nos a atenção por buscar a reflexão das práticas jornalísticas relacionadas ao debate público e, na maioria dos casos, ser praticado pela imprensa regional. A preocupação de pesquisadores norte-americanos se



concentra na produção de discursos midiáticos cada vez mais descomprometidos com o cidadão – o que provoca a não participação da sociedade civil nos assuntos políticos.

O índice de confiabilidade dos jornais dos EUA caiu de 51%, em 1988, para 21%, em 1995, de acordo com a empresa de consultoria em pesquisa de opinião pública Yankelovich Monitor. A pesquisa mostra que as emissoras de televisão e as revistas impressas também perderam credibilidade. Castilho<sup>11</sup> (1997) acredita na existência de uma relação entre a queda da credibilidade da imprensa e uma baixa constante na confiança dos eleitores norte-americanos em seus governantes. Várias empresas investigaram, paralelamente, as crises na imprensa e nas instituições. Conclusão: o público estava frustrado com a política nacional e tinha bastante interesse por questões locais.

Nesse contexto, segundo Rosen<sup>12</sup>, surge o jornalismo cívico – em meio à discussão pública realizada pelos candidatos à Casa Branca nas campanhas eleitorais e pela cobertura jornalística, bastante influenciada pelas estratégias de marketing político. Nesse período, o diretor do “*Wichita Eagle*”<sup>13</sup>, Davis Merritt, falou publicamente sobre a necessidade de uma reformulação do contrato entre candidatos e jornalistas.

As campanhas eleitorais de 1990 e 1992 tornaram-se essenciais, na opinião de Merritt, para o rompimento com as práticas tradicionais:

---

<sup>11</sup> Neste caso, não há possibilidade de identificar a página onde está a idéia do autor porque o artigo foi retirado da Internet e o arquivo não está em formato PDF – o que impossibilita a contagem de páginas de forma universal. O artigo está disponível no endereço eletrônico <<http://www.igutenberg.org/casti15.html>>

<sup>12</sup> Essas informações estão no artigo “Perspectiva sobre las noticias”, de Jay Rosen. O artigo está disponível no endereço eletrônico <http://civnet.org/civitas/panam/rosen1/rosen1c.htm>

<sup>13</sup> Refere-se a um jornal do Estado do Kansas, nos Estados Unidos, que faz parte do grupo de jornais que tiveram a iniciativa de implantar as práticas do jornalismo público.

Ao notar que se repetia a mesma prática de 1988 – uma campanha de acusações e contra-acusações falsas, que prestava a mínima atenção às questões importantes – Merritt anunciou um rompimento com a tradição em um artigo dominical titulado “De frente, este é nosso preconceito eleitoral”. (ROSEN)

Nesse artigo, Merritt apresenta uma abordagem crítica relacionando o direito dos eleitores conhecerem em detalhe os temas propostos pelos candidatos ao governo do Kansas<sup>14</sup>. Considerando esse pensamento, encontram-se duas maneiras diferentes para a publicação de informações sobre a eleição. Na primeira, os jornalistas devem traduzir as campanhas eleitorais para o público, uma vez que elas têm sua própria realidade. Já a segunda pressupõe que as campanhas se tornam indecifráveis para a sociedade, quando dizem respeito a realidades enfrentadas pela população.

Ao invés de buscar frases marcantes dos candidatos e apresentar as campanhas eleitorais de forma instantânea, o diretor defende o direito dos cidadãos verem os temas de interesse público sendo debatidos. Com base em resultados de pesquisas, o “*Wichita Eagle*” realizou a cobertura das campanhas eleitorais em cima de dez temas de interesse público: educação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, agricultura, serviços sociais, aborto, delinquência, atenção à saúde, impostos e gastos do estado.

Cada candidato tecia suas opiniões sobre as problemáticas abordadas em um artigo publicado na edição de domingo e analisado na coluna semanal “Suas posições”. Um exemplo citado por Rosen ilustra a abordagem utilizada pelo jornal norte-americano: a temática sobre o meio ambiente. A questão era pertinente porque o Kansas enfrentava novas demandas de abastecimento de água, uma vez que as fontes locais estavam se acabando. Então, por ser um assunto de grande interesse público, o periódico discu-

<sup>14</sup> A eleição para o governo do Kansas a que se refere o texto foi realizada em 1990.

tiu novas sugestões para o problema junto com dois candidatos – o democrata Joan Finney e o republicano, em exercício na época, Mike Hayden. Para Rosen, a coluna serviu como um guia para os eleitores. “Fundamentalmente, foi um argumento em favor do que se supõe o que deve ser a política: interesses públicos e debates públicos”.

Posteriormente, uma pesquisa realizada pelo Instituto KnightRidder revelou que os leitores preferiram, durante as campanhas eleitorais, a coluna “Suas posições” e a exploração detalhada dos temas em detrimento de qualquer outro tipo de artigo.

O objetivo de Merritt era ir além do respeito de uma “agenda do cidadão”, por isso o “*Wichita Eagle*” associou-se com uma emissora de rádio e uma televisão regional para integrarem o “Projeto do Povo” – mais arrojado. Segundo Rosen, o projeto “tratou de responder mediante uma ressurreição da política como um drama participativo”. A implantação do projeto começou com a realização de 192 entrevistas de duas horas com moradores da área de Wichita. Os entrevistados abordaram aspectos de suas vidas e problemas, em meio às suas percepções do processo político. Três pontos foram destacados pelos pesquisados: perceberam que o processo político, o sistema educativo e a justiça eram incapazes de resolver problemas; acreditavam que essas questões estavam relacionadas; e se sentiram frustrados e com isso se afastaram dos processos decisórios, ao invés de buscarem soluções.

A partir desses resultados, Merritt pensou que os jornalistas tinham razões para despertar a atuação dos cidadãos, “de levar a sério a noção de ‘governo próprio’ como a raiz da democracia”. Com um subtítulo centrado nas práticas jornalísticas, “Solucioná-lo-emos nós”, o projeto surgiu como um programa de ação no qual divulgavam-se as propostas dos cidadãos para a resolução de problemas. Nesse contexto, houve ampla cobertura às iniciativas realizadas e os casos bem sucedidos foram publicados.

O “Projeto do Povo” era um programa com artigos, notas de serviço, eventos comunitários e fóruns de debates elaborados pelo “*Wichita Eagle*” e seus associados. Para cada tema discutido, o

jornal publicou uma lista chamada “Lugares para começar”, com nomes e números de telefone de organizações preocupadas com o problema. “Os leitores foram convidados a telefonar, escrever ou a entregar pessoalmente seus comentários e sugestões”, afirma Rosen. A proposta: conectar as pessoas com a vida pública e com as organizações voluntárias.

A chance para relançar o projeto apareceu durante as eleições presidenciais de 1992, mas agora com a participação de vários meios de comunicação. Um exemplo é o “*Charlotte Observer*”, na Carolina do Norte, integrante do mesmo grupo do jornal dirigido por Merritt – o KnightRidder, Inc. Insatisfeito com o trabalho jornalístico na eleição de 1990, o diretor executivo do jornal, *Rich Oppel*, propôs uma nova abordagem: ampliar o “novo contato político” – criado anteriormente por Merritt.

Em seguida, Oppel publicou as idéias do jornal na coluna de primeira página “Ajudaremos a recuperar o controle dos temas”. No artigo, a informação era a seguinte: o impresso vai aplicar um novo enfoque dos interesses dos eleitores. A busca de um “programa do cidadão” começou com uma pesquisa realizada com mil adultos não leitores do jornal. Os temas sugeridos pelo público, como economia, impostos, drogas e educação, foram abordados no programa.

Por meio dessa proposta, os eleitores passaram a participar da campanha, fazendo perguntas para os candidatos na seção “Pergunte aos candidatos”. A cobertura das eleições de 1992 teve o dobro do número de páginas publicadas, se comparada com a campanha presidencial anterior.

O movimento ganhou força, segundo Castilho, a partir do momento em que o Few Charitable Trust Fund criou um centro de pesquisas sobre jornalismo público. Para conhecer as preocupações dos cidadãos, realizaram-se pesquisas de opinião pública e, os jornais regionais, incentivados a organizar políticas editoriais com base no resultado das pesquisas. Na época, a proposta teve boa aceitação pelos meios de comunicação regionais.

Jornais como o “*Orange Country Register*”, “*St Petersburg*

*Times*” e “*Seattle Times*” buscaram uma maior aproximação do público por meio de questionários. Durante as eleições de 1994 e 1996 nos EUA, centrou-se a cobertura eleitoral nos eleitores e não nos candidatos como de costume. Conforme mostra Castilho, vários diários fizeram reuniões comunitárias ou debates públicos para questionar os candidatos. O “*Seattle Times*”, do Estado de Washington, promoveu debates chamados de “Conversa de varanda”, transmitidos por uma emissora de televisão, em função dos acordos feitos entre os meios de comunicação.

Os problemas locais, como drogas, violência, educação e segurança, estão elencados entre as questões centrais. Uma experiência original é a do jornal “*The Spokesman Review*”, do interior de Washington. Depois de eliminar a seção de editoriais, o impresso designou dois editores “interativos” para auxiliar leitores a “colocarem suas opiniões em formato jornalístico”.

Em 1996, aproximadamente 400 meios de comunicação integraram-se ao movimento, segundo a revista “*Congressional Quarterly Research*”. Entre os principais: “*Boston Globe*”, “*News Journal*”, “*Orange Country*”, “*Register Seattle Times*” e “*San Jose Mercury*”. A American Press Institute – uma espécie de ANJ no Brasil – reconheceu, naquele ano, a não existência de queixas da queda de circulação dos jornais que optaram por exercer o “jornalismo público”<sup>15</sup>. A expressão “jornalismo público” surge quando as práticas redacionais ganham mais forma.

Vale lembrar que, embora essas pesquisas pertençam aos EUA, vários aspectos podem ser aproveitados para uma análise da imprensa regional brasileira: a preocupação com temas e problemáticas locais; a proximidade com o público; o detalhamento de assuntos de interesse público; e o debate público. Essas experiências propiciaram, para esta dissertação, uma reflexão sobre a atuação do jornal local, especificamente da *Folha da Região* de Araçatuba; tornaram-se fundamentais para a elaboração e execução da análise de conteúdo – proposta no quarto capítulo. A seguir, um estudo de caso da imprensa regional de Portugal sobre

<sup>15</sup> Esses dados foram retirados do artigo de Carlos Castilho.

a relação dos processos de seleção das notícias e o interesse público da comunidade local serve como complementação para esta pesquisa.

## 2.2 Jornalismo local: uma contribuição da imprensa regional portuguesa

Na análise sobre a construção do acontecimento realizada pela imprensa regional portuguesa, Camponez (2002) mostra a relação de proximidade existente entre o jornal e a comunidade local. A abordagem dos acontecimentos em torno da definição das localidades para instalar o processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos pelo *Diário de Leiria* é o objeto analisado sob os seguintes aspectos: interesse público; direitos dos cidadãos leirienses; e debate público<sup>16</sup>.

Meses antes da publicação do despacho do Ministério do Ambiente – que apontava as localidades onde seria instalada a co-incineração, de 28 de dezembro de 1998, a questão “era desconhecida da opinião pública local”. Logo após a manifestação governamental, algumas pessoas e líderes locais já demonstravam mudança de opinião sobre o assunto. No momento da divulgação da decisão do governo, “existia já um núcleo de pessoas organizadas de forma a criar um período social de exceção, mobilizando populações e imprensa local”. (CAMPONEZ, 2002: 218)

Segundo Camponez, os jornais regionais e locais rapidamente estavam no centro dos acontecimentos por iniciativa própria. Entre as manifestações de repúdio com a participação da imprensa, encontram-se as excursões a Lisboa, os cortes de estradas e linhas de ferro, conferências de imprensa e vigílias, além de palavras de ordem e ânimos exaltados. Os acontecimentos também tiveram repercussão nacional.

<sup>16</sup> Os fatos ocorreram na localidade de Maceira, no Distrito de Leiria (Centro de Portugal). Maceira esteve 24 dias no foco da atualidade regional, devido à polémica discussão da co-incineração no local.

Principalmente o *Diário de Leiria* transformou as manifestações contra a co-incineração em Maceira num acontecimento midiático em “duplo sentido”, “enquanto acontecimento que se impõem aos *media* e enquanto acontecimento imposto pelos *media* à opinião pública”. (CAMPONEZ, 2002: 219) Isso significa que o resultado do caso importaria tanto à população quanto aos diários. O jornal se posicionou de forma a atingir como resultado final a não vigoração da decisão do Ministério do Ambiente. O compromisso da imprensa regional, neste caso, está relacionado com a determinação com que o *Diário de Leiria* abordou o tema de grande importância para a comunidade.

Para alcançar seu objetivo, o periódico mobiliza a redação para a cobertura jornalística entre os dias 6 e 21 de janeiro de 1999. Alguns títulos utilizados nas edições nesse período chamam a atenção, como “Projeto do Governo “incinerado” no Parlamento” e “Batalha, Leiria e Marinha Grande em peso contra a co-incineração”. Nesse caso, de acordo com Camponez, os inimigos da população maceirense eram os políticos e os fabricantes de cimento. Os políticos não mediram esforços para conseguir implantar a co-incineração em Maceira e Souselas – localidades com pouco peso eleitoral.

Por meio da pressão instaurada pela imprensa, o governo decidiu criar uma Comissão Científica Independente para analisar o caso. Isso, no entanto, não minimizou as críticas publicadas pelo *Diário de Leiria*, que:

...trata de confirmar estas suspeitas ao denunciar que a promessa do primeiro-ministro em instalar filtros nas chaminés da cimenteira, considerada “a moeda de troca” para que as populações aceitassem a co-incineração, não passava de uma falsidade uma vez que não haveria verbas disponíveis para o efeito (CAMPONEZ, 2002: 223)<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Essas informações foram retiradas dos exemplares do jornal “Diário de Leiria”, Ano 12, nº 4042, 14 de janeiro, 1999, p. 2.

Nesse trecho, o periódico publica argumentos referentes às atitudes dos políticos, favoráveis à determinação governamental. A promessa de instalação dos filtros nas chaminés da cimenteira também é questionada pelo impresso: “Quem nos garante que essa parte da promessa é verdadeira?”

Mesmo com a criação da Comissão Científica Independente, o *Diário de Leiria* prosseguiu com o abaixo-assinado contra a intenção do governo de instalar a co-incineração em Maceira. Naquele momento, a população estava a par da discussão e não queria acreditar nas promessas. “Todos estes problemas somados incitaram os cidadãos comuns a uma atitude de clara aversão às determinações governamentais.” (CAMPONEZ, 2002: 224)

O empenho do jornal caracterizou-se a partir de seu slogan durante a cobertura “Não nos vendemos”. O periódico se recusa a concordar com qualquer informação positiva à co-incineração. Por um lado, o impresso assume o papel de intransigente e, por outro, da defesa dos valores da comunidade local contra as artimanhas políticas. E, com isso, a data limite para o governo recuar a sua determinação é 20 de janeiro – período estipulado pelo diário.

Ao dar voz à população e recolher assinaturas contra a co-incineração, o jornal tornou-se um importante instrumento de organização dos motivos para a mobilização da comunidade por esta problemática. Até o dia 16 de janeiro, 9.500 pessoas assinaram o protesto. O objetivo central foi rebater a idéia do Ministério do Ambiente de instalar a co-incineração em duas cimenteiras com grande carência no sistema de redução dos impactos ambientais. O governo acreditou que fazendo isso contribuiria com a requalificação das indústrias.

Para debater a polémica, o jornal trouxe entrevistas com ambientalistas, pesquisadores e moradores. Um especialista em riscos ambientais afirmou que os filtros não reduzem a emissão de gases tóxicos, mas somente a poeira. Essa discussão propiciada também pelo periódico surge como uma questão de saúde pública, pelo fato de a co-incineração provocar a liberação de metais pesados e a poluição do meio ambiente.



“A par das águas agitadas da política, o *Diário de Leiria* assume, por vezes, um discurso onde ele mesmo promove essa politização, de forma a apresentar o Governo numa posição de fraqueza”, sustenta Camponez ao afirmar que a população acreditou nos artigos publicados pelo jornal e se mobilizou totalmente contra a co-incineração. (CAMPONEZ, 2002: 231)

Camponéz conclui que o objetivo do *Diário de Leiria* consistiu em exigir do Governo a revogação da decisão de co-incinerar os resíduos tóxicos na Maceira. Um ponto relevante é o papel de vigilante da opinião pública desempenhado pelo impresso, a partir do instante em que percorria associações regionais, empresários e outros para opinarem sobre a questão. Aproximadamente 80% da população posicionaram-se contra a co-incineração.

Considera-se o ponto central do jornalismo regional, como mostram os exemplos abordados aqui, o ato de prestar atenção nas necessidades e interesses da população. O envio de cartas e e-mails, além de telefonemas, contribui para o olhar jornalístico priorizar as problemáticas relacionadas à sua comunidade próxima. As reivindicações e denúncias realizadas por depoimentos e relatos servem como uma lista de interesse público.

Nas colunas de opinião onde se publicam cartas e e-mails de leitores locais, há a discussão dos temas apresentados nas matérias, editoriais e artigos e a explicitação de assuntos de interesse da população. As reportagens procuram abordar o debate detalhado de um determinado tema, discutindo as questões principais, propondo sugestões e exemplificando.

Em uma das reportagens da série “Meninos e Meninas”<sup>18</sup>, da *Folha da Região* – o objeto de análise desta dissertação, debate-se a prostituição de adolescentes. Como se observa na reportagem, detectou-se o problema nas ruas do Centro de Araçatuba e investigou-se o paradeiro das garotas. Também se abordou a necessidade de implantar um programa de assistência às adoles-

---

<sup>18</sup> Reportagens dessa série foram estudadas nesta dissertação em forma de análise de enquadramento, conteúdo referente ao quarto capítulo deste trabalho. As reportagens utilizadas estão em anexo, inclusive esta citada aqui.

centes e as dificuldades da família, da Delegacia da Mulher e do Conselho Tutelar solucionarem esse problema social.

O tipo de abordagem exemplificada na reportagem “Drogas e prostituição na Rui Barbosa” mostra um processo de produção jornalística regional abrangente e participativo. Durante a elaboração das pautas, o repórter tem abertura para sugestões, que muitas vezes estão associadas às reivindicações ou denúncias realizadas por leitores. Ao apurar os fatos e ouvir os lados envolvidos, o jornalista investiga as versões sem restrições beneficiárias a um determinado grupo empresarial ou de políticos. Isso acontece porque a prefeitura – fonte de maior receita em função da publicação de editais – torna-se apenas mais um “cliente” publicitário do periódico.

Se se pensar, por exemplo, nos programas jornalísticos de emissoras de rádio do interior do Estado de São Paulo, lembrar-se-á do papel desempenhado junto à comunidade. Esses noticiários abrem espaço no ar para reclamações dos ouvintes, procuram sugestões e soluções para as reivindicações. Sem contar ainda, o papel educativo das rádios. Em municípios com poucos habitantes ou em aldeias, a rádio – muitas vezes comunitária e até pirata – é a única possibilidade de veiculação de informações, desde os dias de atendimento médico na localidade até orientação na área de educação e saúde. Apesar de ter características peculiares, como ser impresso e ter um custo para o leitor, o jornal local torna-se responsável por trabalhar a informação próxima e “ouvir” de certa forma os temas de seu público.

Nesse contexto, Medina (1982) defende o fazer jornalístico como uma atividade social por ter o papel primordial de retratar o cotidiano, em que compete ao jornalista conscientizar e alertar a população quanto às questões políticas, econômicas, sociais e culturais. O jornalista, segundo a autora, precisa vestir a camisa da profissão para cumprir sua função social periodicamente.

Para se entender como ocorre o processo jornalístico na *Folha da Região*, desde seleção de temas e relação com a comunidade regional, apresentam-se o contexto histórico da imprensa na re-

gião de Araçatuba e a evolução do jornal ao longo de mais de três décadas de existência.

### **2.3 A trajetória da *Folha da Região* em Araçatuba**

Inaugurado em 11 de junho de 1972, o diário matutino *Folha da Região* tornou-se o principal jornal da região de Araçatuba no final dos anos 90. Antonio Barreto dos Santos e os dois sócios, Luiz Gonzaga Deleteze e Odorindo Perenha, tinham o objetivo de levar, aos principais municípios da 9ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, ocorrências, inovações e prestação de serviço. Na primeira edição, manifesta-se o compromisso com a sociedade:

A par dessa parte oficial da informação, pretendemos que nosso jornal seja noticioso, porém calcado em notícias locais e da região, só ingressando no noticiário estadual, nacional e internacional quando a notícia por si só for de suma importância, capaz de galvanizar as atenções gerais. (FOLHA DA REGIÃO, 2002)<sup>19</sup>

Em 2004, o jornal circula de terça-feira a domingo, com uma tiragem de 12,5 mil exemplares aos domingos.<sup>20</sup> Associado a ANJ (Associação Nacional de Jornais) e APJ (Associação Paulista de Jornais), o periódico mantém 25 jornalistas para a produção de quatro cadernos com circulação fixa: Geral (que engloba Economia, Brasil, Mundo e Esportes), Cidades, Vida (reportagens

---

<sup>19</sup> Essas informações foram publicadas na edição especial de 30 Anos da “Folha da Região”, em 11 de junho de 2002. A equipe editorial do diário organizou a história do jornal em seis cadernos, num total de 48 páginas.

<sup>20</sup> Fonte: Instituto Verificador de Circulação (IVC).

culturais) e Classificados, num total de 26 páginas.<sup>21</sup> Há também a publicação do caderno infantil, denominado *Folhinha*.

A primeira edição teve 28 páginas em preto e branco com uma tiragem de dois mil exemplares. Nas edições normais, o diário publicava em média seis páginas. Na década de 70, circulavam, em Araçatuba, a *Tribuna da Noroeste* e *A Comarca*. Barreto deixou *A Comarca* em março de 1972 para abrir a *Folha da Região* em junho do mesmo ano.

Depois de seis meses em funcionamento, o jornal abriu sucursais em Birigui, Pereira Barreto, Mirandópolis e Valparaíso.<sup>22</sup> Cerca de 40 pessoas trabalhavam para produzir o periódico. O jornal começou com uma impressora plana manual de duas páginas e uma linotipo Intertype C 3. Com o objetivo de expandir a empresa, os três sócios conseguiram um financiamento para a compra de outra máquina linotipo, uma guilhotina e uma impressora automática de quatro páginas.

A primeira sede funcionou num prédio alugado no Centro, na rua Marechal Deodoro. Nesse local, começou o trabalho de montagem, letra por letra, das páginas do impresso. Os textos eram organizados em fôrmas de chumbo, os quais depois de impressos passavam pelo processo de fundição. Realizava-se a impressão das fotografias em placas de zinco – os clichês – em São José do Rio Preto, a cidade mais próxima (150 quilômetros) onde havia a prestação de serviço.

A partir de 15 de agosto de 1974, a *Folha da Região* passa para as mãos de Genilson Senche e sua esposa Ana Elisa Assis Lemos Senche. Hoje, o jornal está instalado em sua nova sede com mais de três mil metros quadrados de área construída, depois de desocupar, no final de 2002, o prédio anterior localizado na rua Afonso Pena, no Centro. Duzentos e quarenta funcionários, entre

<sup>21</sup> Esse número é variável de acordo com o dia da semana. No domingo, por exemplo, aumentam os números de páginas em função de anúncios publicitários e adição de cadernos, como o “Folhinha” – caderno infantil.

<sup>22</sup> São cidades da região onde o diário mantinha jornalistas para fazer a cobertura local.

jornalistas, contatos publicitários, impressores e outros, colaboraram com a produção diária.

Em 1997, o diário teve seu visual modernizado com a implantação do projeto gráfico elaborado pelo designer gráfico Jô Acs.<sup>23</sup> A mudança começou com o aumento do número de rotativas, de quatro para sete, e páginas coloridas no jornal. Concluído em agosto de 2001, o projeto resultou em um maior número de páginas publicadas e no atual desenho gráfico do jornal – mais colorido e com a diagramação atualizada. Produz-se a maioria das fotografias em câmeras digitais. Ao selecionar o endereço eletrônico do portal do impresso na Internet, o público tem acesso ao resumo diário das notícias.<sup>24</sup>

Além da evolução tecnológica, o grupo *Folha da Região* tem um provedor de Internet, o “Folhanet”, inaugurado em 1997 e uma empresa de publicidade, a “Brasil Outdoor”. A rádio “Tietê”, adquirida pelo grupo em 2002, produz noticiários diários.

A partir desse histórico, podemos verificar de forma pontual e comparativa os momentos de evolução tecnológica e profissional do periódico:

---

<sup>23</sup> O designer é responsável pela criação e implantação de outros projetos gráficos realizados no interior paulista, como em São José do Rio Preto, Piracicaba e São José dos Campos.

<sup>24</sup> O endereço eletrônico do jornal é [www.folhadaregiao.com.br](http://www.folhadaregiao.com.br)

Como era	Como é
– começou com máquinas sucateadas, como impressora plana manual de duas páginas e uma linotipo Intertype C 3	– possui sete rotativas para impressão; três adquiridas após a reformulação do projeto gráfico
– fotografias impressas em clichês	– uso da fotografia digital
– a edição diária de apenas 6 páginas	– produz edição diária de 24 páginas
– o jornal era impresso em preto e branco	– a impressão é colorida desde 1997
– a redação composta por jornalistas sem formação	– os jornalistas têm curso superior ou estão com o curso superior em andamento
– no início, apenas 40 funcionários colaboravam para a produção do jornal	– 240 funcionários nos departamentos (comercial, arte, redação, etc)
– a primeira sede do jornal era num prédio pequeno e alugado	– instalação de todos os departamentos em um prédio próprio com 3 mil metros quadrados de área construída

As informações do quadro mostram a evolução da *Folha da Região* em Araçatuba. As comparações acima ilustram o crescimento qualitativo da produção gráfica do periódico regional. Outra análise possível: a imprensa do interior não perde em termos tecnológicos e profissionais para a grande imprensa. Embora apresentem enfoques diferentes – a primeira se prende a fatos locais e a segunda prioriza acontecimentos nacionais e internacionais, não significa a exclusão de notícias nacionais e internacionais do impresso local, bem como a não publicação de acontecimentos relevantes do interior em um periódico de circulação nacional.

No caso do jornal do interior, a produção de matérias é praticamente 100% local ou regional (notícias apuradas por repórteres mantidos nas sucursais). Um único caderno contém reportagens

com fatos próximos ao público, ou seja, o impresso traz assuntos relacionados ao interesse de sua comunidade. Os textos e fotos com enfoque nacional e internacional fornecidos por agências de notícias passam pela edição antes da publicação. A necessidade de levar a informação global ao leitor justifica a existência e manutenção dos cadernos Brasil e Mundo na maioria dos periódicos locais.

A participação e o interesse político são marcantes no jornalismo, principalmente no período que antecede a década de 50, bem como a responsabilidade social dos periódicos. Ao pesquisar a história dos meios de comunicação araçatubenses, em um dos tópicos, Santos (2002) analisa a imprensa regional desde o início do século XX. A disputa pela posse de terras na região era evidenciada pela imprensa já na década de 20 do século passado. O surgimento do primeiro jornal, *O Araçatuba*, fundado em 1919 – época em que Araçatuba classificava-se como um povoado – tem ligação com a luta de emancipação do município. A luta intensificou-se depois que Araçatuba passou a Distrito de Paz, em 1917.<sup>25</sup>

De acordo com a pesquisa, com dois anos de funcionamento, “*O Araçatuba*” prestou vários serviços à comunidade e ao progresso do município. A renda do impresso, semanal de quatro páginas, originava-se do abonoamento de assinaturas, não se visava lucros pecuniários. Na luta dos moradores pela elevação do povoado a município, Santos sustenta que o jornal encontrou forte oposição de coronéis, entre eles Manoel Bento da Cruz (prefeito de Bauru e chefe político de Penápolis). O povoado foi elevado a município em 10 de fevereiro de 1921, quando se separou de Penápolis.

---

<sup>25</sup> “Segundo um levantamento feito pela prefeitura de Penápolis, sede do município, o povoado de Araçatuba contava com sete hotéis e pensões, onze armazéns de secos e molhados, três farmácias, sete lojas de tecidos e armários, além de barbearia, relojoaria, sapataria, padaria e um incipiente setor industrial que contava com olaria, serraria, fábrica de cerveja e de massas alimentícias”. (SANTOS, 2002: 50)

Paralelamente à luta pela emancipação de Araçatuba, travava-se a briga política entre dois grupos que reivindicavam com documentos as posses das terras do vale do rio Aguapeí.<sup>26</sup> Segundo Santos, eles queriam a divisão dos latifúndios para o comércio de terras com os novos colonizadores italianos domiciliados na região:

A disputa não se restringiu somente à Justiça: capangas armados invadiam terras, expulsavam colonos e travavam combates entre si na zona rural e nos pequenos povoados, não poupando nem mesmo mulheres e crianças. O surgimento da imprensa escrita está intimamente ligado a este caso. (SANTOS, 2002:55)

A luta política entre os grupos consolidou o primeiro jornal de Araçatuba. Além de defender a emancipação do povoado, o fundador do jornal, Altino Vaz de Mello, também noticiava quem chegava ou saía de Araçatuba. Devido a dificuldades financeiras, vendeu-se o periódico em 1923 para Juvenal Rodrigues Dias, que buscou ajuda ao grupo de Teodoro Airosa.<sup>27</sup>

Em meio à disputa por terras, nasceu o segundo jornal da cidade, *A Comarca*, fundado em 2 de agosto de 1924. À frente do periódico, estava o português Manoel Ferreira Damião – vendedor de terras na região de conflito e membro do grupo opositor ao coronel Bento da Cruz. No entanto, no mesmo ano de implantação do segundo jornal, Damião bandeou-se para o grupo de Bento da Cruz, mantenedor de uma outra empresa destinada a comercializar terras da fazenda Batalha, na mesma área de conflito e que se chamava “Rural, Terras, Madeiras e Colonização”. Nesse período, a empresa de Bento da Cruz tentou comprar o jornal *O Araçatuba*, de Juvenal Rodrigues Dias. “Como não conseguiu, a

<sup>26</sup> A área do rio Aguapeí correspondia a cerca de 500 mil alqueires, que compreende o território que vai de Guararapes (próximo a Araçatuba) até as margens do rio Paraná na divisa com Mato Grosso do Sul.

<sup>27</sup> O grupo tinha a empresa Airosa, Melo e Cia, que foi criada para vender terras no vale do Aguapeí.



estratégia foi montar um jornal concorrente na cidade. Damião ficou encarregado de concretizar o negócio.”

A *Comarca* tinha como principal objetivo defender os interesses da empresa de terras e ser porta-voz do Partido Republicano Paulista, do qual o coronel Bento da Cruz era o principal líder regional. Com formato pequeno, tipo tablóide, e quatro páginas publicadas, o periódico circulava uma vez por semana. As marcas do Partido Republicano Paulista apareciam em notícias e cartas da diretoria do partido publicadas pelo jornal. Com base em depoimento do jornalista Hiroshi Itinose (que trabalhou em vários jornais de Araçatuba), Santos descreve *A Comarca* como um semanário essencialmente político e Damião como um homem de coragem que enfrentava os adversários de igual para igual, até à bala, se necessário fosse e escrevia violentas críticas contra seus adversários políticos”. (SANTOS: 2002, 67)

Acontecimentos extraordinários foram registrados pela *A Comarca*, como enfrentamentos entre os capangas de Airosa e do coronel Bento da Cruz. Nas eleições para a Câmara Municipal em novembro de 1925, a cidade se dividiu em duas, a ponto de ser governada por duas câmaras de vereadores diferentes, consideradas legítimas representantes do povo. O resultado da divisão do comando do município, com duração superior a dois anos: o aumento da violência entre os grupos rivais. Os jagunços que, andavam à vontade pela cidade com suas armas, fugiram para as terras do vale do Aguapeí, depois que o governo estadual enviou 120 soldados da Força Pública para Araçatuba.

O aumento do número de casos de prostituição no município tornou-se um problema constante para os moradores. A prostituição teve início por causa do pernoite obrigatório de trens, que deixava a vida noturna da cidade cada vez mais agitada. Em 1927, existiam pelo menos 50 casas de prostituição no município. Nessa época, a população já se organizava por meio de entidades representativas para conter a criminalidade e a prostituição:

Comerciantes, coronéis e autoridades políticas, aliados com a igreja católica, passam a investir na criação de entidades capazes de disciplinar a população: com a doação de terrenos, são construídas escolas – masculinas e femininas, cadeia pública, hospital e própria igreja matriz, que substitui a antiga capela de Santo Onofre, construída em 1915. (SANTOS, 2002:74)

A *Comarca* esteve diretamente ligada a uma grande campanha para a fundação da Santa Casa de Araçatuba. A construção do prédio onde funciona até hoje o hospital começou em 1927 – a maior parte do atendimento médico gratuito é realizada na instituição. O jornal participou com destaque dessa campanha, na qual representou as necessidades da maioria da população.

A criação da Acia (Associação Comercial e Industrial de Araçatuba) para representar os interesses dos comerciantes estabelecidos na cidade ocorreu em 1928, após a publicação de vários artigos no *A Comarca*. O periódico também se engajou para conseguir a aprovação do projeto de construção de uma rodovia oficial entre Bauru e Mato Grosso do Sul – uma vez que a única estrada existente era particular e explorada por uma empresa. A iniciativa para a criação da guarda municipal, de escola e asilos também partiu do jornal.

O impresso denunciou em várias edições o caso de emigrantes alemães pressionados por capangas. Instalados na região desde 1921, por meio da Sociedade Territorial Brasileira Nova Pátria Ltda, os imigrantes totalizavam 130 sítiantes. Como muitos pequenos proprietários de terra atacados por jagunços, vinte e oito crianças e adolescentes estudantes da escola da colônia foram feridos a tiros e abandonados numa estrada. Atribuiu-se o ataque às crianças ao bando sobre ordem de Teodoro Airosa.

Mesmo em períodos em que as brigas políticas diminuían os impressos não paravam de trocar farpas. O jornal *O Araçatuba* toma partido em favor do Partido Democrático, enquanto *A Comarca* continua apoiando o Partido Republicano de Araçatuba,

sob direção do coronel Guilherme de Almeida. Mesmo assim, os jornais se colocavam como democráticos, como mostra o slogan do *O Araçatuba*: “Para o povo, pelo povo”. Esse periódico também registrava a vida social dos moradores considerados ilustres, como médicos e advogados.

Com 12 mil habitantes em 1930, Araçatuba já tinha seu terceiro impresso, *O Jornal*, um bi-semanário independente. Em entrevista concedida a Santos, o jornalista Oswaldo Penna, que trabalhou em *O Jornal*, afirmou se tratar “de uma publicação da elite da cidade, que tinha notícias sociais, como casamentos, viagens, aniversários, mas principalmente artigos, poesia e literatura”. (SANTOS, 2002:81)

A imprensa local se engajou na década de 30 convocando os leitores a participar da luta contra a ditadura de Getúlio Vargas. Segundo informações levantadas por Santos, montou-se um quartel na praça Rui Barbosa e as mulheres costuravam fardas para os soldados. Mais de 1,2 mil soldados partiram de Araçatuba para outras cidades e Estados.

A vida do município retoma as atividades cotidianas com o fim da “revolução”. Em 1934, inaugurava-se o Campo de Aviação de Araçatuba. Quatro anos depois, as ruas começaram a ser pavimentadas com asfalto oriundo de Itu. Conhecida como cidade do asfalto, Araçatuba passou a ser visitada por prefeitos e políticos.

Os jornais da cidade começaram a destacar assuntos de interesse público por volta de 1945. *A Comarca* denunciou os abusos cometidos nas feiras livres: as frutas e verduras de melhor qualidade eram selecionadas para a elite. Para acabar com essa prática, a prefeitura iniciou a fiscalização no local. Outra denúncia feita pelo periódico diz respeito ao racionamento de alimentos, com continuidade mesmo depois do fim da guerra. Por falta de controle de preço, a população acabava não tendo acesso ao pão e à carne. Então, *A Comarca* sugeriu que os moradores reivindicassem preços melhores.

No início da década de 50, é fundado o “*Diário de Araçatuba*”, o primeiro diário do município, que substituiu “*O Araçatuba*”. Santos afirma que se esqueceram dos interesses políticos entre os proprietários de jornais no momento de reivindicar melhorias públicas:

As divergências políticas dos diferentes órgãos de comunicação eram deixadas de lado em algumas ocasiões, quando se tratava de defender os ‘interesses maiores’ da população. Foi assim, em 1950, na campanha que moveram os jornais “*A Comarca*”, o “*Diário de Araçatuba*” e a “*Rádio Cultura*”, pela melhoria dos serviços telefônicos na cidade. (SANTOS, 2002: 123)

A imprensa também se posicionou contra a utilização de paralelepípedo para o calçamento das ruas. Os jornais mostravam os custos e benefícios do asfalto em relação ao paralelepípedo. “Pressionados e cobrados nas ruas pela população, vereadores e Prefeitura voltaram atrás e o projeto do paralelepípedo foi arquivado, dando lugar ao asfalto”, afirma Santos.

A construção da rodovia Eliezer Montenegro Magalhães, entre Araçatuba e Jales, a ponte sobre o rio Tietê na mesma rodovia e a instalação do telefone eletrônico incluem os itens das campanhas realizadas pelo jornal *A Tribuna* com o objetivo de obter melhorias na cidade, na década de 60. A edição diária do periódico tinha oito páginas e, doze, aos domingos. Considera-se a retirada dos trilhos da área urbana de Araçatuba como a principal campanha do jornal, que publicou várias reportagens e artigos sobre o assunto.

Em 1972, surgiu a *Folha da Região*, jornal de maior circulação regional até hoje, nosso objeto de estudo. Destaca-se o novo jornal como o primeiro a utilizar cores em Araçatuba. Ambos jornais existentes atualmente em Araçatuba, *Folha da Região* e *O Liberal*, mantêm discursos parecidos: “querem ser jornais locais e investir na regionalização das notícias”.

Nesse sentido, Santos analisa os jornais do interior como portavoz de seus leitores, bem mais do que dos órgãos institucionais: “o salto qualitativo conseguido pela imprensa interiorana em relação às técnicas de produção também ajudou a mudar a política editorial, no sentido de aproximar-se cada vez mais da comunidade”.

Na sua pesquisa sobre imagens e representações que constituem projetos das elites política e econômica em dois jornais de Bauru (*Diário de Bauru* e *Jornal da Cidade*), que circularam entre 1950 e 1980, Losnak (2000) mostra a relação estreita entre a política e a imprensa. Os diretores ou proprietários dos periódicos estavam ligados com projetos de desenvolvimento municipal e com interesses políticos.

Um exemplo citado por Losnak é o fato de o *Diário de Bauru*, criado por Nicola Avallone Jr., ter tido “fases com linhas editoriais diferentes”. Segundo o autor, “é possível afirmar que Avallone Jr. o tenha criado como instrumento de autopropaganda, abrindo um canal de difusão de suas idéias com objetivos políticos-eleitorais”. (LOSNAK, 2000:43)

Com o *Jornal da Cidade*, as relações de interesse do impresso não fogem às já explicitadas. As lideranças das áreas de construção civil, transportes e loteamentos existentes no município correspondem a empresários ligados ao diário. O jornal surge também como instrumento de propaganda do mesmo grupo.

Portanto, os interesses da elite coincidentes àqueles dois periódicos foram trabalhados no imaginário bauruense. Colocava-se o jogo de interesses locais como ponto principal e transformado em uma determinada representação do município de acordo com o olhar dos grupos elitizados. Ao longo de sua análise, Losnak mostra o envolvimento da imprensa com a elite e como os jornais participam do processo de mutação dessa visão interesseira para uma visão própria da cidade.

Vale lembrar que a questão do comprometimento da imprensa com os poderes locais restringe-se ao caso bauruense. Em Aracatuba, apesar de o envolvimento político dos jornais surgidos na

década de 20, os impressos tinham espaço para representar a sociedade em assuntos de interesse público. Os exemplos de mais destaque na imprensa: as campanhas contra o aumento do pão e da carne no município, a exigência pela pavimentação asfáltica das ruas, a luta pela construção do primeiro hospital no município.

Ainda, hoje, os jornais impressos procuram abordar os principais problemas da comunidade, principalmente aqueles relacionados às classes populares. A confirmação disso, segundo Santos, vem por meio da *Folha da Região*, ao verificar os problemas nos bairros de periferia e oferecer espaço para denúncias de moradores. Para Monteiro (2001: 223), “um aspecto que beneficia e defende os jornais do interior é o interesse dos leitores em receber informações que tenham alta relação com seus estilos de vida”, o que difere do público das capitais, no que se refere ao “mix editorial”.

O investimento em tecnologia – câmera digital e impressão colorida – e a valorização de profissionais qualificados na redação são dois pontos relevantes no jornalismo regional. Essa evolução torna-se possível em virtude da importância dessa imprensa para o seu público.

Com a obtenção de mais qualidade em suas técnicas de produção, a imprensa do interior contribui para a transformação da política editorial dos jornais. E o resultado da mudança surge com a aproximação constante da comunidade, abordando e investigando temas pertinentes e de interesse público local.

A ratificação do relevante papel desempenhado pelo periódico regional é a proximidade com a opinião pública. A imprensa regional, embora tenha poucos recursos financeiros, responsabiliza-se por “abraçar” causas locais e investigar denúncias e problemas relativos ao seu leitor. Em suma, o jornal do interior procura atender as necessidades de informação de comunidades que não estão às vistas das grandes empresas de comunicação.

Para afirmar se os temas abordados pela imprensa regional são de interesse público, precisa-se inicialmente compreender as di-

ferenças entre público e privado nas sociedades contemporâneas. Ainda torna-se pertinente, como se pretende desenvolver no próximo capítulo, relacionar o processo de produção de notícias no campo regional com a contribuição para o exercício da cidadania.





## **Capítulo 3**

# **Jornalismo regional e participação?**

Com base na afirmação de Kovach e Rosenstiel (2003:31) de que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”, iniciar-se-á a discussão deste capítulo em torno da relação entre jornalismo regional e cidadania, comunicação e debate público, bem como da importância da participação dos cidadãos nos temas de interesse social.

Após realizarem fóruns sobre a imprensa com cidadãos e jornalistas, Kovach e Rosenstiel afirmam que o jornalismo auxilia na identificação das comunidades, na criação de linguagens e conhecimentos com base na realidade. Na apuração diária dos fatos, a atividade jornalística também ajuda a identificar os objetivos das comunidades. “É difícil, olhando retrospectivamente, até mesmo separar o conceito de jornalismo do conceito de uma comunidade e mais tarde da democracia.” (Kovach e Rosenstiel, 2003:31) De acordo com historiadores e cientista sociais, quanto mais democrática for uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais informações e notícias.

Nesse contexto, os autores vão ao encontro das idéias de Me-

dina (1982), que direciona aos jornalistas a responsabilidade social das informações publicadas.

O profissional da imprensa não é como os empregados de outras empresas. Ele tem uma obrigação social que na verdade pode ir além dos interesses imediatos de seus patrões, e ainda assim essa obrigação é a razão do sucesso financeiro desses mesmos patrões. (Kovach e Rosenstiel, 2003: 83)

A responsabilidade do jornalista está relacionada ao compromisso que o profissional assume com o cidadão. E o desenvolvimento da atividade atinge seu ápice quando existe estrutura e apoio por parte da empresa. Os jornalistas trabalham melhor a partir do momento em que o setor comercial e a redação tem comprometimento com o público e com os valores da profissão. Vale ressaltar a importância dos leitores conhecerem seu papel nesse processo e exigirem o reconhecimento de seus interesses democráticos.

O jornalismo distingue-se da literatura e do entretenimento por prezar pela disciplina da verificação. Podem ser considerados conceitos básicos da verificação na reportagem:

1. Não acrescentar nada que não exista.
2. Nunca enganar o público.
3. Ser o mais transparente possível sobre seus métodos e motivos.
4. Confiar apenas no próprio trabalho de reportagem.
5. Ser humilde. (Kovach e Rosenstiel, 2003:123)

Esses princípios da reportagem contribuem para que o jornalismo possa desempenhar seu papel de guardião, de “monitor independente do poder”. Kovach e Rosenstiel, no entanto, alertam

para uma ameaça à independência exigida pela imprensa: os conglomerados de comunicação.

Críticos, como Ramonet, Miège e Mcchesney (2003), expõem o caos instaurado pelas grandes corporações de comunicação mundial – Disney, AOL-Time Warner, Sony, News Corporation, entre outras. Para Mcchesney, as empresas que dominam o mercado de mídia vêem-se como instituições globais. Frente ao volume de fusões de empresas jornalísticas, mídia global, internet e telecomunicações negociadas em 2000, totalizando US\$ 300 bilhões, Mcchesney afirma: “O nível de fusões e aquisições é de tirar o fôlego”. (Mcchesney, 2003: 220)

Apesar de as empresas de mídia global investirem na globalização da produção local, como é o caso da Sony que mantém convênio com empresas locais na China, França e Índia para a produção de filmes, a oposição começa a surgir “na forma de imensas manifestações pelo planeta, inclusive nos Estados Unidos”. Partidos políticos democráticos de esquerda de vários países, desde a Suécia, França até a Austrália, estão priorizando a reforma estrutural da mídia, de forma a desmembrar grandes empresas de mídia e a recuperar emissoras de rádio e televisão não-comerciais, com o intuito de criar um circuito de mídia independente. (Mcchesney, 2003: 241)

No contexto da globalização, que tem como um aparato ideológico o sistema midiático, para Ramonet, “a informação é essencialmente uma mercadoria” e não um discurso com a função de educar ou informar o cidadão. Ramonet se mostra categórico ao defender que hoje se produz a informação por meio de sensações. “Passamos de um mundo do jornalismo para um mundo do imediatismo, do instantaneísmo, não há tempo para estudar a informação.” (Ramonet, 2003:247)

Diante de suas críticas ao discurso “infantilizante” do jornalismo atual, Ramonet aponta algumas perspectivas. Com um nível educacional mais elevado das populações, torna-se mais evidente a insatisfação dos públicos perante a veracidade dos fatos noticiados. Diferenciam-se os pequenos meios de comunicação, forne-

cedores de “informação séria, não ideológica, dados, fatos concretos, com referência”, que estão conquistando cada vez mais audiência. O *Le Monde Diplomatique*, por exemplo, destaca-se por ser produzido por um pequeno grupo e por manter uma política de respeito ao cidadão. Além da edição francesa, os leitores têm opção de acesso a edições em vários idiomas<sup>1</sup>. No Brasil, *Caros Amigos*, uma revista-jornal editada desde 1998 com caráter de denúncia, apresenta textos mais densos e entrevistas interessantes e polêmicas com personalidades políticas, da literatura, da arte etc.

A reportagem investigativa é um viés importante para o chamado jornalismo guardião conquistar espaço. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003:188), “o jornalismo investigativo induz o público a dar sua opinião sobre as revelações em pauta e implica que as organizações jornalísticas considerem isso importante”. Dessa forma, a investigação jornalística tem outra função além de “projetar uma luz sobre determinado assunto”.

Descobrir documentos, vigiar os recursos públicos, ratificar o cumprimento dos direitos sociais e da legislação. Essas são algumas tarefas desempenhadas ao longo da atividade jornalística investigativa, seja esta original ou interpretativa<sup>2</sup>. Grandes reportagens e livros-reportagem também têm um papel fundamental para a investigação e constituem-se independentes do poder. Esses ma-

---

<sup>1</sup> Com textos interpretativos, O *Le Monde Diplomatique* traz à discussão temas pouco lançados pela agenda midiática, como questões relativas a conflitos e direitos humanos. Os assuntos têm uma abordagem diferenciada e podem ser acessados em português pelo endereço <http://www.diplo.com.br>. Apenas alguns textos são para acesso livre.

<sup>2</sup> Conforme Kovach e Tonsenstiel (2003:176), a reportagem investigativa original compreende aquela descoberta de documentos, por exemplo, que é desconhecido do público. São as pressões que os meios de comunicação exercem quando realizam investigações públicas oficiais. No Brasil, podemos citar como exemplo a reportagem investigativa de Caco Barcelos sobre a Polícia de São Paulo, publicada em *Rota 66*. A diferença da reportagem investigativa interpretativa é a “reflexão e análise de uma idéia bem como uma busca obstinada dos fatos para reunir informação num novo e mais completo contexto, o qual fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. (2003:178)

teriais revelam informações que demandam tempo de pesquisa e investigação, atividades que não são muito comuns à grande imprensa diária.<sup>3</sup>

A reportagem investigativa caracteriza-se por denunciar, pesquisar, descobrir e publicar temas de interesse público. O que se pode entender como tema de interesse público? Para responder a esta questão, estudar-se-á a diferença entre público e privado na contemporaneidade – que acrescentará elementos teóricos à discussão sobre a seleção de assuntos na agenda pública.

### **3.1 A questão pública nas sociedades contemporâneas**

O jornal local, por abordar e questionar assuntos de uma determinada região em especial, responsabiliza-se por colocar em debate na esfera pública problemáticas relativas às necessidades de uma comunidade. Como, no entanto, poder-se-ia apontar se os temas agendados na imprensa local são realmente de interesse público?

Primeiramente, propõe-se a compreensão dos conceitos de público e privado na contemporaneidade para delimitar quais abordagens poderiam tornar-se interessantes à sociedade. Um dos autores preocupados com a questão, Sennett (1988) sustenta que as transformações sociais do espaço público estão relacionadas ao surgimento da burguesia como classe social e ao desenvolvimento do capitalismo industrial, que estabeleceram novas relações entre as pessoas nas ruas e também nas relações de trabalho no século XIX.

Com o objetivo de compreender a evolução de público e pri-

---

<sup>3</sup> Exemplos de jornalismo investigativo não faltam. Fernando Moraes em *Corações sujos*, um de seus livros-reportagem, levantou documentos e informações ímpares sobre a imigração japonesa em São Paulo, incluindo a rivalidade entre os grupos com diferentes ideologias. Caco Barcelos, em *Rota 66*, relata numa linguagem espetacular o caos na Polícia de São Paulo, assassinatos e demais crimes comprovados com levantamento de documentos.

vado, far-se-á um resgate dos principais pontos que envolvem esses conceitos ao longo dos últimos séculos. Conforme Sennett, com o crescimento das cidades em função do êxodo rural, a grande massa populacional heterogênea exigiu a reorganização do espaço urbano. Criaram-se praças espalhadas e a cidade cresceu de um modo desordenado. A praça central perdeu sua função de local de uso múltiplo (reunião e observação) e as cidades desenvolveram-se em direção aos portos devido ao comércio internacional.

O sistema de vizinhança do século XVIII tornou-se complexo porque ocorreu uma mistura de classes em prédios vizinhos e até na mesma casa devido às dificuldades financeiras da aristocracia em decadência e à imediata falta de espaço urbano. Sennett explica que a nova demografia transformou o estranho num desconhecido, dificultando o contato, pois não há um local onde ele possa ser visto e identificado habitualmente – como acontecia nas praças.

Nesse momento, a burguesia engajava-se em atividades de distribuição comerciais e mercantis e gera novos empregos, bem como se eliminaram antigos postos de trabalho. O mercado urbano interno tornou-se um novo foco de identidade da classe média. Surgiram mercados ao ar livre e também nasceu a competição pelo domínio da área de comércio, a busca por novos territórios e tipos de mercadorias.

O crescimento da população urbana impôs também a criação de novos códigos de credibilidade relativos ao comportamento público, por isso adotaram-se padrões de interação social com estranhos como regras e princípios de ordem pública. Os cidadãos definiam muito bem o que era vida pública e o que não era, para isso confrontavam as exigências de civilidade (comportamento público, cosmopolita<sup>4</sup>) e as exigências da natureza (encarnadas

---

<sup>4</sup> Na vida pública urbana, o homem público é definido como cosmopolita, ou seja, um indivíduo que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade e fica à vontade, pois os códigos de credibilidade eram observados no seu corpo e na sua fala.

pela família). Havia, de acordo com Sennett, noções de direitos humanos através de direitos básicos que opunham a natureza e a cultura, numa base de formulações canônicas de direito à vida, à liberdade, e a busca pela felicidade. O natural é identificado como privado e a cultura como público.

As fronteiras entre o espaço privado e público estavam bem demarcadas: à vida privada cabia o exercício da liberdade individual sem interferências externas e à vida pública, o comportamento convencional, racional e civilizado. A relação entre os domínios público e privado era uma questão de controle e de equilíbrio, não de hostilidade. Cada espaço, conforme Sennett, supria as deficiências do outro.

Os trajes, o tom de voz, a educação definiam as origens, a classe social de cada um, atribuindo-lhes *status*. O discurso era um sinal, uma atividade à distância do eu, uma linguagem geral. Caracterizava-se o corpo como um manequim que servia como forma de distinção da posição social das pessoas pela vestimenta<sup>5</sup>

As leis atribuíam a cada estrato social trajes adequados e proibiam o uso de indumentos de outra posição. O surgimento de novas profissões, no entanto, dificultou a questão do vestuário enquanto distinção, pois não havia vestimentas específicas para elas. Os indivíduos passaram a adotar roupas de outros ofícios e, nas cidades com maior densidade demográfica, existia dificuldade para saber se um estranho estava trajado de acordo com a sua classe social.

Na vida privada, todas as classes sociais adotavam trajes mais folgados e simples, as regras de comportamento público se des-

---

<sup>5</sup> Sennett observa, nesse momento, que conforme o tipo de roupa utilizada em público era possível identificar a classe social do indivíduo, como se a vestimenta fosse um rótulo. Na rua o traje tornava as pessoas estranhas reconhecíveis, elas queriam que os outros soubessem quem eram. Os adornos tinham qualidades em si mesmos. O corpo era o suporte, por isso dissolviam-se os traços de personalidade individual com a pintura do rosto, por exemplo.

faziam. Esse padrão de comportamento que diferenciava o tipo de indumentária definiu o primeiro termo de separação entre o espaço público e o privado.

Pode-se afirmar que os papéis públicos e privados foram sendo definidos por padrões de comportamentos adequados para algumas situações. Os indivíduos buscavam meios para serem sociáveis em bases impessoais, sem intimidades. A aparência física, o manequim e o discurso responsabilizavam-se por revelar a personalidade de cada um.<sup>6</sup>

Os cafés, os pubs e as estalagens eram centros de informação, locais onde floresciam discursos, liam-se os jornais e se discutiam assuntos importantes para a sociedade e, junto com os Teatros e Óperas, formavam os centros sociais da elite e classe média.

No século XVIII, o teatro tornou-se o foco da vida social, onde se conservavam os sistemas de sinais e se mantinha a estratificação social. Havia emoção, a platéia penetrava na intimidade e angústia das personagens, podendo interferir na ação dos atores e nos rumos do texto, como se estivessem no mesmo mundo.<sup>7</sup>

Nas ruas, a grande concentração de estranhos lembrava as grandes platéias do teatro. A experiência pública ligou a formação da ordem social como uma representação de “papéis”, pois cabia a cada indivíduo o uso das máscaras necessárias para diferentes situações. Para Sennett (1988, p.59), “a idéia de que os homens

---

<sup>6</sup> A personalidade era definida enquanto estrato social. Não era permitido exibir sentimentos.

<sup>7</sup> A espontaneidade da platéia, no entanto, devia-se ao status social inferior dos atores, considerados uma espécie de criadagem, o que dava liberdade para se dirigirem a eles, pois não tinham importância alguma, estavam lá para servi-los e para dar prazer. A platéia os controlava e as interferências no espetáculo aconteciam em duas modalidades distintas, os “pontos”, momento em que obrigavam o ator a repetir muitas vezes o momento favorito e os “enquadramentos”, momentos em que atrapalhavam o ator, deixando-o nervoso e impedindo-o de continuar tranquilamente o texto.



são como atores, a sociedade como um palco, era cultivada na escola tradicional do *theatrum mundi*".<sup>8</sup>

O comportamento "público" é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distancia do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias e de suas necessidades; em segundo lugar, essa ação implica a experiência da diversidade. (Sennett, 1988, p. 115)

Um novo comportamento político acompanha o triunfo da personalidade individual. No século XIX, o político burguês assume o papel de intérprete dos interesses públicos individuais. A personalidade do político refletiria os interesses da multidão moderna e sua figura pública era medida por suas proezas.

Sennett compara as atitudes dos políticos com as de artistas porque ousavam na retórica, na oratória e na poesia. Enquanto a identificação dos indivíduos com o representante centrava-se mais na emoção transmitida, o baixo nível de interação social estimulava o processo de reconhecimento dos políticos a partir de seus interesses íntimos.

A imprensa e o desenvolvimento das tecnologias da comunicação apresentam função de destaque na intensificação da sociedade intimista e na concepção do líder carismático na política.<sup>9</sup> A mídia ampliou as informações e os conhecimentos, porém inibiu a capacidade das pessoas converterem essas informações em conhecimentos e em ação política.

O rádio e a televisão são aparelhos íntimos que sutilmente combatem a interação social. Enquanto que no século XVIII os discursos eram pontuados pela platéia, dois séculos mais tarde na tevê isso dificilmente acontece, não há como o público pedir para repetir imediatamente um discurso ou questionar o interlocutor na seqüência da fala. O indivíduo vê mais e interage menos.

---

<sup>8</sup> Essa escola definia por um mundo teatral a idéia vigente dos homens-atores que usavam a vida em sociedade como um palco, praticando retratos da arte na vida cotidiana.

<sup>9</sup> Os meios de comunicação aumentaram o estoque de conhecimentos que os grupos sociais tinham uns dos outros e reforçaram a idéia intimista de que o contato efetivo entre as pessoas era desnecessário.

Sennett enfatiza: os meios de comunicação de massa intensificaram os padrões de silêncio e ampliaram o interesse compulsivo de uma classe (a burguesia) pela personalidade, o que fez com que a imprensa passasse a influenciar a opinião pública.

Habermas (1984) é outro autor que aborda a questão público x privado. Para ele, a comercialização de notícias foi impulsionada pelas transformações tecnológicas e técnicas ocorridas na imprensa durante o século XIX, na qual os editores se preocupavam mais com o produto do que propriamente com o seu conteúdo. Conforme expressa Habermas:

Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária. Isso teve, para a organização interna da empresa jornalística, a consequência de que, entre a coleta de informações e a publicação de notícias, se inseriu um novo membro: a redação. Mas, para o editor de jornal, teve o significado de que ele passou de vendedor de novas notícias a comerciante com opinião pública. (HABERMAS, 1984:214)

De acordo com a idéia de Habermas, as notícias influenciam a opinião pública com os conteúdos publicados diariamente na mídia. A esfera pública, nesse contexto, impõe-se como uma esfera politicamente ativa e as empresas jornalísticas praticam aquela espécie de liberdade característica para a comunicação das pessoas privadas enquanto um público. Para Habermas, somente com o estabelecimento do Estado burguês e, com a afirmação da esfera pública politicamente ativa, a imprensa crítica tem possibilidade de lucro como qualquer outra empresa comercial.

A disputa pública das opiniões ficou de fora quando houve a separação entre esfera pública e esfera privada. Com o desenvolvimento e aprimoramento da publicidade na esfera pública, “pessoas privadas passam imediatamente a atuar enquanto proprietários privados sobre pessoas privadas enquanto público”. Dito de

outra forma: profissionais se especializam em “zelar” pela imagem de empresários, artistas ou políticos perante o público, da mesma maneira que também se responsabilizam por difundir produtos dos mesmos.

A mudança estrutural da área pública burguesa, conforme Habermas, teve início quando as instituições de relacionamento perderam suas forças e não conseguiam mais manter a coesão do público pensante e a imprensa comercial de massa correspondia à reestruturação dos partidos. No Parlamento, substitui-se a idéia de que lá se encontravam homens sábios que participavam da discussão pública na suposição de que a tomada de decisão fosse o melhor para o bem-estar do povo, pelo seguinte: o Parlamento passa à tribuna pública, em que permite a participação do povo na esfera pública através das emissoras de rádio e televisão; e o governo apresenta e defende sua política perante o povo.

A esfera pública consegue exercer a crítica política a partir do momento que se sujeita às condições de coisa pública e da publicidade, o que torna a esfera pública estrita. As discussões políticas, segundo Habermas, limitam-se a grupos familiares, círculos de amigos e vizinhos, que têm de certa forma um “clima homogêneo de opinião”.

Keane (1996) apresenta uma perspectiva mais recente sobre esfera pública:

Uma esfera pública é um tipo particular de relacionamento espacial entre duas ou mais pessoas, geralmente conectadas por certos meios de comunicação (televisão, rádio, satélite, fax, telefone, etc.), nos quais controvérsias não violentas vêm à tona, por um breve ou mais extenso período de tempo. (...) Esferas públicas nesse sentido jamais aparecem na forma pura – a descrição que se segue é *idealtypisch* – e elas raramente aparecem isoladas. (...) ... têm uma qualidade fraturada a qual não está sendo superada por uma tendência mais ampla em direção a uma esfera

pública integrada. (KEANE, 1996: 14 apud SIGNATES, 2002: 584)

O reconhecimento do pluralismo no processo de construção do sentido da notícia depende da constatação de caráter técnico e de uma compreensão detalhada do modo como os meios de comunicação constituem a esfera pública. Signates (2002) considera a possibilidade dos meios de comunicação serem responsáveis por fundar uma esfera pública, desde que seja ampliado o conceito de participação para o processo de construção de sentidos e haja distinção na pragmática dos processos produtivos da comunicação social a formação de instâncias teleológicas e comunicativas num regime de intersubjetividade desigual e fragmentário.

Para Meksenas (2002: 49), “a dissociação entre as esferas do público e do privado correspondeu à cisão do homem enquanto ser genérico e do homem enquanto um ser histórico”. Essa separação do público e do privado está relacionada também à cisão entre o Estado e a sociedade civil. O autor classifica o primeiro como espaço exclusivo do político e o segundo como espaço dos indivíduos privados.

Ao se considerar a idéia de Meksenas sobre o espaço público enquanto exclusivo do político, local de debate político e social, vale abordar o terceiro setor, que neste caso compreende a sociedade civil como a terceira esfera entre o Estado e o mercado (empresas e consumidores). Segundo Bresser Pereira e Grau (1999), é importante vê-la como sociedade organizada de acordo com o poder dos grupos e indivíduos, com poder variado de riqueza e conhecimento, compostos por organizações corporativas e públicas não-estatais (ligadas à defesa dos direitos de cada cidadão). Para desenvolver círculos virtuosos entre Estado, mercado e sociedade civil, necessita-se revisar os modos de definição e realização dos interesses públicos. A sociedade civil tende a ser mais democrática quanto mais representativas forem as organizações corporativas.

Bresser Pereira e Grau relacionam a mudança da esfera pública diretamente à crise do Estado, uma marca do século XX:

nos anos 80, a proposta neoconservadora do Estado mínimo; na década de 90, o irrealismo da proposta neoliberal. Por isso, há a reconstrução do Estado, necessária no momento em que promove ajuste fiscal, abertura comercial e redimensionamento de suas atividades. E essa mudança influencia a implantação de políticas públicas.

Uma grande crise econômica e a desaceleração das taxas de crescimento dos países desenvolvidos ocorreram na década de 80 em função da crise endógena do Estado social – Estado de bem-estar nos países desenvolvidos, do Estado desenvolvimentista nos países em desenvolvimento e do Estado “socialista”. Essa crise acirrou a competitividade internacional, provocando a concentração de renda e o aumento da violência junto com o acúmulo da inovação social na resolução dos problemas coletivos e na reforma do Estado.

No século XX, conforme os autores, houve o predomínio do Estado social-burocrático, que buscava garantir os direitos sociais e o desenvolvimento econômico e ainda através de um sistema formal/impessoal utilizava os servidores para desempenhar essas funções econômicas e sociais. Esse tipo de Estado, que trouxe consigo o corporativismo e os problemas do burocratismo, começou a entrar em crise por volta dos anos 70. Com a globalização, cresceu a importância de uma forma nem privada nem estatal de executar serviços garantidos pelo Estado, como educação e saúde.

Bresser Pereira e Grau definem público não-estatal como sinônimos de terceiro setor; setor não-governamental; e setor sem fins lucrativos. E espaço público não-estatal é o espaço da democracia participativa, relativo à participação cidadã em assuntos públicos. Os autores mostram a diferença e a relação entre estatal e público: “O que é estatal é, em princípio, público. O que é público pode não ser estatal, se não faz parte do aparato do Estado”.

No capitalismo contemporâneo, de acordo com os autores, existem quatro esferas: propriedade pública estatal; propriedade pública não-estatal – que é direcionada ao público, sem fins lucrativos e regida pelo direito privado; propriedade corporativa, sem

fins lucrativos e voltada a defender interesses de um grupo; e propriedade privada.

A partir da reforma do Estado nos anos 90, as atividades sociais deviam alcançar a garantia (pelo Estado) de que fossem realizadas pelo setor público não-estatal. Com isso, de acordo com os autores, possibilita-se garantir uma sociedade mais justa: um Estado assim reconstruído poderá resistir aos efeitos perturbadores da globalização e garantir uma sociedade não somente mais desenvolvida, mas também menos injusta.

O espaço público como “fonte das funções de crítica e controle que a sociedade exerce sobre a coisa pública” é uma idéia de Habermas incorporada por Bresser Pereira e Grau. Assim, afirmam que, por meio do enriquecimento do debate público, a sociedade pode exercer um papel de crítica e controle sobre o Estado. Quando há recursos públicos aplicados por agentes públicos ou privados, a sociedade tem o direito de controlar seu uso e destino<sup>10</sup>:

A proteção do direito à coisa pública, de fato, implica recriar o espaço público como o espaço que torna possível a conexão do princípio da igualdade política com o da participação dos cidadãos no que é de interesse comum, qualquer que seja o âmbito em que ele esteja situado. (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999:25)

O que se poderia entender como recriação do espaço público? E qual relação essa questão pode ter com os meios de comunicação? Conforme as idéias de Bresser Pereira e Grau, para proteger os direitos precisa-se de um espaço de comum ligação entre a igualdade política e a participação dos cidadãos, no sentido de

<sup>10</sup> Controle social pode ser definido aqui como uma forma pela qual a sociedade pode controlar diretamente o Estado e também a forma do Estado ter recursos e instituições governamentais para exercer regulações sociais necessárias, além de constituir um controle sobre as organizações públicas não-estatais.

apontar e discutir problemas de interesse público, propor soluções e buscar a implantação de melhorias.

Nesse contexto, os meios de comunicação têm papel importante por tornar público temas relevantes para a sociedade, como reajustes de tarifas, índice de desemprego no país, exploração de menores, desvio de verbas, déficit de vagas em escolas, entre outros, além de colocá-los em discussão para o cidadão refletir e, conseqüentemente, tomar uma posição. É a mídia, muitas vezes, a responsável por apontar soluções ou perspectivas.

Os meios de comunicação contribuem para a formação de um espaço do cidadão, da sociedade civil. Na esfera pública não-estatal, produzem-se bens ou serviços e também se defendem valores coletivos, o que obrigaria a recriação dos cidadãos como corpo político para o exercício do controle social. Ao fazer referência ao público não-estatal, abre-se uma lacuna para a importância da sociedade como fonte do poder político – além do voto, a conformação da vontade política, a preocupação com a democracia, e reivindicar as funções de crítica e controle do Estado. Também se atribui responsabilidade à sociedade ao mostrar que o Estado e o mercado não são as únicas possibilidades nesse campo.

Valores como solidariedade, compromisso, cooperação voluntária e responsabilidade pelo outro estão presentes nas organizações sem fins lucrativos. Essas características são o diferencial em relação ao mercado, que tem como base a competição, e ao Estado, fundado no poder coercitivo. É a diversidade existente entre os três setores (estatal, privado e terceiro setor) que os levam ao equilíbrio, que fortalece a própria democracia.

Ainda de acordo com Bresser Pereira e Grau, a transformação de serviços sociais estatais em públicos não-estatais não significa que o Estado deixa de ser responsável por eles. O financiamento público estatal será cada vez mais necessário nesse contexto. Do ponto de vista da produção social de bens públicos por uma organização pública não-estatal, há três vantagens: pluralização da oferta de serviços sociais; flexibilização e desburocratização da

gestão social; e responsabilidade de dirigentes e participantes pela organização<sup>11</sup>.

As organizações sem fins lucrativos também contribuem, assim como os meios de comunicação, com a construção de um espaço público cidadão:

O desenvolvimento de condições políticas para a construção da cidadania é altamente dependente da capacidade dos indivíduos para desenvolver um sentido de comunidade que, preservando os espaços de liberdade, tenda por sua vez a incrementar os níveis tanto de responsabilidade como de controle social. Por outro lado, é obvio que as condições materiais para a construção da cidadania dependem de os direitos sociais e econômicos poderem ser ampliados para todos os indivíduos. As práticas sociais fundadas na solidariedade contribuem para criar ambos os tipos de condições. (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999:38)

A construção de um espaço de cidadania, portanto, é uma via de mão dupla, pois está relacionada ao empenho dos indivíduos de desenvolver responsabilidade e controle social e ao acesso aos direitos sociais e econômicos. O primeiro fator depende da participação dos cidadãos na política e também nos temas e problemas atuais em discussão, que normalmente são lançados e questionados pelos meios de comunicação.

---

<sup>11</sup> Entre as organizações sociais existentes, pode-se diferenciá-las da seguinte maneira, conforme Bresser Pereira e Grau. As ONGs, estruturadas no trabalho voluntário e com objetivo de defender os direitos de cidadania, produzem serviços e controle social. Já as entidades de caridade têm trabalho voluntário e não exercem o controle social. As fundações que financiam entidades públicas não-estatais controlam socialmente algumas organizações por ela financiadas. As Ospnes (Organizações de serviço público não-estatais), produtoras de serviço na área educacional ou de saúde não utilizam trabalho voluntário e também não estão voltadas ao controle social.



Trabalhar temas de interesse público no jornalismo pode significar, conforme interpretação das idéias dos autores estudados aqui, levar a público questões importantes para mais de um indivíduo (KEANE, 1996), bem como estimular a participação da sociedade civil no debate e no auxílio para a solução de problemas (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999). Esses aspectos fundem-se na discussão sobre comunicação e cidadania, proposta no item seguinte.

### **3.2 Cidadania e comunicação**

Entre 1985 e 2000, o poder institucional da comunicação colocou-se como “articulador de espaço substituinte à sociedade civil”. A cidadania de classe<sup>12</sup> que, nesse período, formou-se em movimentos sociais e ONGs, resultando em projetos alternativos de desenvolvimento e de práticas voltadas aos mais pobres, teve seus canais interlocutores extinguidos aos poucos pelo poder Executivo. Meksenas (2002) atribui esses fatores à forma de atuação das grandes empresas de comunicação:

Formado pelas grandes empresas que monopolizam os canais de informação por meio da mídia audiovisual e escrita, o poder institucional da comunicação incorporou o debate, as pesquisas de opinião e as

---

<sup>12</sup> O conceito original de cidadania apontado por Meksenas (2002) simboliza a igualdade jurídica entre os indivíduos e o fim dos privilégios legados pelo Absolutismo com a subordinação do governo à soberania popular. Meksenas (2002: 23) apresenta três níveis dimensionais da cidadania:

1 – cidadania como slogan – que define a “ação” de grupos sociais, a missão de instituições;

2 – cidadania como designação de sujeitos em contextos históricos ou cidadania de classe – aponta para os diferentes modos das classes trabalhadoras operarem política;

3 – cidadania como categoria de análise – permite a articulação de vários conceitos, como direitos e participação política, políticas públicas e mercado e sociedade civil e Estado.

denúncias da violação dos direitos como ingredientes dos produtos culturais oferecidos aos seus telespectadores, ouvintes, leitores e internautas. O esforço dessa mudança consistiu em remeter a formação da opinião pública à esfera da intimidade, em substituição à participação política na esfera pública. (MEKSENAS, 2002: 181)

Meksenas considera esse tipo de comunicação midiática responsável por reduzir fóruns e debates públicos, bem como de transformar-se em substituto da política. Em contrapartida, há meios possíveis de desenvolver ações contrapostas ao poder institucional da comunicação, a partir de experiências locais. “Aprendemos que a *esfera pública* é arena de lutas e apenas com a multiplicidade de práticas locais, em que o seu conteúdo pode transcender o particular, é possível pensar a formação de uma opinião pública crítica e em rede.” (MEKSENAS, 2002: 226)

Para Meksenas, concepções diferentes de Durkheim, Marshall e Bobbio classificam os direitos como algo capaz de formar e delimitar as condições históricas da participação política, impulsionados pela cidadania, como demonstra a seguir:

Os princípios da cidadania, materializados nos direitos, entram em conflito com as classes sociais e assumem a forma reguladora do sistema de desigualdades, seja por reduzir as diferenças sociais, seja por manter essas diferenças em níveis toleráveis e necessários à manutenção da competitividade social, dinamizadora da sociedade. (MEKSENAS, 2002: 39)

Isso quer dizer que os direitos regulam a sociedade ao garantir as mesmas chances aos indivíduos e, ao mesmo tempo, legitimam as diferenças entre eles, desde que estas resultem do empenho e da capacidade de cada um. O acesso diversificado quanto à qualidade de escolas, hospitais e renda, é garantido pelos direitos, até

o momento que essa diversificação não comprometa o equilíbrio social devido às desigualdades sociais.

Quanto aos direitos sociais, Meksenas (2002: 52) afirma ter três tensões que os permeiam: a primeira é referente às relações entre as formas de regulação social (que garantem a reprodução da sociedade) e da emancipação social (que questiona a reprodução); a segunda é baseada na relação entre sociedade civil e Estado, de forma que as lutas por direitos civis tentam aumentar o poder de intervenção do Estado na sociedade; e a terceira tensão está diretamente relacionada à globalização.

A última tensão é considerada a mais importante pelo autor para entender os direitos na “perspectiva interestatal”<sup>13</sup>. A concepção multicultural do direito se insere no conjunto dessas três tensões, destacando-se a globalização, uma vez que se caracteriza por um processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência em todo o globo<sup>14</sup>. A seguir, apresenta-se a definição de quatro contextos para a compreensão da globalização:

1. *Localismo globalizado* – Ex.: A disseminação da língua inglesa como língua global.
2. *Globalismo localizado* – Ex.: A influência da língua inglesa no Brasil; e ainda países periféricos se tornam conhecidos por suas particularidades, no caso do Brasil pode-se citar a MPB.
3. *Cosmopolismo* – consideram-se as ações das classes trabalhadoras e de organizações na perspectiva dessas classes,

---

<sup>13</sup> A terceira tensão assume a forma e o caráter da globalização e implica a regulação-emancipação social em escala mundial, colocando os direitos na perspectiva interestatal. (MEKSENAS, 2002: 52)

<sup>14</sup> Este conceito é definido por Santos (1997 apud Meksenas, 2002: 52). Vale ressaltar que a discussão em torno da globalização é amplo e que o objetivo aqui não focar este conceito.

que procuram se utilizar os mecanismos de interação transnacional criados pelo sistema mundial. Por exemplo: movimentos feministas, sindicais e de defesa dos direitos humanos.

4. *Patrimônio comum da humanidade* – temas que só têm sentido se tratados como temas globais, como temas ambientais e meios que garantem a vida.

O localismo globalizado e o globalismo localizado surgem como formas que garantem a regulação social pela dominação de grupos nacionais sobre outros. Para entendermos melhor, um bom exemplo é a Unesco (Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e outras organizações mundiais, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e OMS (Organização Mundial da Saúde). As outras duas definições constituem globalizações de baixo para cima, com a possibilidade da globalização contra-hegemônica.

Meksenas menciona as lutas por direitos como lutas presentes na globalização contra-hegemônica, se consideradas como multiculturais – “relação de equilíbrio entre o global e o local na perspectiva das classes trabalhadoras”. As políticas de direito do pós-45 atenderam mais aos interesses políticos dos países centrais do que na perspectiva contra-hegemônica.

Bourdin (2001) aborda o localismo considerando o local como uma prática que contesta, “é o espírito que diz não. É o dispositivo crítico... Ele trabalha os multipossíveis”. O autor destaca o local como instrumento de resistência “a uma modernidade perigosa”. O local, assim como a família e os movimentos de protesto, é objeto que representa a “base” por oposição aos grandes aparelhos sociais. Também oferece respostas que privilegiam a diversidade, as diferenças e a multiplicidade das escalas e das pequenas unidades. “Isso leva a pensar a mundialização como uma obrigação ”artificial” imposta a uma organização social mais “natural” fundada nas entidades pequenas e médias que resistem a ela.” (BOURDIN, 2001: 29)

O local<sup>15</sup> é o território de pertença, o espaço fundador, onde o homem se constrói e se define através do conhecimento do seu entorno imediato. Geograficamente, à região natural corresponde uma atividade, uma organização sociopolítica, um grupo humano específico. Sobre isso, George (1969) diz que a relatividade do espaço depende da capacidade de sustento humano (valor econômico) e da percepção de suas dimensões por parte da população que o ocupa. Para George, o espaço surge com dupla qualificação: em relação aos elementos de estudo das ciências da natureza e em função de organizações econômicas e sociais implantadas<sup>16</sup>.

O espaço regional, segundo George (1969:45), está entre o espaço de localização e o espaço de relação de dimensão continental, “geralmente polarizado sobre uma rede urbana, ou seja, por uma hierarquia de centros de serviços e de comércio, freqüentado em ritmos diversos por uma parte relativamente importante da população”.

As elaborações do local mantêm um lugar essencial para a proximidade e seu papel na vida social. Um território local, conforme Bourdin, compreende o espaço de vida de uma comunidade ou de um conjunto de comunidades que o compartilham<sup>17</sup>. “O conteúdo do território local é sua expressão através do “viver junto” e dos interesses coletivos.” (BOURDIN, 2001: 199) As re-

---

<sup>15</sup> Diferentemente do local, o nacional é tido como espaços de referência. Essa parte da antropologia que estuda a localidade parte da idéia de que a nossa identidade, até a mais individual, é construída a partir de um grupo de pertença, que está associado a um território. (BOURDIN, 2001: 34)

<sup>16</sup> A organização ordenada do espaço se projeta em diversas escalas: “escala local no interior de uma aldeia ou de uma aglomeração urbana; escala regional no contexto de uma pequena região ou de parcela de um continente; escala internacional e intercontinental, na medida em que a vida de coletividades distintas depende de um sistema de trocas em grandes distâncias”. (GEORGE, 1969: 42)

<sup>17</sup> O autor define comunidade a partir de do dois desses três fatores: fortes interações entre seus membros do cotidiano, proximidade dos modos e/ou estilos de vida, acentuadas referências comuns (identitárias, religiosas etc) e a capacidade de exprimir a proximidade em instituições coletivas.

lações com os demais territórios não está claramente estabelecida e não tem regra de estabilidade.

Quanto à influência do nacional no local, Bourdin diz:

A esfera local é constituída em grande parte pela localização daquilo que vem da esfera nacional: aplicação de políticas públicas ou da estratégia das grandes empresas, das grandes evoluções sociais e políticas. O resto é muito associado ao domínio privado. (BOURDIN, 2001: 197)

Percebe-se, dessa forma, que o local reúne características relacionadas às atividades sociais de suas comunidades, bem como seus costumes e crenças, e é receptor de influências nacionais, como decisões políticas e legislativas – comuns ao país, por exemplo. Nesse sentido, a imprensa regional também possui “marcas” locais e nacionais, refletidas nas notícias publicadas. Basta lembrar-se do caderno de Cidades ou Cotidiano, composto de fatos locais e regionais abrangendo as necessidades e acontecimentos das comunidades próximas. Concomitantemente, existem as matérias sobre política, economia e demais editoriais sobre o que acontece no Brasil.

O jornalismo local pode conseguir debater temas de interesse público e estimular a participação do cidadão com maior probabilidade de eficácia em função da proximidade com seu receptor. Tomamos como exemplo a *Folha da Região* de Araçatuba que, com o objetivo de ampliar o canal de participação dos leitores na elaboração do jornal, incentivou a criação do Conselho de Leitores no segundo semestre de 2003. O editor-chefe, Wilson Marini (2005), afirma que os leitores interessados em participar do fórum sobre a atuação do periódico se inscrevem, “apresentam pautas, discutem o jornal, fazem críticas e ouvem explicações do editor-chefe e outros editores sobre material publicado ou não, critérios, etc”<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Informações concedidas em entrevista realizada por e-mail com o editor-chefe da “Folha da Região”, Wilson Marini, em 22 de janeiro de 2005.

Marini garante que a *Folha da Região* “abre espaço amplo, sem restrições” para a participação dos receptores. Além do Conselho, há outras formas de interação com o jornal, como a coluna dos leitores, publicada diariamente, e por meio da “pergunta do dia”, “acolhendo pontos de vista às vezes contraditórios ou complementares, mas que ajudam a formar o Consenso desejável na maioria dos casos”. Os leitores podem ainda se manifestar por telefone, e-mail ou fax.

Para o editor, “no mundo globalizado, o jornal regional amplia cada vez mais a sua importância como veículo de integração e que propicia o contato com o mundo cada vez mais interdependente”. No caso específico da *Folha da Região*, com foco voltado para o interesse comunitário, Marini explica que é necessário ter jogo de cintura no dia-a-dia do processo jornalístico para manter a credibilidade da informação:

Fica cada vez mais claro na imprensa que o maior patrimônio é a credibilidade e que o anunciante, ao comprar um espaço, empresta essa credibilidade, que interessa, portanto a ele também. Ou seja, ele não anuncia num boletim impresso, mas num jornal, cujo conceito é mais amplo. Claro que essa equação exige jogo de cintura no dia-a-dia, pois é previsível que eventualmente o anunciante exerça pressões para que saia ou não saia determinada notícia. Mas isso ocorre também por parte das fontes, e até dos próprios leitores em tese neutros na história. Adotamos sempre o critério jornalístico e nenhuma informação relevante deixa de ser veiculada.<sup>19</sup>

Essa discussão sobre o poder de influência do anunciante na imprensa não é recente. Sabe-se que cada veículo tem seus artifícios, seja comercial ou jornalístico, para lidar com a questão. Todo meio de comunicação está suscetível no sentido de ser

<sup>19</sup> Depoimento de Wilson Marini durante entrevista por e-mail.

pressionado por fontes, poder público e autoridades políticas, por exemplo. Portanto, pode-se dizer que esse processo também pode variar conforme o fato que está sendo noticiado. Isso não significa, no entanto, demérito para o jornal regional.

A idéia que fica é a importância dos espaços micro, como os *micro-media*, para as comunidades locais, “onde se ensaiam alternativas comunicacionais, societais, econômicas e políticas, como contraponto dos poderes que se formam do lado da globalização”. (CAMPONEZ, 2002: 149)

Com foco na democratização contínua, Dines (2004) elenca algumas metas para a área de comunicação social: evitar a concentração e a propriedade de veículos; impedir a presença do Estado no processo informativo; transformação dos meios de comunicação estatais em veículos alternativos; debater a criação de uma agência reguladora específica aprovada pelo Congresso, capaz de reparar distorções na esfera da mídia eletrônica; estimular a criação de entidades no Terceiro Setor dedicadas à promoção do debate público<sup>20</sup>. A imprensa na condição de contrapoder<sup>21</sup>, com capacidade de gerar contrapoderes para evitar os abusos que ela mesma possa cometer, estará apta a corrigir-se permanentemente e a contribuir para uma democracia efetiva.

O jornal do interior, especificamente, contribui para a discussão de problemáticas próximas ao leitor e, sobretudo, para a par-

---

<sup>20</sup> O Observatório da Imprensa, coordenado por Alberto Dines, discute as principais abordagens da mídia por meio do programa televisivo semanal transmitido pela TV Cultura em São Paulo e pela TV Educativa em outros Estados. Também há debates pelo endereço eletrônico [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br), onde encontramos uma variedade de textos sobre o papel e desempenho dos meios de comunicação. A Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) acompanha as publicações dos principais jornais e revistas do Brasil e mantém um clipping de notícias sobre criança e adolescente. Periodicamente publica pesquisas e análises sobre o desempenho da mídia em matérias com temas infantis. Informações podem ser consultadas no endereço [www.andi.org.br](http://www.andi.org.br).

<sup>21</sup> Dines (2004) utiliza o termo contrapoder originado da palavra controle, que na sua acepção inicial, francesa – *contr'role*, significa algo como oposição, contrapartida ou contrapoder.



ticipação do receptor na reivindicação e solução das questões discutidas. No momento em que a comunidade, por meio do debate público “promovido” pela imprensa, consegue a implantação de políticas públicas ou a comprovação de um crime político, está ampliando a ação cidadã. Vale ressaltar o “espírito” de pertença que o local desperta em suas comunidades por lutarem juntos por problemas considerados comuns.

A *Folha da Região*, por meio do espaço aberto para a participação dos receptores – pelo Conselho de Leitores, correio eletrônico, cartas e telefonemas onde podem opinar e denunciar problemas – das reportagens e seções destinadas a questões comunitárias, como déficit de vagas em escolas públicas e ruas esburacadas sem condição de tráfego, desenvolve um papel imprescindível tanto para tornar público determinada problemática quanto para cobrar soluções e apontar alternativas mediante a participação dos cidadãos.

No próximo capítulo, analisar-se-á a hipótese lançada por esta dissertação: o jornal regional constrói representação política de classes sociais classificadas pobres? Essa questão tem relação direta com o exercício da cidadania e o papel da imprensa local, responsável por ter como lema o interesse por temas da comunidade.



# Capítulo 4

## Análise de conteúdo

Este capítulo foca especificamente a análise do objeto de estudo desta dissertação – reportagens publicadas pela *Folha da Região* de Araçatuba, com o objetivo de aferir as hipóteses levantadas sobre a imprensa local. Optou-se por realizar uma análise de conteúdo em função do texto jornalístico analisado – matérias com temáticas referentes à criança e ao adolescente. Outra opção para este estudo é a análise de enquadramento, que procura investigar o “ângulo da notícia”. Esse tipo de análise é bastante utilizado quando o objeto de estudo relaciona mídia e política – diferente da presente proposta<sup>1</sup>.

Analisar-se-ão, pelo viés qualitativo, dois blocos de reportagens com fins de comparação para a verificação das hipóteses. O primeiro refere-se a matérias publicadas entre fevereiro e setembro de 2002 e o segundo, a notícias veiculadas durante o ano de 1990. Selecionou-se o ano de 1990 para a comparação de reportagens porque o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi implantado em 13 de julho desse ano. Responsável por garantir os direitos relacionados à infância, o ECA pode ser considerado um fator marcante para justificar algumas mudanças na forma de abordagem das notícias sobre crianças.

---

<sup>1</sup> Sobre enquadramento (*frames*), consultar o último item do primeiro capítulo desta dissertação.

De acordo com informações e pesquisas da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), a imprensa – incluindo revistas e jornais – evoluiu no que se refere à abordagem de temas relativos à criança. Dedicou-se mais espaço aos problemas, além de discuti-lo de forma mais ampla, apontando alternativas e soluções. Em função disso, torna-se importante frisar as diferenças entre os dois blocos estudados: o primeiro traz textos com caráter de reportagem; enquanto que o segundo trabalha com textos apenas noticiosos, sem discussão ampla dos temas. Sabe-se também que, por ser uma série de reportagem, o primeiro bloco de matérias teve um tempo maior de elaboração. Essas diferenças, no entanto, não desmerecem bem como não invalidam a proposta da comparação.

O universo da presente análise de conteúdo abrange 38 reportagens, sendo 18 pertencentes ao primeiro bloco e 20, ao segundo. Realizou-se essa divisão para facilitar a compreensão e a análise. A definição do universo de pesquisa em análise de conteúdo, para Bardin (1977), compreende a pré-análise, fase de organização propriamente dita. É um período utilizado pelo pesquisador para fluência e sistematização das primeiras idéias, ou seja, aproveita-se para elaborar um plano de análise. Nessa fase, necessita-se escolher os documentos que se analisarão, formular as hipóteses e os objetivos, além de elaborar indicadores para sua interpretação. Freitas e Janissek (2000: 44) acreditam que a definição do universo estudado, delimitando e definindo claramente o que estará e o que não estará envolvido, representa o primeiro passo para iniciar a análise de conteúdo.

Realiza-se a definição das hipóteses ainda na primeira fase. Neste trabalho, considera-se relevante verificar três hipóteses: 1. se o jornal regional representa politicamente classes trabalhadoras; 2. se a imprensa regional trabalha temas de interesse local; 3. se o jornal do interior evoluiu técnica e graficamente nos últimos 15 anos.

Com a finalização da pré-análise, passa-se para outra fase: a categorização do universo pesquisado. Fazer uma categorização,

segundo Bardin (1977: 117), é o mesmo que classificar os elementos de um conjunto por diferenciação e reagrupamento. “A maioria dos procedimentos de análise organiza-se em redor de um processo de categorização.” As categorias podem originar do documento de estudo ou de um certo conhecimento geral da área na qual se insere. No caso de um texto, os objetivos, as intenções e as crenças do emissor são exemplos de categorias. Quanto ao processo de categorização, Freitas e Janissek afirmam:

A escolha das categorias é o procedimento essencial da Análise de Conteúdo; visto que elas fazem a ligação entre os objetivos da pesquisa e seus resultados. O valor da análise fica sujeito ao valor ou legitimidade das categorias de análise. É o objetivo perseguido que deve pautar a escolha ou definição do que deve ser quantificado. (Freitas e Janissek, 2000: 46)

As categorias reúnem um grupo de unidades de registro ou unidades de análise. Os critérios podem ser: semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras conforme seus sentidos) e expressivo (que classificam as perturbações da linguagem).

Antes da categorização, dividir-se-ão as reportagens por temas: Educação, Saúde, Violência, Trabalho infantil e Prostituição de menores. Em função das hipóteses levantadas para análise de conteúdo das matérias selecionadas, as categorias definidas são: 1. tema de interesse público; 2. intenções; 3. problemas discutidos; 4. soluções/alternativas apontadas; 5. origem das informações (local ou nacional); 6. iniciativa do tema; 7. entrevistas realizadas; 8. espaço destinado à matéria e às fotografias. As mesmas categorias serão aplicadas aos dois grupos de reportagens.

A etapa seguinte da análise de conteúdo é a exploração do material, ou seja, necessita-se utilizar as categorias definidas para “tratar” as reportagens. A última fase corresponde à interpretação, à inferência e ao tratamento dos resultados, “cujo objetivo é per-

mitir o relacionamento das características dos textos combinadas ao universo estudado”. (Freitas e Janissek, 2000: 48)

## 4.1 Reportagens da série “Meninos e Meninas”

Neste tópico, analisar-se-ão as matérias do primeiro bloco, publicadas pela *Folha da Região* de Araçatuba durante a série de reportagens “Meninos e Meninas”, veiculada na última página do Caderno de Cidades. O universo estudado aqui é de 18 textos jornalísticos. Os quatro primeiros quadros correspondem à análise de matérias sobre saúde; os oito seguintes são referentes à abordagem de questões educacionais; e os demais quadros dizem respeito a reportagens que abordaram o trabalho infantil, violência e prostituição de menores de 18 anos. Cada quadro será identificado com o título da reportagem e data de veiculação.

### Saúde

**Saúde da boca começa com prevenção desde a gestação.** Folha da Região, 8 de maio de 2002, p. B-6.

Categories	Análise do texto	Exemplos retirados do texto
Tema de interesse público	Interesse público local de mulheres grávidas ou com bebês recém-nascidos.	“A Unesp mantém a Bebê Clínica onde são atendidas cerca de 60 crianças por dia. O atendimento começou em 1995, quando a universidade implantou o programa de prevenção de saúde bucal no bebê.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Transmitir orientação e informações para a conscientização da importância da prevenção de cáries nos bebês e divulgar programas de prevenção.	“é muito comum a cárie de mamadeira entre bebês e crianças porque as mães os amamentam durante a madrugada e não fazem a higiene bucal.” “O objetivo da educação é a mudança de comportamento das pessoas, por isso precisa ser contínuo.”
Problemas discutidos	Índice de cáries entre crianças e a importância da prevenção realizando higiene bucal nos bebês.	“O levantamento epidemiológico de cárie dental, realizado a cada dois anos com cerca de cem crianças de escolas de Araçatuba, apontou no ano passado um índice de 1,3 cárie até os 12 anos. Em 1999, o índice foi de 2,4 em crianças até 12 anos.”
Soluções/alternativas apontadas	Pode-se dizer que a matéria aponta alternativas (orientação) para as mães.	A mãe pode fazer higiene bucal da criança com gaze e água após a amamentação; evitar alimentos com excesso de açúcar; inscrever o bebê no programa de atendimento realizado pela Unesp; além de a prevenção também ser feita nas escolas municipais.
Origem das informações (local ou nacional)	Traz dados de pesquisas nacionais e informações sobre programas de prevenção na cidade. Aborda realidade de Araçatuba e Biri-gui.	“O último levantamento nacional, realizado em 1986, apontou um índice de 6,65 cáries nesta faixa etária.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O periódico realizou o levantamento de informações.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	2 professores da Unesp; 1 dentista da UBS (Unidade Básica de Saúde); 1 dentista de escola; 1 diretora escolar.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma retranca e foto de atendimento preventivo na Unesp.

**Jovens não temem dependência de álcool.** Folha da Região, 12 de junho de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, pois aborda uma problemática atual tanto das cidades da região de Araçatuba quanto do Brasil todo.	“O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes é de três a cinco vezes superior ao tabagismo.”
Intenções	Conscientizar familiares e jovens para evitar o consumo excessivo de álcool.	“A idade do primeiro contato com a bebida tem caído no Brasil, o que aumenta o risco de dependência. Hoje, a estréia ocorre por volta dos 11.”



<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, pois aborda uma problemática atual tanto das cidades da região de Araçatuba quanto do Brasil todo.	“O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes é de três a cinco vezes superior ao tabagismo.”
Intenções	Conscientizar familiares e jovens para evitar o consumo excessivo de álcool.	“A idade do primeiro contato com a bebida tem caído no Brasil, o que aumenta o risco de dependência. Hoje, a estréia ocorre por volta dos 11.”
Problemas discutidos	Venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, tolerância dos pais frente ao problema, e conseqüências da dependência do álcool.	“A bebida consumida por causa da compulsão incontrolável pode prejudicar todos os órgãos. A sensação de euforia e a falsa alegria provocada pelo álcool atraem a maioria dos jovens.”
Soluções/alternativas apontadas	Evitar a manutenção de bebidas alcoólicas dentro de casa; conversar com os adolescentes; e procurar ajuda no AA (Alcoólicos Anônimos) em caso de qualquer suspeita de alcoolismo.	“Para a psicóloga, é importante que a família e o dependente procurem ajuda em grupos de apoio. ‘A família tem de aprender a lidar com o dependente em casa.’”
Origem das informações (local ou nacional)	Local por trazer informações e representar a realidade de Araçatuba e global quando se refere a dados da OMS (Organização Mundial de Saúde).	“O coquetel de uísque com energético é a bebida alcoólica preferida do estudante W.C., 17 anos de Araçatuba.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	A investigação do problema partiu do jornal.	O periódico realizou o levantamento de informações.
Entrevistas realizadas	6 entrevistas	2 adolescentes; 1 chefe de serviço de Posturas da Prefeitura; 1 membro do AA; 1 neurologista; e 1 psicóloga.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e duas retrancas com fotos.

**Humanização do parto reduz riscos.** Folha da Região, 19 de junho de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque aborda a importância do pré-natal e aspectos do parto.	“A humanização do parto está diretamente relacionada à do pré-natal. O ideal é começar o pré-natal nos primeiros meses de gestação ou até mesmo antes da gravidez.”
Intenções	Conscientizar principalmente famílias de baixa renda sobre a importância do pré-natal para a saúde do bebê.	“Durante a gestação, a mulher deve realizar exames laboratoriais mínimos: tipagem sanguínea, sífilis, HIV, hemograma e urina.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Problemas discutidos	Pré-natal, parto e transmissão de HIV para o bebê.	“Sabe-se que a gestante com HIV que passa por um tratamento adequado tem 2% de chance de transmitir a doença para o bebê. Se não fizer nada, a chance é de aproximadamente 50%”, afirma o médico.”
Soluções/alternativas apontadas	Não há soluções, apenas informações e orientações que a grávida pode seguir para garantir a saúde do bebê.	“Com a humanização do parto, o obstetra detalha que existem métodos para diminuir o sofrimento da paciente durante o trabalho de parto.” Aproximação da criança com a mãe logo após o parto.
Origem das informações (local ou nacional)	Birigui e São José do Rio Preto, além de informações do programa de humanização do parto, do governo federal.	Apresenta informações da região, mostrando a implantação do programa de humanização do parto, do governo federal em Birigui e traz o exemplo já praticado na Santa Casa de São José do Rio Preto.
Iniciativa do tema	Partiu do jornal	O periódico realizou o levantamento de informações.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas	1 obstetra, 1 enfermeira da Secretaria de Saúde de Birigui e 1 pespontadeira grávida.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e duas retrancas com fotos.

**Alimentação da criança exige cuidados.** Folha da Região, 17 de julho de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, uma vez que traz informações sobre a alimentação ideal para as crianças.	“O bom uso dos alimentos e de forma adequada garante qualidade de vida e o desenvolvimento necessário da criança.”
Intenções	Mostrar a importância da alimentação equilibrada para a saúde infantil e orientar as famílias.	“Segundo a nutricionista Elaine Vaz Pandini, o cálcio contribui para o crescimento da criança e o desenvolvimento ósseo, por isso o consumo ideal diário é de 750 mililitros de leite nesta fase.”
Problemas discutidos	Alimentação da criança e alternativas para famílias de baixa renda.	“Caso não haja complementação alimentar, a criança pode ter deficiência de vitaminas e minerais.”
Soluções/alternativas apontadas	Orientação relativa à alimentação e alternativa para a comunidade pobre melhorar a alimentação da criança.	“A horta comunitária é uma alternativa para famílias de baixa renda que não podem reservar parte do orçamento para a compra de verduras e legumes.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Informações locais de profissionais e comunidade.	“No bairro Vilela, em Araçatuba, 20 famílias são beneficiadas com os alimentos produzidos na horta, que existe há aproximadamente dez anos.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	A <i>Folha da Região</i> optou por abordar o tema.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas	1 nutricionista, 2 moradoras sobre hortas comunitárias
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma retanca com uma foto.

## Educação

**Educar é construir inteligência.** Folha da Região, 20 de março de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, uma vez que a metodologia de ensino é uma das grandes discussões na educação.	“Toda criança tem direito à educação a partir do nascimento. Pelo menos, é o que diz a Constituição e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases).”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Mostrar os direitos e deveres referentes à educação infantil gratuita oferecida pelos municípios paulistas, bem como os problemas com falta de vagas nas Emeis.	“A educação infantil é uma atribuição prioritária do município, responsável pelo ensino fundamental e pela educação infantil.”
Problemas discutidos	Direitos e deveres na educação infantil e déficit de vagas, direito das trabalhadoras de indústrias de calçados conseguirem vagas para seus filhos, percentual investido na educação.	“Déficit de mil vagas em birigui desafia prefeitos e empresários.”
Soluções/alternativas apontadas	Construção de novas creches para disponibilização de 250 vagas, assistência judiciária gratuita da Casa do Advogado de Birigui.	“A Casa do Advogado de Birigüi faz um trabalho de assistência judiciária gratuita em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado para orientar pais carentes que não conseguem vagas em creches.”
Origem das informações (local ou nacional)	Nacional (informações contidas na LDB) e local (Araçatuba e Birigui).	“A rotina da operária Rosana Carneiro da Silva, do bairro São José, é deixar o filho Luan, de um ano e quatro meses, com uma senhora que mora a duas quadras de sua casa.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal pesquisou e fez o levantamento dos problemas junto à comunidade.
Entrevistas realizadas	8 entrevistas	1 secretária de Educação de Araçatuba, 1 pedagogo, 1 conselheira tutelar, 1 diretora de serviço de creche de Birigui, 1 secretário executivo do Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuários de Birigüi, 1 promotor da Vara da Infância, 2 operárias e 1 advogada.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e duas retrancas com uma foto.

**Reprovação dá lugar a recuperação.** Folha da Região, 27 de março de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois discute a progressão continuada.	“Uma das mudanças da LDB foi a criação da progressão continuada, sistema que prevê recuperação paralela, reforço e sala de aceleração como recursos durante o ensino fundamental para evitar a reprovação.”
Intenções	Discutir a metodologia adotada pelo município e mostrar alternativas adotadas na região para melhorar a qualidade do ensino.	“Foi na implantação da progressão que a secretaria do Estado errou. Faria considera que a Secretaria de Educação do Estado não capacitou os professores para entender que não se trata de um sistema automático de aprovação.”
Problemas discutidos	Sistema de avaliação do ensino fundamental de 1 <sup>a</sup> à 4 <sup>a</sup> série e desempenho do aluno.	“A descentralização do ensino fundamental (1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> série), promovida pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1997, deu aos municípios autonomia para adotar métodos de ensino e avaliação de acordo com a necessidade de cada um.”



<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	Treinamentos específicos para professores e melhoria do material didático.	“Com 5.200 habitantes, Lavínia adotou no início de 2001 apostilas do sistema particular de ensino COC na escola municipal Joaquim Franco de Melo.”
Origem das informações (local ou nacional)	Informações nacionais (LDB), regionais (cidades vizinhas) e local (Araçatuba).	“Segundo a dirigente regional de Ensino, Maria Ignês Sundfeld Ribeiro, são trabalhadas especificamente as deficiências particulares de cada um.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	A discussão e entrevistas partiram da <i>Folha da Região</i> .
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	1 professor da Unesp e especialista em educação, 1 diretora do departamento de educação e ensino de Araçatuba, 1 coordenadora das classes de aceleração, 1 diretor de educação de Lavínia e 1 prefeito de Lavínia.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma tranca com uma foto.

**TV e Internet também ajudam a educar.** Folha da Região, 3 de abril de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, pois discute a influência da mídia na educação da criança.	“Para muitas pessoas, a internet e a televisão têm somente a função de lazer e diversão. As escolas, no entanto, podem utilizar esses recursos para desenvolver o senso crítico de crianças e adolescentes, que são usuários diretos desses meios.”
Intenções	Discutir o papel da Internet e mídias eletrônicas na educação e mostrar alternativas para o ensino.	“Segundo a socióloga da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), especialista em mídia e educação, as mídias devem ser integradas no processo educacional em duas dimensões, como ferramenta pedagógica e objeto de estudo...”
Problemas discutidos	O uso da Internet na educação, exclusão digital e a criança na mídia (Andi).	“É importante que a escola trabalhe com a tecnologia exatamente para compensar a desigualdade social que o acesso desigual a essa tecnologia traz”, afirma.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Problemas discutidos	O uso da Internet na educação, exclusão digital e a criança na mídia (Andi).	“É importante que a escola trabalhe com a tecnologia exatamente para compensar a desigualdade social que o acesso desigual a essa tecnologia traz”, afirma.”
Soluções/alternativas apontadas	Preparo dos professores para lidar com a tecnologia em sala de aula e influência da televisão na formação educacional da criança.	“Maria Luísa explica que as atividades com mídias é uma maneira de desenvolver competências e habilidades cognitivas e sócio-afetivas diferentes para aquelas crianças que não têm acesso.”
Origem das informações (local ou nacional)	Nacional (Florianópolis e Porto Alegre) e local (Araçatuba).	“Não se pode dizer que a televisão influencia diretamente o comportamento da criança porque não há uma identificação literal”, explica a psicóloga Roselene Gurski, de Porto Alegre (RS), especialista em psicologia do desenvolvimento.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal buscou informações e entrevistados para discussão do tema.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	1 socióloga da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), 1 psicóloga de Porto Alegre (RS) especialista no assunto, 1 secretária municipal de Ensino de Araçatuba, 1 vice-presidente da Andi (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) e 1 diretora de Emef.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto e duas retrancas. <sup>2</sup>

**Arte é estímulo para aprendizado.** Folha da Região, 1 de maio de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local, porque discute o papel da arte na educação.	“Teatro, música, dança, pintura ou outro tipo de arte contribui para o desenvolvimento da criatividade e para a aprendizagem de diversos conteúdos.”
Intenções	Mostrar a arte na educação e trazer exemplos positivos	“Estudantes de Birigui têm aulas sobre pintores.”
Problemas discutidos	Arte na educação, arte-conhecimento e formas de arte na educação.	“Com a obra Café, de Portinari, foi possível abordar educação ambiental, história, geografia e português”, afirma. Alguns alunos também pintaram quadros com tinta a óleo.”
Soluções/alternativas apontadas	Não traz soluções, somente exemplos.	“Na escola estadual Professor Ricardo Peruzzo, os estudantes de ensino fundamental e médio se reúnem sob a supervisão de professores para montar peças de teatro.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional (Bauru) e local (Araçatuba e Birigui).	“Estudantes de quatro turmas de 4ª séries da Emef Roberto Clark, em Birigui, estudam a biografia de um pintor por bimestre.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal tomou iniciativa para pesquisar o tema.
Entrevistas realizadas	6 entrevistas	1 professora de Artes da Unesp- Bauru, 1 professora e artista plástica de Araçatuba, 1 assistente técnico-pedagógica de arte da diretoria regional de Ensino, 1 professora, 2 estudantes.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e duas retrancas com uma foto.

**Esportes contribuem para o desenvolvimento global.** Folha da Região, 22 de maio de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois traz opções de atividade física para a criança, que contribui para o desenvolvimento humano.	“O estímulo de atividades motoras desde os primeiros anos de vida propicia o desenvolvimento humano: cognição e relações afetivas e sociais.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Abordar a importância da prática esportiva na infância e divulgar os projetos existentes na região.	“Um estudo sobre o comportamento da criança na hora do recreio mostra que os alunos ficam eufóricos e agressivos. O professor explica que eles não sabem trabalhar com o espaço aberto na escola.”
Problemas discutidos	Prática esportiva na infância e adolescência.	“Se você pegar questões mais atuais, é possível ver o ambiente de educação física como um ambiente propício ao desenvolvimento humano.”
Soluções/alternativas apontadas	Projetos voltados para crianças de famílias de baixa renda.	“As escolinhas funcionam em quatro núcleos: no Plácido Rocha, escola estadual Jorge Corrêa, Colégio São Judas Tadeu e Emef Euza Neuza Marcondes, no Hilda Mandarinô.”
Origem das informações (local ou nacional)	Local (Araçatuba)	“O Conjunto Aquático Municipal tem escolinhas de natação para crianças acima de cinco anos. Existente há 26 anos, a escolinha recebe inscrições de adolescentes até 14 anos.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal teve a iniciativa de abordar o tema.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	3 professores de educação física, 1 secretário municipal de Esportes de Araçatuba e 1 estudante.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto e duas retrancas.

**Projetos ambientais reforçam educação.** Folha da Região, 3 de julho de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque aborda a preservação ambiental e a importância da reciclagem feita por crianças.	“Preservar a natureza, entender como vivem os animais e controlar o consumo para reduzir a produção de lixo. Estes são alguns dos temas trabalhados em projetos de educação ambiental com crianças na região. Elas são o público-alvo por serem consideradas agentes multiplicadores do conhecimento passado em sala de aula.”
Intenções	Mostra como a criança pode contribuir para a preservação do meio ambiente.	“‘Não se pode trabalhar somente a concepção do que é meio ambiente. É interessante que os estudantes entendam quais são as alterações que estão acontecendo no meio ambiente e até onde o homem é o precursor’, afirma a ecóloga.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Problemas discutidos	Educação e meio ambiente e reciclagem de materiais.	“Adriana explica que ambientes contrastantes, como um rio com uma mata ciliar exuberante onde há variedades de fauna e outro rio poluído, são ideais para mostrar a ação industrial do homem.”
Soluções/alternativas apontadas	Participação de crianças em projetos ambientais e inserção de aulas práticas sobre a natureza.	“Trinta e três adolescentes de 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> série da Emef (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Alice Couto de Moraes, em Santo Antonio do Aracanguá, têm aulas práticas sobre meio ambiente todas as segundas-feiras.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional (Santo Antonio do Aracanguá) e local (Araçatuba).	“Da sala de aula onde aprendem a teoria nas aulas de ciências, os adolescentes vão para a prática nos arredores da escola. Em uma das hortas, eles cultivam quiabo, mandioca, abóbora e feijão.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	<i>A Folha da Região</i> teve a iniciativa de abordar o tema.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas.	1 ecóloga, 1 professor, 1 coordenador pedagógico, 1 estudante, 1 secretária de Ensino de Araçatuba.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma tranca com uma foto.



**Brincadeiras perdem espaço para a Internet.** Folha da Região, 17 de julho de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois discute a mudança de hábito das crianças com o avanço tecnológico.	“Apesar de o acesso à rede mundial de computadores ainda ser restrito no Brasil, os games eletrônicos, salas de bate-papo e sites de notícias estão ganhando a preferência de crianças e adolescentes, que estão ficando cada vez mais em casa, em frente da tela do computador.”
Intenções	Levar a discussão sobre a influencia que o uso excessivo dos jogos eletrônicos e da Internet pode influenciar a educação infantil.	“‘Uma coisa é ter uma amigo e me conectar com ele, outra coisa é só ter amigos virtuais’, completa a professora.”
Problemas discutidos	Uso excessivo da Internet.	“De acordo com o Instituto Ibope eRatings, são 14 milhões de internautas domésticos no país, o que corresponde a 8,2% da população brasileira.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	Colocar limites de tempo que as crianças e adolescentes permanecem utilizando a internet.	“Segundo ela, quem permanece conectado à Internet tem contatos puramente imaginários. Cristina diz que é importante saber aproveitar os recursos que a Internet oferece. Ela alerta para que o uso da rede de computadores não seja restrito.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional (Assis) e local (Araçatuba).	“A internet traz a possibilidade do contato rápido com informações do mundo todo...”, explica Cristina Amélia Luzio, professora do Departamento de Psicologia Clínica da faculdade de Ciência e Letras da Unesp, em Assis.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O periódico tomou iniciativa para discutir o tema.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	3 estudantes e internautas, 1 mãe e 1 psicóloga.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto e uma retranca.

**Cai índice de violência nas escolas.** Folha da Região, 24 de julho de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque aborda a violência dentro da escola – um problema social e de interesse comum.	“Em Araçatuba, houve uma brusca redução de ocorrências de violência nas escolas estaduais. Foram registrados 89 casos em maio e somente 10 em junho.”
Intenções	Discutir o problema de violência nas escolas e mostrar como reduzi-lo.	“No Caic (Centro de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente), não há mais bebedouro no pátio nem mesmo peça nos banheiros. A cobertura das quadras está quebrada e as paredes, pichada.”
Problemas discutidos	Violência na escola e vandalismo.	“Ana Regina acredita que não há um ponto fixo de violência. Para ela, a tendência é que a maioria das escolas tenham um sistema mais rígido de segurança com câmeras de vídeo.”
Soluções/alternativas apontadas	Trabalhar o tema em sala de aula e instalar sistema de segurança nas escolas.	“Na escola Maria Aparecida Balthazar Poço, o vandalismo diminui com a instalação de câmeras de vídeo em março.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Regional (São Paulo) e local (Araçatuba).	Em São Paulo, a queda foi de 57,2%, de acordo com a pesquisa divulgada pela Secretaria Estadual de Educação.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O que motivou a discussão do tema foi a divulgação da pesquisa realizada pela Secretaria Estadual de Educação.
Entrevistas realizadas	4 entrevistas	1 professor e assistente social, 1 diretora de escola, 1 dirigente regional de Ensino e 1 agente comunitário.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma tranca com foto.

## **Trabalho infantil**

### **Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos.**

Folha da Região, 27 de fevereiro de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque discute o trabalho infantil e suas conseqüências na região de Araçatuba.	“Descalços e sem nenhuma segurança, crianças e menores de 16 anos trabalham em olarias de Penápolis e Barbosa, em atividades perigosas e insalubres, o que é proibido por lei.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Debater o problema e apontar alternativas.	“Quem trabalha em olaria mora nas proximidades do local, onde são construídas casas de tijolos, praticamente sem acabamento, para cada família.”
Problemas discutidos	Trabalho infantil, prejuízo à saúde, fiscalização do trabalho e programas sociais.	“Na olaria Cubas, a reportagem da Folha flagrou crianças próximas ao forno ajudando os pais. Enquanto algumas empilhavam tijolos no forno, outras carregavam na carriola.” “A subdelegada do Trabalho, Ivone Munhoz, afirmou que é difícil flagrar trabalho infantil mas olarias por causa da informalidade.”
Soluções/alternativas apontadas	Fiscalização com maior frequência e redução do número de crianças trabalhando por meio de implantação e melhoria de programas sociais.	“Programa de ajuda econômica e de lazer atende 10 crianças.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional (Penápolis, Barbosa e Ribeirão Preto) e local (Araçatuba).	“A médica e auditora fiscal do trabalho, Consuelo Generoso Coelho de Lima, da Subdelegacia do Trabalho em Ribeirão Preto, afirma que o uso da raspa de couro industrializado misturada à massa de barro para fortificar o tijolo provoca câncer, principalmente na bexiga.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal tomou a iniciativa de investigar o problema.
Entrevistas realizadas	10 entrevistas	2 adolescentes, 2 proprietários de olaria, 1 psicóloga da Fundacentro, 1 médica do trabalho, 1 subdelegada do Trabalho, 1 promotor da Vara da Infância de Penápolis, 1 ex-conselheira tutelar de Barbosa e 1 assistente social do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) de Barbosa.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com duas fotos e três retrancas.

**Crianças buscam no lixo a sobrevivência.** Folha da Região, 6 de março de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque coloca em discussão um problema social.	“Em contato com materiais em decomposição, crianças e adolescentes trabalham em lixões de Araçatuba e Birigui contrariando a legislação que proíbe o trabalho de menores de 16 anos.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Continuar a discussão do problema e buscar alternativas.	“Rasgar sacos de lixo para procurar latas e utensílios de alumínio há três anos faz parte da rotina de F.M.O.S., 12 anos.”
Problemas discutidos	Trabalho infantil em lixão, compromisso assinado pela prefeitura de Araçatuba para retirar as famílias da área do lixão e o funcionamento do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).	“A prefeitura assinou um termo de compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho para parar de jogar lixo domiciliar na área até 11 de maio. Com isso, a Subdelegacia aguarda a remoção de 60 famílias que sobrevivem da reciclagem de lixo, inclusive crianças.”
Soluções/alternativas apontadas	Investir em projetos sociais e na capacitação profissional dos jovens.	“A Fundação Mirim coloca jovens no mercado de trabalho em Araçatuba desde 1958. Antes de trabalhar formalmente, eles recebem treinamento profissional durante 50 dias. A maioria dos adolescentes do curso preparativo tem 16 anos ou vai completar essa idade dentro de poucos meses.”
Origem das informações (local ou nacional)	Local (Araçatuba) e regional (Birigui).	“O Peti da prefeitura de Três Lagoas (MS), município a 150 quilômetros de Araçatuba, atende 300 crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos. O programa existe desde 1996... As crianças atendidas pelo Peti em Três Lagoas trabalhavam em carvoarias, olarias, lixão ou nas ruas, como ambulantes e guardadores de carro.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	A iniciativa para a discussão do problema partiu do jornal.
Entrevistas realizadas	10 entrevistas	3 adolescentes, 2 promotores, 1 coordenadora do Peti de Três Lagoas, 1 presidente do Conselho Tutelar, 1 subdelegada do Trabalho, 1 assistente social e 1 presidente da Fundação Mirim.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto e duas retrancas com uma foto.

**Trabalho infantil pede mobilização social.** Folha da Região, 13 de março de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque além de discutir o problema do trabalho infantil na região, procura conscientizar a sociedade.	“Para defender o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente tem programas de combate ao trabalho infantil nos municípios.”



<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Discutir e propor alternativas para o problema.	“‘Prefeito Amigo da criança’ é um exemplo de programa criado para mobilizar os prefeitos do Brasil a priorizar as crianças em suas políticas públicas.”
Problemas discutidos	Responsabilidade de prefeitos e empresários para solucionar o problema e programas voltados aos direitos da infância.	“De acordo com Shnider, a primeira medida para erradicar o trabalho infantil é a articulação da sociedade por meio do prefeito, como líder político.”
Soluções/alternativas apontadas	Participação de prefeitos em programas que priorizem a criança e implantação de políticas públicas que beneficiem os menores de 18 anos.	“A prefeitura de Marília, município a 156 quilômetros de Araçatuba com 200 mil habitantes, tirou cerca de 90% das crianças e adolescentes que ficavam nas ruas da cidade com a implantação do projeto Casa do Pequeno Cidadão.”
Origem das informações (local ou nacional)	Local (Araçatuba) e regional (Marília e Clementina)	“Num município com 5,4 mil habitantes como Clementina, 235 crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos participam do projeto socioeducativo Rumo Certo.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	A <i>Folha da Região</i> tomou iniciativa para abordar a questão.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	1 gerente de políticas públicas da Fundação Abrinq, 1 presidente do Comdica (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), 1 professora do Departamento de Serviço Social da Unesp de Franca, 1 secretária de Bem-estar Social de Marília e 1 assistente social de Clementina.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal e uma retranca com uma foto.

**Cidades fazem balanço do Peti na região.** Folha da Região, 29 de maio de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois mostra o resultado das ações governamentais relativas à erradicação do trabalho infantil.	“Doze municípios da região de Araçatuba quem mantêm o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), do governo federal, realizam seminários para avaliar o andamento do programa e os resultados obtidos até o momento.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Divulgar para a população o que está sendo feito pelo Peti.	“Durante o 1º Seminário de Avaliação do Peti, realizado na segunda-feira em Araçatuba, o prefeito Jorge Maluly Neto (PFL) destacou os resultados positivos do combate ao trabalho infantil, mas reconheceu que o problema não está erradicado na cidade.”
Problemas discutidos	Funcionamento e resultados do Peti.	“Segundo a coordenadora do Peti em Araçatuba, Olga Cristina de Arruda Ramos Satio, o programa atende 75 crianças e adolescentes e tem 25 vagas para receber menores de 14 anos.”
Soluções/alternativas apontadas	Melhorar a educação e relacionar o Peti com programas de geração de renda familiar.	“‘A família precisa ser preparada para dar suporte à criança quando ela para de receber o auxílio’, afirma Raquel.”
Origem das informações (local ou nacional)	Nacional, regional e local.	“Segundo relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho), o trabalho infanto-juvenil diminuiu 23% no Brasil entre 1992 e 1999.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal publicou a reportagem em função do evento proposto pelas administrações regionais.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas	1 prefeito de Araçatuba, 1 assistente social e ex-conselheira do Unicef e 1 coordenadora do Peti de Araçatuba.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto.

## Violência

**Pais recorrem à violência para educar.** Folha da Região, 17 de abril de 2002, p. B-5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque discute o direito da criança de ser bem tratada.	“Apesar de a violência contra a criança e o adolescente ser proibida pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), muitos pais e tutores, independente da classe social, educam seus filhos na base do “psicotapa” para impor limites.”
Intenções	Conscientizar a sociedade para evitar a violência contra a criança.	“De acordo com o estatuto, ‘nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão’”.
Problemas discutidos	Violência doméstica contra a criança e negligência.	“Na opinião do juiz, a implantação da DDM contribui para o aumento no número de ocorrências porque há uma equipe especializada para atender denúncias contra mulheres e crianças vitimizadas.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	Programas que oferecem apoio social e psicológico à criança e à família, além da possibilidade de denúncias na DDM (Delegacia de Defesa da Mulher).	“O Conselho Tutelar trabalha em parceria com o Programa Sentinela e a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) e encaminha a criança e o adolescente vitimizados e os pais para terapia com psicólogos.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional e local.	“De acordo com o chefe do Departamento de Defesa dos Direitos da Criança da Sociedade Paulista de Pediatria, Mário Santoro Júnior, o pediatra dispõe de três meios para diagnosticar a violência contra a criança: evolução social do caso, exame físico e outros exames subsidiários.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	A <i>Folha da Região</i> tomou iniciativa para abordar a questão.
Entrevistas realizadas	7 entrevistas	2 familiares acusados de negligência, 1 delegada da DDM, 1 vice-presidente do Cremesp de SP, 1 chefe do Departamento de Defesa dos Direitos da Criança da Sociedade Paulista de Pediatria, 1 vice-presidente do Conselho Tutelar e 1 coordenador do Programa Sentinela.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com uma foto e duas retrancas.

## Prostituição de menores

**Drogas e prostituição na Rui Barbosa.** Folha da Região, 24 de abril de 2002, p. B-6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, uma vez que discute a prostituição de menores, bem como o envolvimento de jovens com drogas.	“Ao longo da madrugada, sem medo da violência, adolescentes se expõem nas ruas de Araçatuba para programas sexuais. A maioria se prostitui para sustentar o vício das drogas.”
Intenções	Debater o problema e tentar sensibilizar o poder público para mudar a situação.	“Falta de programas e Código Penal limitam ação de órgãos.” “A mulher que se prostitui não está cometendo crime, de acordo com o Código Penal. A punição ocorre basicamente em casos de tráfico de mulheres, indução à prostituição ou quando alguém se beneficia do trabalho das prostitutas.”
Problemas discutidos	Prostituição de menores, drogas e falta de programas específicos para combater os problemas sociais com crianças e adolescentes.	“Se programas específicos de atendimento à prostituição juvenil em Araçatuba, o Conselho Tutelar não tem possibilidade de retirar as meninas da Praça Rui Barbosa e de outros pontos de prostituição da cidade.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	O jornal não aponta soluções, mas aponta um programa de São José do Rio Preto como exemplo no tratamento de garotas viciadas em drogas.	“Quando a adolescente é viciada em drogas e precisa de internação, o conselho a encaminha para casas de recuperação em outras cidades, como São José do Rio Preto e Catanduva.”
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Teresa, 38 anos, acompanha à distância a vida da filha Simone, que há cerca de um mês saiu de casa para se prostituir.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal teve iniciativa de abordar o tema, após publicar várias notícias sobre desaparecimentos de jovens da casa da família em Araçatuba, que posteriormente foram encontradas e voltaram a desaparecer.
Entrevistas realizadas	5 entrevistas	2 menores, 1 mãe, 1 delegada da DDM e 1 presidente do Conselho Tutelar.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 página	Matéria principal com foto e duas retrancas com uma foto.

## Interpretação das reportagens

As informações e dados apresentados nas tabelas acima se referem às 18 reportagens da série “Meninos e Meninas”, publicada pela *Folha da Região*, em 2002, e servirão como base para a fase de interpretação e verificação das hipóteses propostas. Conforme as categorias estabelecidas, têm-se elementos que permitem realizar a análise qualitativa e quantitativa.

A primeira categoria – tema de interesse público – foi elaborada a partir de um dos critérios de noticiabilidade<sup>3</sup> e torna-se determinante enquanto elemento desta análise, uma vez que se pretende aferir se a imprensa regional trabalha assuntos de interesse local. De acordo com as tabelas, a *Folha da Região* lançou a discussão da maioria dos temas (em 17 reportagens), com exceção apenas de “Cidades fazem balanço do Peti na região”, de 29 de maio. Embora tenha uma abordagem em torno do trabalho infantil, a notícia surgiu do agendamento do evento, 1º Seminário de Avaliação do Peti, por parte das administrações regionais, com o objetivo de divulgar os resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Nas matérias na área de saúde infantil, o jornal abordou temas, como prevenção de cáries em bebês, dependência alcoólica na adolescência, humanização do parto e a importância da realização do pré-natal e alimentação equilibrada da criança. Discutiram-se esses assuntos em função do interesse público, no sentido de orientar a comunidade para a prevenção de problemas de saúde na criança.

Pode-se dizer que o jornal propôs uma discussão dos temas ao publicar um determinado problema sem que houvesse um evento específico agendado e também por ampliar sua abordagem e possibilitar o pluralismo social – ao “ouvir” os lados envolvidos na questão e ao buscar alternativas. Um exemplo pertinente ocorre na reportagem “Jovens não temem dependência de álcool”, na qual objetiva-se conscientizar adolescentes e familiares sobre as

<sup>3</sup> Ver detalhes sobre as teorias da notícia no capítulo 1.



consequências do alcoolismo. Dois jovens foram entrevistados e indagados em relação ao hábito de consumir bebidas alcoólicas, que costuma ser quase diário. Para apontar os prejuízos ocasionados pelo álcool, o jornal abre espaço para um neurologista e uma psicóloga. Ao discutir os problemas, os profissionais também transmitem orientações à comunidade. O impresso cobrou mais rigidez do Serviço de Posturas do município, responsável por fiscalizar a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, proibida pela legislação brasileira.

Nas matérias sobre saúde da criança e do jovem, a média de entrevistados por reportagem é de 4,3 – o que possibilita o pluralismo social. Miguel (2003) sustenta que os meios de comunicação permitem que os cidadãos acessem informações e argumentos diferenciados quando apresentam a opinião de vários agrupamentos políticos e sociais.

Em função da origem dos temas trabalhados na área de saúde infantil, as alternativas ou soluções dos assuntos tornam-se, de certa forma, inexistentes. Consideram-se como opção as orientações no sentido de prevenção de doenças e cáries, por exemplo, conforme a matéria.

Apesar de o alcoolismo ser um problema nacional, a *Folha da Região* traz o debate para o local ao pesquisar a realidade com adolescentes de Araçatuba e entrevistar profissionais da região. Pode-se observar esse aspecto em outras reportagens, como em “Humanização do parto reduz riscos”. Há dados pesquisados em programas nacionais do governo federal, no entanto, apresentam-se também representações da realidade local e regional, quando o jornal permite a participação de profissionais e da comunidade do município e das cidades vizinhas.

Os espaços destinados às reportagens são de uma página para cada uma. Além da matéria principal, “Saúde da boca começa com prevenção desde a gestação” e “Alimentação da criança exige cuidados” contêm uma retranca com fotos. “Jovens não temem dependência de álcool” e “Humanização do parto reduz riscos” são compostas por duas retrancas com fotos.

Nas oito reportagens relativas às problemáticas educacionais, os assuntos despertam o interesse público por debater pontos polêmicos do sistema de ensino no Estado de São Paulo, como déficit de vagas nas escolas e progressão continuada. Ainda existem os temas que discutem a influência da internet e dos meios de comunicação na educação, a importância de projetos ambientais e de prática esportiva para o desenvolvimento da criança enquanto cidadão.

Em “Educar é construir inteligência” e “Reprovação dá lugar à recuperação”, o jornal traz informações da legislação vigente, sobre direitos das crianças e deveres dos municípios e estados. Um trecho referente à segunda reportagem exemplifica o aspecto acima: “Uma das mudanças da LDB [*Lei de Diretrizes e Bases*] foi a criação da progressão continuada, sistema que prevê a recuperação paralela, reforço e sala de aceleração como recursos durante o ensino fundamental para evitar a recuperação”.

A discussão nas duas reportagens é em torno dos direitos da criança na educação e referente ao sistema de progressão continuada. Durante as entrevistas, apontam-se alternativas e soluções: construção de creches para disponibilização de novas vagas na educação infantil em Birigüi, após cobrança por parte da população e do impresso e capacitação específica para professores e melhora da qualidade do material didático. A abordagem tomou como base a realidade regional de Araçatuba. Nessa linha de atuação, portanto, a *Folha da Região* prioriza temas de interesse público local, ao verificar e propor o debate de problemáticas pertencentes à realidade das comunidades mais próximas.

Ao diagnosticar os problemas e “convidar” o público para participar dos debates, o jornal regional inicia a possibilidade de cidadãos e poder público encontrarem uma alternativa. Tornar público uma questão fundamental na educação, por exemplo, pode contribuir para a alteração de aspectos que não estão funcionando na prática diária escolar. A imprensa local lança a discussão com o objetivo de ampliá-la com a participação da comunidade.

O envolvimento de crianças em projetos esportivos, artísticos

e de meio ambiente produzindo resultados positivos no ensino é outra reflexão lançada pelo jornal. Colocam-se exemplos bem sucedidos na educação, como o projeto de artes cujos alunos de 4<sup>a</sup> série estudam um pintor e suas obras por bimestre, ampliando as questões para outras áreas do conhecimento – história, português e ciências.

A *Folha da Região* mostra que, a partir dessas experiências, crianças e adolescentes tornam-se cidadãos mais conscientes em relação ao meio ambiente e seus problemas (reciclagem, exploração de florestas, poluição dos rios e mares, destruição da camada de ozônio etc), mais sensíveis a obras e contextos artísticos e mais saudáveis em função da prática esportiva.

Cada matéria sobre educação ocupa uma página de jornal, incluindo as fotos e retrancas. A média de entrevistas por reportagem na área educacional é de 5,4. Tanto espaço destinado aos textos e imagens quanto o número de entrevistados por tema ratificam a preocupação da imprensa regional, especificamente a *Folha da Região*, com debates de assuntos de interesse público local.

Entre os problemas sociais abordados, destaca-se o trabalho infantil – aparece em quatro matérias, sendo duas de cunho investigativo. A primeira reportagem da série “Meninos e Meninas é “Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos”. Na sequência, publicam-se “Crianças buscam no lixo a sobrevivência” e “Trabalho infantil pede mobilização social”. Exploram-se as realidades da região de Araçatuba, levantando a problemática e questionando as autoridades públicas sobre as providências e alternativas cabíveis.

Na primeira reportagem, narra-se com detalhes a atividade diária de dois adolescentes, trabalhadores de olarias: “L.S.M., 15 anos, trabalha há dois meses no forno que queima os tijolos na olaria São Miguel, em Barbosa. Ele trabalha no forno, com temperaturas médias entre de 800°C e 1.000°C durante a queima”.

A equipe de reportagem da *Folha da Região* conversou com os proprietários das olarias onde se flagrou trabalho infantil, os quais negaram ter conhecimento da irregularidade. A Subdelega-

cia do Trabalho e o Ministério Público, responsáveis respectivamente pela fiscalização e pelo cumprimento da legislação, foram questionados pelo jornal, que cobrou fiscalização e alternativas do poder público em nome das comunidades regionais.

Em “Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos”, entrevistaram-se 10 pessoas, entre adolescentes, proprietários de olarias, psicóloga da Fundacentro<sup>4</sup>, médica do trabalho, subdelegada do trabalho, promotor da Vara da Infância de Penápolis (responsável pela região), assistente social do Peti de Barbosa e ex-conselheira tutelar de Barbosa. A multiplicidade de profissionais e indivíduos envolvidos no problema apresentados pelo impresso confirma seu papel de mediador entre a comunidade que passa por dificuldades sociais e o poder público. É, nestes casos, especificamente, que a imprensa pode ser reconhecida como representante político de um determinado grupo. *A Folha da Região* conseguiu representar politicamente crianças com mão-de-obra explorada, bem como suas famílias que não tem condições de sobreviver.

A iniciativa para abordar o tema partiu do jornal, que enviou a reportagem para realizar levantamento *in loco* e investigar a realidade de crianças e adolescentes de baixa renda – sujeitos à exploração, apesar de muitas vezes a iniciativa da atividade partir deles próprios ou da família, como é o caso do trabalho de coleta de materiais nos lixões da região. Além disso, elaborou uma reportagem mostrando alternativas possíveis para prefeitos e empresários. Como lembra Correia (1998), em função da proximidade que tem dos problemas apresentados, o jornal local cumpre melhor sua função mediadora. Isso significa que quanto maior for o pluralismo político e social do jornalismo, maior será a possibilidade do exercício da cidadania e do debate público.

Pode-se dizer que a região se impõe como um valor-notícia que se comina nos critérios de elaboração das notícias, de seleção dos fatos e na inspiração dos editoriais. Muitas preocupações

---

<sup>4</sup> A Fundacentro realizou na época uma pesquisa específica sobre o trabalho infantil na região de Penápolis.

ocorrentes no âmbito regional apresentam consistência somente nos meios de comunicação locais.

A discussão em torno do trabalho infantil questionou também a ineficiência do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) nos arredores de Araçatuba, colocando a problemática como parte da responsabilidade da comunidade, da administração local, de empresários e do Ministério Público.

O detalhe de informações reafirma a idéia de debate público. Em “Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos”, traz-se os prejuízos para a saúde de adolescentes que trabalham na produção de tijolos. “A médica e auditora fiscal do trabalho, Consuelo Generoso Coelho de Lima, da Subdelegacia do Trabalho em Ribeirão Preto, afirma que o uso da raspa de couro industrializado misturada à massa de barro para fortificar o tijolo provoca câncer, principalmente na bexiga.” Para conseguir amplificar a discussão, destinou-se o espaço de uma página, incluindo retrancas e fotografias, para cada reportagem sobre trabalho infantil, que tem em média 4,5 entrevistas.

Alguns entrevistados são de outras regiões, como é o caso da médica do trabalho, porque o objetivo é esclarecer e conscientizar sobre as conseqüências para a saúde do adolescente que trabalha em olaria. Então, quando não há profissionais no município ou região que se dispõe a discorrer sobre o tema, o impresso procura alternativas ao invés de deixar o leitor sem esclarecimento.

Em “Crianças buscam no lixo a sobrevivência”, além de mostrar a realidade diária das crianças no lixão de Araçatuba e Birigüi, o jornal cobra iniciativa da administração de Araçatuba para retirar as moradias em torno da área do lixão e capacitar as famílias que tiravam suas rendas de materiais recicláveis, como lata de alumínio, plástico e papelão. Essa cobrança ocorreu em função de um termo de compromisso assinado pelo prefeito Jorge Maluly Neto para erradicar o trabalho infantil no lixão e parar de jogar lixo em área domiciliar. Se essa questão caísse no esquecimento tanto do impresso quanto da população, provavelmente o tempo para a solução do problema seria mais longo.

O resultado investigativo da *Folha da Região* permitiu a discussão da realidade dessas crianças e concomitantemente de um problema social, com o objetivo de tentar buscar alternativas e conscientizar a sociedade civil. Para isso, dedicou-se uma matéria exclusiva “Trabalho infantil pede mobilização social” para mostrar as possibilidades existentes hoje para empresários e prefeitos não permanecerem de braços cruzados frente à exploração do trabalho infantil. A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança surge como base para projetos que podem ser desenvolvidos por prefeituras municipais e empresas.

O debate ampliado sobre a problemática propiciado pelo agendamento do tema, a partir da constatação da realidade de algumas crianças na região de Araçatuba, da necessidade de se buscar alternativas e ainda por ser um assunto de total interesse público na era dos direitos humanos, confirma a tese de Camponez (2002:219) de que um acontecimento midiático pode acontecer em “duplo sentido”, “enquanto acontecimento que se impõe aos *media* e enquanto acontecimento imposto pelos *media* à opinião pública”. Ou seja, a comunidade também consegue participar do processo de *agenda-setting* se questionar os problemas públicos, mostrar suas opiniões e cobrar dos meios de comunicação e do poder público.

As reportagens sobre exploração do trabalho infantil motivaram a visita do deputado estadual Orlando Fantazzini (PT-SP) à região, no dia 29 de maio de 2002 – a matéria da visita foi publicada no dia 30. Informado sobre o problema após receber cópia da publicação enviada por uma vereadora do município, o deputado decidiu verificar *in loco* a denúncia. Em entrevista à *Folha da Região* nesta data, Fantazzini relata ter encontrado e conversado com menores trabalhando em olarias. O objetivo do parlamentar era realizar uma investigação em cada região que apresenta crianças em atividade de trabalho e criar um projeto para erradicar a exploração de menores.

Embora essa reportagem não faça parte da série “Meninos e Meninas”, é imprescindível incluí-la nesta análise, pois com

isso comprova-se a importância do papel da imprensa regional ao abordar temas relativos à realidade de suas comunidades, a relevância da notícia próxima refletindo o dia-a-dia do público leitor.

Violência e prostituição de menores são os temas das duas últimas reportagens analisadas. Em “Pais recorrem à violência para educar”, a violência doméstica e a negligência dos pais e tutores em relação à criança é o centro da discussão. Com exemplos de pais que não encaminham seus filhos à escola ou os maltratam, o jornal mostra as punições previstas em lei e procura conscientizar os adultos sobre a responsabilidade que devem ter com os menores de 18 anos.

O jornal aponta programas que oferecem apoio social e psicológico à criança e à família – quando há a necessidade de acompanhamento ou orientação, o Conselho Tutelar ou a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) se responsabilizam pelo encaminhamento aos programas. Cada vez que se propõe a acerrar essas questões relativas ao direito da criança, como denunciar as irregularidades e os programas de apoio existentes contribui para o entendimento e conscientização da sociedade como um todo. É nesse sentido que se observa o valor da abordagem regional da comunicação social, sabendo-se que grandes empresas jornalísticas não priorizam problemas cotidianos de cada região especificamente.

A iniciativa de incluir o tema na agenda pública partiu da *Folha da Região*, na qual a equipe de reportagem realizou 7 entrevistas, incluindo familiares acusados de negligência, delegada da DDM, 1 vice-presidente do Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo), chefe do Departamento de Defesa dos Direitos da Criança da Sociedade Paulista de Pediatria, vice-presidente do Conselho Tutelar e o coordenador do Programa Sentinela. Dessa maneira, percebe-se a preocupação do impresso em travar o debate com informações detalhadas, por exemplo: em uma das retrancas, médicos do Cremesp argumentam como pediatras podem diagnosticar uma criança que sofreu abuso sexual ou foi violentada.

“Drogas e prostituição na Rui Barbosa” descreve a atividade de meninas durante programas de prostituição em uma praça no centro de Araçatuba. “Simone, 15 anos, começou a se prostituir na avenida Brasília para comprar crack, droga em que é viciada há alguns meses. ‘Só consigo fazer programa se estiver noiada’, afirma a garota.” Além de relatar a experiência das menores, o jornal discute a questão do uso de drogas, a prostituição de adolescentes, a gravidez indesejada e o risco de contração de DST’s, por meio de uma reportagem investigativa.

Ao longo da reportagem, especificamente nas retrancas, arrazoam-se pontos da legislação penal que não proibi a mulher de se prostituir e a falta de programas especiais voltados para a prevenção. A mãe de uma das garotas entrevistadas na matéria relata sua angústia e vontade de ter a filha novamente em casa.

As informações apresentadas são totalmente locais e não se abaliza alternativas, em função da realidade observada. O que a *Folha da Região* faz é mostrar o que falta implementar no município e na região. Realizaram-se 5 entrevistas para a produção do conteúdo de 1 página de jornal, incluindo uma matéria principal com foto e duas retrancas.

Vale comentar alguns pontos aferidos com as informações colhidas por esta análise e sua interpretação: discutiu-se de forma ampliada os temas propostos pelo jornal; os assuntos abordados apontaram-se como de interesse público; Para a apuração de cada reportagem, realizaram-se, em média, 5,6 entrevistas. A partir desse dado quantitativo, pode-se afirmar que o jornal procurou ouvir um número de pessoas suficiente para debater a questão na qual se propôs e investigar temas mais complexos, como trabalho infantil e prostituição de menores.

Essa interpretação pertence ao primeiro bloco de matérias, referente à série de “Meninos e Meninas”, com 18 textos nas áreas de saúde, educação, trabalho infantil, violência e prostituição de menores. Seguir-se-á com a tabulação e análise dos dados do segundo bloco de reportagens sobre criança e adolescente publicadas em 1990, ano de criação do ECA.



## 4.2 Reportagens publicadas em 1990

Neste tópico, realizar-se-á a análise de conteúdo do segundo bloco de reportagens sobre temas relativos à criança e ao adolescente, publicadas durante 1990 – ano de criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). A verificação se dará no universo de 20 reportagens, sendo 3 na área de saúde, 7 na de educação e 10 abordando a violência. As categorias serão mantidas, uma vez que se pretende comparar a interpretação da análise dos blocos.

### Saúde

**Febre mata crianças em Valparaíso e saúde admite risco de um surto.** *Folha da Região*, 4 de setembro de 1990, p.4.

Categorias	Análise do texto	Exemplos retirados do texto
Tema de interesse público	Interesse local, porque aborda uma possível epidemia de febre purpúrica em Valparaíso, que pode se espalhar para as cidades da região.	“Um menino de 10 meses e outro de um ano e quatro meses morreram em Valparaíso vítimas da febre purpúrica.”
Intenções	Alertar a população sobre a epidemia.	“Francisco Carlos Gomes Barbosa alertou a população para não se auto-medicar em hipótese alguma.”
Problemas discutidos	Surto de uma epidemia de conjuntivite, que pode resultar nos casos de febre purpúrica.	“O diretor do Ersa-18, Francisco Carlos Gomes Barbosa, admitiu a existência de uma epidemia de conjuntivite em Valparaíso.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções / alternativas apontadas	Não aponta alternativas, da mesma forma que não mostra detalhes sobre a doença em questão.	
Origem das informações (local ou nacional)	Regional e local.	“O diretor do Ersá de Araçatuba disse que ‘há risco de surto em Valparaíso e na região’”.
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal realizou a cobertura de um fato.
Entrevistas realizadas	2 entrevistas	1 diretor do Ersá (Escritório Regional de Saúde) e 1 médica da Vigilância Epidemiológica de Valparaíso.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 15 cm	Matéria única sem foto.

**Crianças devem receber hoje a 2<sup>a</sup> dose antipólio.** *Folha da Região*, 22 de setembro de 1990, p.5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque a divulgação da data da vacinação é importante para prevenir a doença.	“Hoje todas as crianças menores de cinco de idade devem tomar a segunda dose da vacina Sabin, contra a poliomelite, em postos fixos e volantes, rurais e urbanos, espalhados por todo o país.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Divulgar a data e postos de vacinação na região.	“Penápolis – postos fixos urbanos das 8h “as 17h – PAS dos bairros Tóquio, Cidade Jardim, Planalto, Santa Teresinha e Vila Fátima, Centro de Saúde e escolas “Adelino Peters”, “Yone”, “Jardim Eldorado” e pré-escola do jardim Del Rey.”
Problemas discutidos	Há apenas a exposição do tema imunização contra a poliomelite.	“Nos 25 municípios da região de Araçatuba abrangidos pelo Escritório Regional da Saúde (Ersa-18), pretende-se imunizar 45 mil crianças, 25% a mais da população infantil vacinada na primeira fase da campanha, em junho último.”
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Nacional e regional.	“Todos os municípios manterão equipes volantes nas zonas rurais, sempre junto a fazendas e bairros localizados em sítios.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal divulgou um evento.
Entrevistas realizadas	Nenhuma entrevista.	Nenhuma entrevista.
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 17 cm.	Matéria única sem foto.

**Crianças morrem com sintomas de meningite em Araçatuba.** *Folha da Região*, 5 de dezembro de 1990, p. 6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois alerta sobre uma possível epidemia e negligência médica.	“A estudante Patrícia Alexander de Oliveira, 12 anos, morreu ontem às 1h30 da madrugada na Santa Casa de Araçatuba depois de ficar internada seis dias.”
Intenções	Mostrar o fato para a comunidade, além de alertá-la.	“Segundo seus pais adotivos, o sargento da polícia militar Calixto Daniel e a dona de casa Judite de Oliveira Daniel, a causa morte da criança foi meningite.”
Problemas discutidos	A morte de duas crianças por meningite.	“Na semana passada, uma outra criança morreu com suspeita de meningite ou febre purpúrica.”
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“A médica Ivete Ângelo Cintra, responsável pela Vigilância Epidemiológica do Escritório Regional de Saúde (Ersa), disse ontem à tarde não ter conhecimento do caso.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	De acordo com o texto, percebe-se que os pais adotivos da criança procuraram o jornal para fazer uma denúncia.	O jornal buscou informações e entrevistados para abordar o assunto, após denúncia dos pais adotivos.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas.	1 pai, 1 mãe e 1 médica da Vigilância Epidemiológica.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 26 cm.	Matéria única com foto.

## **Educação**

**Alunos de Aracanguá protestam conta a extinção de curso.**  
*Folha da Região*, 15 de março de 1990, p.4.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, uma vez que a exclusão do curso de magistério vai prejudicar a formação dos adolescentes.	“Os alunos da EEPSG Professora Lídia Barbosa, do Distrito de Santo Antonio do Aracanguá, junto com os moradores da localidade, estão protestando contra a extinção do curso profissionalizante do magistério.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Tornar o problema público e contribuir para a conscientização das autoridades.	“Isso é um absurdo. Precisamos acabar com o problema e não com o curso.”
Problemas discutidos	Extinção do curso de magistério.	“Os alunos de Aracanguá estão sendo desrespeitados . Os nossos não podem ficar sem nenhuma profissão’, afirma ele.”
Soluções/alternativas apontadas	Diante a manifestação de pais e a estudantes, a DRE autoriza a volta do curso de magistério.	“O diretor da DRE, professor Tito Damazo, informou ontem que autorizou a retomada do curso profissionalizante, enquanto fica suspenso temporariamente o curso colegial comum.”
Origem das informações (local ou nacional)	Regional.	“Vera Lúcia Sugayama, diretora da EEPSPG Lídia Barbosa, atualmente substituindo a diretora da EEPSPG Genésio de Assis, em Araçatuba afirma que o pessoal de Aracanguá está equivocado.”
Iniciativa do tema	O jornal fez a cobertura da manifestação de pais e alunos.	A população de Aracanguá se organizou e o jornal realizou a cobertura.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas.	1 pai, 1 diretor do DRE e 1 diretora de escola.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 14 cm	Matéria única sem foto.

**Escolas estaduais enfrentam problemas com falta de vagas.** *Folha da Região*, 7 de março de 1990, p. 5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois aborda um direito da criança – de ter uma vaga na escola.	“Na região de Araçatuba, seis escolas estão com déficit de vagas e na tentativa de suprir a deficiência sem deixar alunos sem aula, estão adotando o sistema de quatro horários.”
Intenções	Abordar a falta de vagas em escolas estaduais.	“Duas dessas escolas estão no município de Araçatuba e quatro, em Birigüi.”
Problemas discutidos	Falta de vagas em escolas estaduais e precariedade de equipamentos.	“Em Birigüi, a situação é mais crítica, porque a Divisão Regional de Ensino não tem previsão de quando serão construídas novas escolas naquela cidade.”
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Regional e local.	“Alguns municípios paulistas estão enfrentando problemas de falta de vaga nas escolas da rede estadual de ensino. Isso tem acontecido principalmente em cidades do Oeste do Estado, como Sorocaba e São José do Rio Preto.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	Partiu do jornal	O jornal buscou informações e entrevistados.
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	1 diretor da DRE.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 19 cm.	Matéria única com foto.

**Secundaristas recolhem alimentos para creches.** *Folha da Região*, 9 de maio de 1990, p. 4.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, porque é um exemplo de solidariedade para a sociedade.	“Os alunos do segundo grau do Centro Educacional Toledo em Araçatuba, atendendo a um pedido da Creche Santa Clara de Assis, estão realizando, junto aos supermercados Pão de Açúcar e Pastorinho, coleta de alimentos para a entidade.”
Intenções	Incentivar o número de doações para entidades.	“Segundo os estudantes, a situação da entidade assistencial é dramática.”



<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Problemas discutidos	Atual condição financeira da creche.	“Os alimentos existentes na creche só serão suficientes para atender as necessidades das crianças até a próxima sexta-feira.”
Soluções/alternativas apontadas	Não aponta solução, apenas mostra a campanha como alternativa para a entidade.	
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“A creche Santa Clara de Assis atende crianças cujas mães trabalham fora, deixando os menores em período integral aos cuidados dos funcionários.”
Iniciativa do tema	Os estudantes procuraram o jornal para divulgar a campanha de arrecadação de alimentos.	O jornal realiza a cobertura da campanha.
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	1 estudante.
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 14 cm.	Matéria única com foto.

**Escola Municipal Infantil construída pela Araçatenge merece elogios da Administração.** *Folha da Região*, 20 de maio de 1990, p. 10.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público por um lado pois divulga uma nova escola que foi construída. Concomitantemente, é um tema de interesse privado pois faz menção e entrevista o proprietário da construtora responsável pela obra da escola.	“A primeira obra pública construída pela Araçatenge Engenharia e Construções Ltda, dos engenheiros José Gilberto Pereira de Campos e Antonio Sérgio Rodrigues de Macedo, mereceu elogios da prefeita Germínia Venturolli e do secretário especial de Assuntos Gerais, Sylvio José Venturolli, durante a inauguração anteontem à noite: A Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) ‘Lucilene do Nascimento’, no Jardim São José.”
Intenções	Divulgar a nova escola e a construtora.	“Germínia e Sylvio disseram que a EMEI é a melhor já construída nesta administração.”
Problemas discutidos	Não se discute nenhum problema.	
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Satisfeitos com o trabalho da Araçatenge, eles anunciaram que até o final da administração pretendem construir mais quinze seguindo o mesmo modelo.”
Iniciativa do tema	O jornal fez a cobertura do evento.	“Centenas de pessoas compareceram à inauguração.”
Entrevistas realizadas	5 entrevistas.	1 prefeita, 1 secretário de Assuntos Gerais, 2 sócios da construtora e 1 secretário da Educação.
Espaço destinado ao texto e imagem	6 colunas x 24 cm.	Matéria única com 3 fotos.

**Fundação Mirim orienta e envia menores ao mercado de trabalho.** *Folha da Região*, 6 de junho de 1990.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois mostra um serviço importante para a comunidade.	“A Polícia Mirim, como é conhecida, é uma entidade particular que recebe apoio da Secretaria de Estado da Promoção Social e da prefeitura para encaminhar ao mercado de trabalho crianças de 12 a 14 anos que estejam cursando a 5ª série do primeiro grau.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Mostrar o trabalho da Fundação Mirim.	“Ao ingressar na Polícia Mirim, as crianças passam por um treinamento orientados por uma professora e uma assistente social durante dois meses...”
Problemas discutidos	Divulgar o processo de colocação de jovens no mercado de trabalho.	“Após os treinamentos, estão aptos para ocupar cargos de telefonista, recepcionista, pacoteiro, cobradores e auxiliar de escritório, sendo encaminhados para as empresas.”
Soluções/alternativas apontadas	Não mostra alternativas, apenas o exemplo da fundação Mirim.	
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Criada há 33 anos, a Fundação Mirim de Araçatuba congrega hoje 626 crianças com idade de até 16 anos, das quais 595 estão trabalhando no comércio da cidade.”
Iniciativa do tema	Partiu do jornal.	O jornal buscou informações e entrevistados para abordar o tema.
Entrevistas realizadas	2 entrevistas.	1 assistente social da Fundação Mirim e 1 comerciário (ex-mirim).
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 20 cm.	Matéria única com uma foto.

**Crianças de Poá visitam fábrica da Coca-Cola.** *Folha da Região*, 13 de julho de 1990, p. 4.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Não é de interesse público, porque apenas mostra a visita de crianças de Poá à fábrica da Coca-cola.	“A fábrica da Coca-cola de Araçatuba recebeu ontem as 80 crianças de Poá do projeto “Redescobrimo o Interior”, criado pela Fundação para o Desenvolvimento Escolar.”
Intenções	Divulgar o projeto e a fábrica da Coca-cola.	“Segundo o encarregado de operações de vendas, Pedro Paulo Machado, a política da empresa é valorizar a comunidade abrindo-lhes as portas, principalmente às crianças, que têm uma grande curiosidade em desvendar o enigma da fabricação dos refrigerantes...”
Problemas discutidos	Não apresenta.	
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Regional e local.	“Desde quinta-feira da semana passada, as crianças de Poá estão visitando a cidade.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Iniciativa do tema	A visita foi divulgada por release.	A partir do release, a <i>Folha da Região</i> realizou a cobertura da visita.
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	1 empregado da Coca-cola.
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 22 cm.	Matéria única com 1 foto.

**Pré-escolas presenteariam crianças com brinquedos.** *Folha da Região*, 15 de dezembro de 1990, p.6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois abrange a solidariedade para crianças de baixa renda.	“Prossegue na próxima quarta-feira a distribuição de brinquedos e outras atividades natalinas nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Birigüi.”
Intenções	Divulgar a distribuição que acontecerá nas escolas birigüienses.	“Os brinquedos são distribuídos por um Papai Noel, que percorrerá as unidades escolares.”
Problemas discutidos	Não apresenta, há apenas a divulgação do evento.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Regional.	“Nos dias 20 e 21, a Fundação do Bem Estar Social de Birigüi (Fubem) promove a distribuição de duas mil cestas básicas.”
Iniciativa do tema	A informação é oriunda de release.	O jornal divulga as informações.
Entrevistas realizadas	Nenhuma entrevista.	
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 18 cm.	Matéria única com 1 foto.

## **Violência**

**Rapaz espancado com ripas cheias de pregos.** *Folha da Região*, 1º de maio de 1990, p.3.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local porque mostra a ação de gangues na cidade.	“O Office-boy Fabiano Aires de Almeida, 16 anos, apanhou de 30 rapazes que o espancaram e golpearam com ripas cheias de pregos ontem de madrugada em Araçatuba, durante mais uma das ações de gangues juvenis que agem na cidade geralmente nas imediações de clubes.”

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Divulgar as ações de gangues.	“Me cercaram, disseram que eu havia agredido um da turma deles no domingo retrasado e em seguida passaram a me bater”, relatou ele...”
Problemas discutidos	Apresenta ações de gangues juvenis no município.	“Ele calcula que as agressões tenham durado 15 minutos.”
Soluções/alternativas apontadas	Não há alternativas, bem como não se discute o problema.	
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“O delegado de plantão, Paulo César Cacciatori, confirmou a comunicação da ocorrência, mas informou não poder registrar boletim por telefone.”
Iniciativa do tema	O jornal foi procurado pelo rapaz agredido.	O jornal verifica as informações relatadas pelo garoto e sua prima e publica a notícia.
Entrevistas realizadas	3 entrevistas.	1 rapaz agredido, 1 familiar e 1 delegado.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 22 cm.	Matéria única com 1 foto.



**Menor esfaqueado e outro surrado, as novas vítimas das gangues.** *Folha da Região*, 8 de maio de 1990, p.5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois discute a influência da mídia na educação da criança.	“O menor Paulo Ricardo Camilo da Cunha, 14 anos, foi esfaqueado nas costas às 23h30 de domingo na frente do Clube Corinthians de Araçatuba, em mais uma ação de violência envolvendo gangues juvenis.”
Intenções	Alertar sobre as atuações das gangues na cidade.	“Outra gangue, não identificada, agrediu o garçom Jean Carlos de Oliveira, 16 anos, aos 10 minutos da madrugada de ontem na rua General Glicério, centro da cidade.”
Problemas discutidos	Atuação de gangues e menores feridos.	“O delegado Delcir Getúlio Nardo, da Delegacia de Investigações Gerais, anunciou que a polícia interrogou um menor integrante da gangue que no último dia 30 espancou o comerciante Fabiano Aires de Almeida, 16 anos, com golpes de ripas cheias de prego.”
Soluções/alternativas apontadas	Não há alternativas apontadas pelo jornal.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Local	“Em Araçatuba, existem pelo menos dez gangues juvenis formadas para vingar agressões.”
Iniciativa do tema	Partiu de boletins de ocorrência.	“O garçom sofreu ferimentos na boca. Tanto ele como Paulo Ricardo alegam que foram agredidos sem nenhum motivo.”
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	“Segundo o delegado, o menor prometeu revelar à Polícia as identidades dos integrantes da gangue.”
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 10 cm.	Matéria única.

**Bebê pode ter sido sepultado com vida.** *Folha da Região*, 18 de janeiro de 1990, p.4

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse local por alertar a comunidade sobre a barbárie.	“A Polícia de Promissão está apurando a denúncia de que um bebê de três meses foi sepultado vivo na última segunda-feira.”
Intenções	Informar a comunidade sobre a investigação.	“A denúncia é de Sonia Marques da Silva, mãe de Danilo Marques de Almeida, que estava internado na Santa Casa de Lins, onde foi dado como morto às 15h15, no dia 15.”
Problemas discutidos	Não se discute o problema, apenas apresenta o fato ocorrido.	
Soluções/ alternativas	Não apresenta alternativas.	
Origem das informações (local ou nacional)	<b>Regional.</b>	“A criança foi levada para o Hospital de Promissão onde foi confirmado o óbito.”
Iniciativa do tema	A partir do boletim de ocorrência.	“Inconformados com o parecer dos médicos, os pais da criança registraram queixa na Delegacia de Polícia.”
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	1 delegado.
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 10 cm.	Matéria única.

**Conselho de Menores desconhece entidade.** *Folha da Região*, 24 de maio de 1990, p.6.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, uma vez que aborda o não reconhecimento de uma entidade assistencial por parte do Conselho de Menores.	“O Conselho de Menores, criado em 223 de abril pela prefeita Germínia Venturolli e integrado por representantes de diversas entidades ligadas a problemas do menos, não reconheceu como legal e necessário o Centro de Assistência à Criança Bom Jesus.”
Intenções	Divulgar o fato.	“Hedda Vilma Henning Frascá, uma das representantes do conselho, explicou os motivos pelos quais o Bom Jesus não foi reconhecido.”
Problemas discutidos	Mostra a decisão do conselho.	
Soluções/alternativas	Não apresenta.	
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Mas o conselho reconhece que o grupo alertou as autoridades para os problemas sociais do bairro e que a partir de agora serão canalizados para as entidades competentes.”
Iniciativa do tema	O jornal recebeu a informação por release.	A partir do release, há a confirmação do fato e realização de entrevistas.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Entrevistas realizadas	2 entrevistas.	1 responsável pelo Centro de Assistência à Criança Bom Jesus e 1 responsável pelo Conselho de Menores.
Espaço destinado ao texto e imagem	1 coluna x 26 cm.	Matéria única sem foto.

**Família procura menino desaparecido.** *Folha da Região*, 9 de junho de 1990, p.5.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois relata o desaparecimento de uma criança – serviço de utilidade pública.	“Está desaparecido desde o dia 24 de maio, o garoto Ailton Ferreira de Souza, 14 anos, conhecido pelo apelido de ‘Bic’.”
Intenções	Divulgar o desaparecimento do garoto para tentar encontrá-lo.	“Ailton, como fazia todos os dias, foi levar a marmita para o seu irmão, Maurício Ferreira de Souza, que trabalha na Cobrac.”
Problemas discutidos	Não há discussão de problemas.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Soluções/alternativas apontadas	Descrever a criança.	“Por volta das 10h00, Ailton, segundo sua cunhada, um menino muito delicado e responsável, deixou sua casa na rua Marcelino Stopa, 267, no bairro São José, e depois de entregar o almoço a um dos vigilantes, não foi visto mais.”
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Qualquer informação deverá ser encaminhada para o 3º Distrito Policial, ou na rua Marcelino Stopa, 267 (bairro São José).”
Iniciativa do tema	A partir do registro de boletim de ocorrência.	O jornal tomou conhecimento do fato a partir do boletim de ocorrência.
Entrevistas realizadas	Nenhuma entrevista.	
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 7 cm.	Matéria única com uma foto.

**Menor provoca morte de urubus e gaviões.** *Folha da Região*, 21 de junho de 1990, p.3.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local porque aborda um tema relativo ao meio ambiente.	“A veterinária Maria Cury Sayeg, do Zoológico Municipal ‘Flávio Leite Ribeiro’, disse ontem acreditar na recuperação do único urubu que sobreviveu à matança ocorrida terça-feira à tarde na fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Araçatuba.”
Intenções	Mostra o crime ambiental e as respectivas punições.	“O menor A.L.P.O., 14 anos, neto de Ana de Oliveira Alves, proprietária da fazenda, despejou o defensivo agrícola Furozin sobre restos da placenta de uma vaca que havia parido, provocando a morte de 23 urubus e 16 gaviões carcará que comeram o material.”
Problemas discutidos	Não há discussão do problema, apenas a narração do fato.	
Soluções/alternativas apontadas	Não apresenta alternativa.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Local.	“Ele tem 30 dias de prazo para recorrer da multa à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, segundo informou o comandante do 1º Pelotão da Polícia Floresta de Araçatuba, tenente João Bezerra.”
Iniciativa do tema	A partir de registro de boletim de ocorrência.	O jornal tomou conhecimento do fato a partir do boletim de ocorrência.
Entrevistas realizadas	2 entrevistas.	1 veterinária e 1 tenente da Polícia Florestal.
Espaço destinado ao texto e imagem	2 colunas x 17 cm.	Matéria única com 1 foto.

**Polícia investiga espancamento de crianças.** *Folha da Região*, 5 de julho de 1990, p.9.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois aborda a violência contra a criança.	“O delegado de Birigüi, Wilian Sanches Lino, instaurou inquérito para apurar denúncia de espancamento contra a menor A.S.P., de 8 anos.”



<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Intenções	Divulgar o crime e contribuir de alguma forma na investigação.	“A.S.P. contou ao delegado Sanches Lino que fora surrada por sua mãe, Aparecida Sedano Pereira, e pelo padrasto Altino Martins Carvalho, que teriam utilizado um fio de ferro de passar roupas na agressão.”
Problemas discutidos	Espancamento de uma menina.	“Os fatos narrados pela menina despertaram sentimento de revolta nos policiais.”
Soluções/alternativas apontadas	Tutela provisória da criança.	“O comissário chefe do Cartório de Menores de Birigüi, Wagner Miwa, disse ontem que A.S.P. está ‘sob tutela provisória da Justiça de Menores’”.
Origem das informações (local ou nacional)	Regional.	“Aparecida Sedano Pereira, a mãe de A.S.P., foi processada pela Justiça da Comarca de Lucélia por ter espancado um menino que adota.”
Iniciativa do tema	A partir de instalação de inquérito policial.	O jornal buscou informações do ocorrido após conhecimento da instalação de inquérito policial.
Entrevistas realizadas	2 entrevistas.	1 delegado e 1 chefe do Cartório de Menores.
Espaço destinado ao texto e imagem	4 colunas x 18 cm.	Matéria única com 1 foto.

**Em seis meses deste ano, 457 crianças foram assassinadas.**  
*Folha da Região*, 8 de dezembro de 1990, p.9.

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Tema de interesse público	Interesse público local, pois aborda a violência contra a criança.	“De março a agosto deste ano, 457 crianças e adolescentes foram assassinados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, e a maioria foi executada por casos de extermínio.”
Intenções	Mostrar o levantamento realizado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.	“São dados levantados pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e apresentados durante a instalação da comissão que vai estudar, num prazo de trinta dias, medidas efetivas de combate a esse tipo de violência.”
Problemas discutidos	Assassinatos de crianças.	“‘É doloroso ver declarações da Anistia Internacional afirmando que o governo brasileiro resolve o problema da criança carente simplesmente eliminando-se’, lamentou Passarinho.”
Soluções/alternativas apontadas	Não aponta soluções.	

<b>Categorias</b>	<b>Análise do texto</b>	<b>Exemplos retirados do texto</b>
Origem das informações (local ou nacional)	Nacional.	“... das regiões metropolitanas de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, a capital pernambucana surge com índice de 5,7% de crianças e adolescentes assassinados, seguido de São Paulo 3,5% e o Rio de Janeiro com 4,9%.”
Iniciativa do tema	Matéria oriunda de agência de notícias.	
Entrevistas realizadas	1 entrevista.	1 Ministro da Justiça.
Espaço destinado ao texto e imagem	3 colunas x 16 cm.	Matéria única.

## Interpretação das reportagens

O segundo bloco de reportagens foi selecionado intencionalmente, com o objetivo de comparar os dois períodos (1990 e 2002). O primeiro momento marca a criação do ECA (Estatuto da Criança e da Adolescência), legislação vigente sobre direitos da criança e adolescência – aspecto importante para a interpretação desta análise de conteúdo. Tal comparação possibilitará a verificação dos principais pontos de evolução da abordagem realizada pela *Folha da Região* em temas envolvendo infância e adolescência.

Com um volume de 20 reportagens divididas nas áreas de saúde, educação e violência, o segundo bloco de notícias diferencia-se bastante do primeiro. Apesar de apresentar temas de interesse público local na maioria das matérias, o jornal não discute detalhadamente os temas. Por exemplo: em “Rapaz é espancado por gangue de trinta quando voltava de clube”, narra-se o fato da agressão e a forma como um motoqueiro socorreu o garoto. Esse problema, com as gangues juvenis violentando adolescentes es-

tava ocorrendo com certa frequência na cidade, como a própria *Folha da Região* publica em “Menor esfaqueado e outro surrado, as novas vítimas das gangues.” No entanto, não há um debate em torno da questão, mostra-se somente o fato e a investigação realizada pela polícia. A equipe de reportagem não se preocupa em entrevistar profissionais – policiais, psicólogos, entre outros – para orientar as famílias araçatubenses. Destaca-se que a voz predominante na reportagem é a da polícia, o que no mínimo torna a notícia parcial. A impressão que se tem é que, de fato, o jornal apenas está realizando uma mera transcrição de um boletim de ocorrência. A redução na interpretação compromete a qualidade da notícia e se perde uma oportunidade de iniciar um debate sobre a questão da violência juvenil, tema de sumo interesse para a cidade.

Em várias notícias, observa-se a falta de discussão de um problema, bem como a proposta de alternativas ou soluções. “Conselho de Menores desconhece entidade” e “Menor provoca morte de urubus e gaviões” exemplificam a exposição do fato por parte do impresso e a falta de ampliar a discussão da problemática que envolve a notícia publicada. Sem pretender esgotar a discussão, nem cair em redundância, as matérias poderiam render muito mais, caso fosse realizada uma investigação mais detalhada sobre esses assuntos. Apenas para ilustrar, na notícia da morte dos animais, itens de sumo interesse como identificar o tipo de veneno usado – aferir sua legalidade ou não – o perigo de ser usado pela criança ou a agressão ao meio ambiente não aparecem na matéria. Prioriza-se mais o inusitado do acontecimento do que a preocupação na compreensão e desdobramento do mesmo. Não resta dúvida que essa questão é pública por envolver o meio ambiente e por perder uma oportunidade no sentido de alertar sobre o cuidado com os agrotóxicos.

A não ampliação de uma questão que surge com a veiculação de um fato na imprensa justifica o pequeno número de entrevistas realizadas por matéria jornalística, uma média de 1,6. Em “Crianças devem receber hoje a 2ª dose antipólio”, as informações

parecem retiradas de release<sup>5</sup>, uma vez que não se realizam entrevistas ou se adotam outras providências para a confirmação de informações. Embora a notícia surja como serviço de utilidade pública, o periódico poderia ter abordado outros aspectos, como a importância da vacinação e as conseqüências possíveis para as crianças que não são imunizadas. Nesse caso, publicam-se basicamente os endereços dos postos de vacinação nos municípios da região de Araçatuba.

O fato de escutar opiniões e visões não pode ser visto, apenas, como uma forma dos jornalistas se isentarem da sua responsabilidade dando voz ou abrindo o espaço para que outros falem. No caso do jornalismo regional, como é o caso que estamos mostrando, as entrevistas ajudam no esclarecimento de temas e permitem que outras visões possam ser colocadas no sentido de ajudar na procura de soluções tanto públicas como institucionais. Isso pode ocorrer com o jornalismo de abrangência estadual ou nacional, não se tem dúvida disso. Entretanto, o prestígio de profissionais locais repercute com grande intensidade nos municípios. Ao omitir esse tipo de recurso, a notícia fica mais ‘mecânica’, neutra, com grandes possibilidades de cair no esquecimento de maneira bastante rápida.

“Escola Municipal Infantil construída pela Araçatenge merece elogios da Administração” é a matéria com o maior número de entrevistas, o que não significa que o jornal debateu temas de interesse público – necessidade de construção de novas escolas, melhoria da estrutura do ensino, etc. Priorizou-se o interesse privado da construtora responsável pela obra da escola inaugurada, por isso entrevistaram-se os dois sócios da empresa, bem como a

---

<sup>5</sup> *Releases* ou *press-releases* são notícias institucionais encaminhadas de assessorias de imprensa para as redações de jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão, como o objetivo de divulgar um evento, projeto ou o que for de interesse do assessorado. Sobre esse assunto, ver KOPPLIN, Elisa; FERRARETTO, Luiz Artur. **Assessoria de imprensa: teoria e prática**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2001. e CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de comunicação – como fazer**. São Paulo: Summus, 2003.

prefeita e o secretário de Assuntos Gerais. Se o propósito do impresso fosse divulgar a inauguração da escola, bastaria uma foto legenda e não haveria necessidade de preparar uma notícia voltada para o interesse particular de alguns com a publicação de três fotografias. Nesse caso, parece evidente a aliança de interesses da iniciativa privada com o jornal. No mínimo resulta estranheza o fato de se priorizar a empresa do que a inauguração da escola. Nessa situação, emerge a questão dos interesses particulares usarem o jornal para mostrar suas atividades e compromissos com “o social”. Pensando na matéria, dúvidas bastante pertinentes surgem: a empresa tinha ligação com o poder público local ou estadual? A construção reflete os pressupostos de condições pedagógicas? A notícia não promoveria a empresa? Em suma, abre-se margem para justificar o caráter de submissão e dependência do jornal local a interesse de grupos e não da comunidade.

O espaço destinado às reportagens são restritos a aproximadamente 1/5 de uma página de jornal, sendo que nenhuma matéria apresenta retranca – mais um indício de que não se discutia os temas amplamente. “Secundaristas recolhem alimentos para creche” ocupa 2 colunas por 14 centímetros, incluindo neste espaço a publicação de uma fotográfica dos estudantes. Esses dados comprovam o pouco interesse do jornal com essas questões. Não que se possa estabelecer uma relação direta entre espaço e interesse. A qualidade na notícia implica em outros componentes. Entretanto, na medida que se abrem páginas para debater temas sociais as possibilidades de iniciar uma discussão e alertar a comunidade sobre temas polêmicos existem. Pelo que se pode observar isso não ocorreu nesse momento na *Folha da Região*.

Na área de violência envolvendo crianças e adolescentes, a maioria das reportagens originou-se de registros de boletins de ocorrência, ou seja, o fato tornava-se conhecido pelo jornal durante checagem policial realizada por todos os diários. Portanto, relatavam-se os fatos e entrevistava-se o delegado na maior parte das vezes. Um exemplo é “Polícia investiga espancamento de cri-

ança”, cujo texto mostra a investigação instaurada pelo delegado de Birigüi para verificar violência contra uma garota.

Duas reportagens sobre educação, “Alunos de Aracanguá protestam contra a extinção de curso” e “Escolas estaduais enfrentam problemas com falta de vagas” apresentam discussão de problemas locais, no entanto, ainda falta ampliação do tema com profissionais especializados. Outro ponto relevante: o jornal não mostra alternativas nem mesmo questiona as autoridades competentes. Isso significa que existe apenas a exposição da problemática. Novamente nos encontramos diante de uma situação na qual a relação entre jornal e manutenção do *status quo* parece vigorar. A omissão ou a falta de informações reflete de maneira direta na comunidade, que se vê privada de subsídios para iniciar os questionamentos e reflexões sobre sua região.

A seguir, para completar a proposta desta análise de conteúdo, apresenta-se a comparação interpretativa entre os blocos de reportagens – o que certamente também trará grande contribuição para entender as diferenças existentes entre os dois momentos selecionados para o estudo no trabalho.

### **4.3 Comparação analítica**

Com o objetivo de finalizar a análise de conteúdo sobre dois períodos de publicação da *Folha da Região* de Araçatuba, realiza-se neste item a comparação entre ambos os blocos de reportagens selecionados como objetos de estudo. Os pontos comparativos também servirão como elementos para verificação, ou não, das hipóteses propostas.

Comparar-se-ão os seguintes aspectos: a forma de abordagem dos problemas apontados na notícia; intenções ao trabalhar determinado assunto; o agendamento de temas locais e regionais; a quantidade e a qualidade das entrevistas realizadas e o espaço destinado às matérias e fotografias.

Conforme a tabulação das informações apresentadas, verifica-

se que a maioria dos temas abordados nos dois blocos constitui-se, de alguma forma, ser de interesse público local ou regional, com exceção de “Escola Municipal Infantil construída pela Araçatenge merece elogios da Administração”. Ao realizar a cobertura do evento, o jornal inclui interesses particulares dos empresários da construtora e da prefeitura, o que fica claro no seguinte trecho:

A primeira obra pública construída pela Araçatenge Engenharia e Construções Ltda, dos engenheiros José Gilberto Pereira de Campos e Antonio Sérgio Rodrigues de Macedo, mereceu elogios da prefeita Germínia Venturolli e do secretário especial de Assuntos Gerais, Sylvio José Venturolli, durante a inauguração anteontem à noite: a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) ‘Lucilene do Nascimento’, no Jardim São José. (FOLHA DA REGIÃO, 1990:10)

Apesar de divulgar em determinadas matérias alguns programas do governo federal, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Programa de Humanização do Parto, a *Folha da Região* procura abordar assuntos de interesse público nas reportagens publicadas em 2002, sem privilegiar interesses próprios, de empresários ou da administração pública.

Os assuntos de interesse público agendados no segundo bloco de reportagens não são discutidos amplamente, ao contrário do que se apresenta no primeiro bloco – em que as retrancas complementam com subtemas relacionados ao problema principal em discussão na matéria. Para melhor identificação comparativa, expõem-se as seguintes reportagens referentes respectivamente ao primeiro e segundo blocos: “Drogas e prostituição na Rui Barbosa” e “Menino de 9 anos mata pai a tiros”. Na primeira, debate-se a prostituição de menores na cidade com a realização de entrevistas de familiares ou pessoas envolvidas e profissionais especializados (delegada da DDM, representante do Conselho Tutelar, entre outros). Já na segunda, narra-se o ocorrido sem discutir o problema da violência na infância.



Vale ressaltar que nas reportagens como “Drogas e prostituição na Rui Barbosa” e “Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos” realizou-se um trabalho investigativo para flagrar o trabalho infantil e a prostituição de garotas no centro da cidade – as fotografias comprovam o flagrante – bem como para descrever com pormenores as atividades irregulares desempenhadas pelos adolescentes. Esse tipo de abordagem investigativa demanda além de tempo demasiado para uma produção diária, disponibilização de recursos e pessoal e, sobretudo, o jornal fornecer um espaço para a discussão de determinados temas polêmicos e que envolvam direitos humanos.

As intenções do impresso, conforme os diferentes períodos analisados, mostram-se peculiares, uma vez que no primeiro bloco pretende-se informar a comunidade em relação a algum problema e discutir questões sociais – qualidade de ensino, sistema de ensino, saúde bucal na infância, trabalho infantil, etc – em detrimento da intenção de divulgar fatos registrados em boletins de ocorrência ou informações originadas de releases, que chegam facilmente às redações. Essas interpretações são possíveis e justificadas pelo número de entrevistas realizadas por matéria. No primeiro bloco, a média de entrevistas é de 5,6, enquanto que, no segundo, 1,6.

Pode-se afirmar que o agendamento de temas privilegia assuntos locais e regionais. Alguns assuntos também apresentam interesse público nacional, por isso há a abordagem localizada do problema, como é caso de “Jovens não temem dependência de álcool”. O alcoolismo na juventude demanda interesse público nacional, regional e local.

O espaço destinado a cada reportagem do primeiro bloco é de uma página, incluindo as fotografias. Isso ocorre em função da proposta jornalística de debater de forma mais amplificada os temas agendados. No segundo bloco, no entanto, o espaço varia conforme a notícia. Exemplo: “Alunos de Aracanguá protestam conta a extinção de curso” ocupa 3 colunas por 14 centímetros.

Uma página reservada para a abordagem de um tema especí-

fico, seja sistema de ensino, trabalho infantil ou educação e meio ambiente, possibilita a participação das pessoas envolvidas, que raramente têm oportunidade de serem “ouvidas” por um meio de comunicação, bem como terem o jornal como seu representante – mediador – frente ao poder público.

A comparação também propicia a afirmação de que a imprensa regional, especificamente a *Folha da Região*, evoluiu gráfica e tecnicamente. Hoje o diário é colorido, abre um espaço maior para o debate de temas de interesse público local e regional e é dono de uma abordagem (incluindo aqui a técnica jornalística) voltada para sua comunidade.

## Considerações finais

Pesquisar o tema imprensa regional e a construção da cidadania tendo a *Folha da Região* de Araçatuba como objeto de estudo resultou em algumas considerações relevantes sobre a função do jornal local nos municípios paulistas, especialmente naqueles distantes da capital onde o impresso regional torna-se responsável por abordar problemas e questões comunitárias.

Com base na *agenda-setting*, de Maxwell McCombs e Donald Shaw, verificou-se uma das hipóteses propostas nesta dissertação – se a imprensa regional aborda temas de interesse público local. Conforme a análise de conteúdo dos dois blocos de reportagens da *Folha da Região*, referentes à série “Meninos e Meninas” de 2002 e às matérias publicadas em 1990, a hipótese se confirma. De 38 textos jornalísticos analisados, somente um apresenta interesses particulares e da prefeitura, intitulado “Escola Municipal Infantil construída pela Araçatenge merece elogios da administração”. Nesse caso, privilegiam-se as falas de dois sócios da construtora responsável pela obra da escola, bem como as da prefeita em exercício em 1990, em detrimento da discussão de interesse público em torno da questão, como estrutura do prédio, equipamentos e materiais pedagógicos disponibilizados para a nova escola e a necessidade de construção de mais prédios escolares.

Destaca-se, no segundo bloco de reportagens, o número de notícias que surgiram a partir de boletins de ocorrência sem uma investigação e abordagem mais ampliada. Assuntos, como agressão provocada por gangues juvenis e espancamento de criança, são apenas divulgados pelo jornal, excluindo a possibilidade de

debate público por meio de entrevistas de profissionais e representantes de entidades – o que provavelmente aumentaria “as vozes” presentes no corpo da notícia.

Vale ressaltar, no entanto, que no primeiro bloco de reportagens discutem-se vários temas de forma amplificada, tanto na área de saúde e educação quanto na abordagem sobre violência e trabalho infantil. Cada reportagem ocupa uma página, desmembrando o assunto em retrancas com a publicação de fotografias. Nota-se, sobretudo, a presença da reportagem investigativa, principalmente nos casos de trabalho infantil e prostituição de menores. Além de descrever um retrato da realidade das crianças trabalhadoras, trava-se um debate público sobre as causas, as conseqüências e as alternativas envolvendo os temas. Esses exemplos ratificam a importância do jornalismo regional para as comunidades locais. Isso quer dizer que a imprensa regional torna-se responsável por verificar questões próximas, incluindo problemas sociais, utilidades públicas e fiscalização do poder público – que Camponez (2002) denomina de “jornalismo de proximidade”.

Os meios de comunicação participam da, ou influencia a, construção da realidade econômica, política e cultura da sociedade. Na imprensa regional, esse processo envolve direta e indiretamente as comunidades locais. Dito de outro modo, o jornal local tem função mediadora ao transmitir os problemas dos representados aos representantes e cobrar, a partir daí, alguma posição ou decisão do poder público.

A *Folha da Região* desempenhou esse papel, por exemplo, ao abordar a prostituição de menores numa praça do Centro de Araçatuba. A mãe da garota que saiu da casa da família para se prostituir procura auxílio na DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) e no jornal com o objetivo de “recuperar” a filha. Nesse caso especificamente, pode-se afirmar que o impresso surge como representante político da classe trabalhadora – outra hipótese proposta por esta dissertação, considerando que, apesar de apresentar a fala apenas dela, a mãe representa o universo de outras mulheres, mães de meninas entregues à prostituição. Conforme lembra

Miguel (2003), a mídia pode ser considerada um representante político ao determinar os temas agendados e ao incentivar o exercício da cidadania por meio da participação do debate público. Aqui, cabe a seguinte consideração: um acontecimento midiático pode surgir em “duplo sentido”, como acontecimento que se impõe aos meios de comunicação e como acontecimento imposto pela mídia à opinião pública.

Os aspectos apresentados até aqui levam a comprovação da terceira hipótese – se a *Folha da Região* evoluiu técnica e graficamente nos últimos 15 anos. Com relação às técnicas jornalísticas, incluindo o processo de reportagem, verificação e edição das informações, registra-se uma mudança no que diz respeito ao modo de abordagem dos temas sociais e reconhecimento da importância de assuntos de interesse público. A evolução gráfica é marcada pela melhora da qualidade da impressão do jornal, que passou de preto e branco para quatro cores, bem como pela reformulação do projeto de layout da *Folha da Região*.

A confirmação das hipóteses desta dissertação nos leva a crer que o trabalho desempenhado pela imprensa regional, especialmente no caso da *Folha da Região* de Araçatuba, contribui para o incentivo da participação no debate público e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania. Desta maneira, colocam-se em cheque, pelo menos no caso do jornal estudado, afirmações contrárias às expostas ao longo desta dissertação e relacionadas com a submissão do jornal aos interesses particulares, notadamente no denominado jornalismo regional.

Não pretendemos, com isso, afirmar que essa seja a tônica predominante na realidade brasileira. Entretanto, parece evidente que na medida em que se avança no campo social no âmbito da federação, como no caso da implementação do ECA, os temas antes pouco tratados ou parcialmente estudados, como ficou claro nesta dissertação, ganham destaque e a sociedade passa a ter maior número de elementos para compreender, avaliar e interpretar sua realidade social. O trabalho realizado comprova que o jornalismo social, engajado na luta pela cidadania e na defesa dos interesses

dos menos favorecidos, tem espaço garantido, mesmo nos municípios onde, pela sua trajetória, as associações de interesses das classes dirigentes e dos proprietários dos meios de comunicação andem muito próximo. Sinais de mudança? Pensamos que sim, pelo menos é o que comprova o trabalho realizado.

## Referências

- BARDIN, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Presença.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista e FERES, Glória Georges. (2002) *Recomendações para a padronização na apresentação das dissertações e teses*. Bauru: Unesp, FAAC, Programa de pós-graduação em Comunicação.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. (2001) *A construção social da realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- BOURDIN, Alain. (2001) *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e GRAU, Nuria Cunill (orgs.). (1999) *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- CABRAL, Manuel Villaverde. (2003) *O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p.31-60.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. (1988) *Representação política*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática.

- CAMPONEZ, Carlos. (2002) *Jornalismo de proximidade – Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva.
- CANCLINI, Nestor García. (2002) *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. In: *Opinião Pública*. Campinas, v.8, n.1.
- COSTA, Sergio. (1997) *Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil*. In: *Centro de Estudos Latino-Americanos*, Rio de Janeiro, p.117-137.
- DIJK, Tean A. van. (1996) *La noticia como discurso – comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós Comunicação.
- ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). Lei Federal nº 8,069/1990, de 13 de julho de 1990.
- ECO, Umberto.(1980) *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- ENTMAN, Robert. (1993) *Framing: Toward clarification of a fractured paradigm*. In: *Journal of Communication*, v. 43, n.4, p. 51-58.
- ENTMAN, Robert. (1991) *Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidents*. In: *Journal of Communication*, v.41, n. 4, p. 6-27.
- ERBOLATO, Mário L. (2003) *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Editora Ática.
- FARR, Robert M (1995). *Representações sociais: a teoria e sua história*. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p 31-59.



- FILHO, Pinheiro Fernando. (2004) A noção de representação em Durkheim. In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 61.
- FREITAS, Henrique e JANISSEK, Raquel. *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sphinx: Editora Saga Luzzatto, 2000.
- GENTILLI, Victor. (2002) O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. In: *Revista Famecos – Mídia, cultura e tecnologia*, Faculdade de Comunicação Social – PUC Rio Grande do Sul, n. 19, p. 41-55.
- GEORGE, Pierre. (1969) *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro: Forense.
- HABERMAS, Jürgen. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HOHLFELDT, A., MARTINO, L. E FRANÇA, V (orgs.). (2001) *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. (2003) *Os elementos do jornalismo – o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.
- LIMA, Venício A. (2001) *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, Venicio A. (1996) *Os mídia e o cenário de representação da política*. In: *Lua Nova – revista de cultura e política*, n. 38, p. 239-271.
- LOPES, Dirceu Fernandes. (1998) *Em busca do perfil do jornal do interior de São Paulo*. In: LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRINHO, José Coelho e PROENÇA, Luiz (orgs.). *A*

*evolução do jornalismo em São Paulo*. São Paulo: Edicon, ECA/USP, p. 105-117.

LOSNAK, Célio José. (2000) *Políticas da imprensa*. In: *Polifonia urbana: imagens e representações, Bauru – 1950/1980*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP.

MANIN, Bernard. (1995) *As metamorfoses do governo representativo*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 5-34.

MCCHESENEY, Robert W. (2003) *Mídia global, neoliberalismo e imperialismo*. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, p. 217-242.

MEDINA, Cremilda de Araújo. (1982) *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária.

MEKSENAS, Paulo. (2002) *Cidadania, poder e comunicação*. São Paulo: Cortez.

MIÈGE, Bernard. (2003) *A multidimensionalidade da comunicação*. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, p.13-28.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003a) *Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 123-140.

MINAYO, Maria C. S. (2000) *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.) *Textos em representações sociais*. 6.ed. Petrópolis, RJ: VOZES, p. 96-111.

- MONTEIRO, Sérgio do Rego. (2001) *A força da mídia no interior*. In: *Seminário de Comunicação Banco do Brasil – Espaços na mídia: história, cultura e esporte*. Brasília: Banco do Brasil, p. 218-224.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. (2002) *Explorações epistemológicas sobre uma antropologia da notícia*. In: *Revista Famecos – Mídia, cultura e tecnologia*, Faculdade de Comunicação Social – PUC Rio Grande do Sul, n. 19, p.75-89.
- ORTET, Fernando. (1998) *A realidade do jornalismo do interior é desconhecida*. In: LOPES, Dirceu Fernandes; SOBRI-NHO, José Coelho e PROENÇA, Luiz (orgs.). *A evolução do jornalismo em São Paulo*. São Paulo: Edicon, ECA/USP, p. 121-133.
- PAVARINO, Rosana Nantes. (2003) *Teoria das representações sociais: pertinência para as pesquisas em comunicação de massa*. Trabalho apresentado no XXVI Congresso de Ciências da Comunicação (Intercom). Belo Horizonte/MG.
- PORTO, Mauro. (2002) *Enquadramentos da mídia e política*. Trabalho apresentado no 25º Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Salvador/BA.
- RAMONET, Ignácio. (2003) *O poder midiático*. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização, cultura e poder*. Rio de Janeiro: Record, p. 243-252.
- SANTOS, Fernando Sávio Rodrigues. (2002) *Implantação e consolidação dos sistemas de comunicação em Araçatuba*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. São Paulo.
- SENNET, Richard.(1995) *O declínio do homem público*, São Paulo: Companhia das Letras.

- SIGNATES, Luiz. (2002) *A desconstrução da notícia: um caso em FM CLASSE A*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 573-587.
- SILVA, Luis Martins. (2002) *Imprensa, discurso e interatividade*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 253-269.
- SODRÉ, Muniz. (2002) *Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis: Vozes.
- SOUZA, Jessé Hosé Freire. (1998) *De Goethe a Habermas: auto formação e esfera pública*. In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 43, p. 24-57.
- TÉTU, Jean-François. (2002) *A informação local: espaço público local e suas mediações*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 431-448.
- THOMPSON, John. (1998) *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.
- TRAQUINA, Nelson. (2003) *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- VENCESLAU, Pedro. (2004) *O poder do interior paulista*. In: *Revista Imprensa*, n.º 195, p. 58-64.
- WOLF, Mauro. (1987) *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Proença.
- WOLTON, Dominique. (1995) *As contradições do espaço público mediatizado*. In: MESQUITA, Mário, *Revista Comunicação & Linguagens*, n.º 21-22, Lisboa, Cosmos, p. 167-188.

## **Sitiografia**

- CARVALHEIRO, José Ricardo. (1996) *Os media e os poderes locais*. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=carvalheiro-ricardo-Media-poder.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=carvalheiro-ricardo-Media-poder.html) (acesso em 17/05/2004)
- CASTILHO, Carlos. (1997) *Jornalismo público*. In: *Boletim, nº 15, Instituto Gutenberg*. Disponível em <<http://www.igutenberg.org/casti15.html>> (acesso em 12/02/2004)
- CORREIA, João Carlos. (1998) *Jornalismo regional e cidadania*. Universidade da Beira Interior. Disponível em <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia\\_espaco.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/jcorreia_espaco.html)> (acesso em 08/06/2003).
- CORREIA, João Carlos. (1997) *Jornalismo e espaço público*. Universidade da Beira Interior. Disponível em <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=jcorreia\\_jornalismo.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=jcorreia_jornalismo.html)> (acesso em 14/02/2004)
- CORREIA, João Carlos.(1998) *A região e o espaço público: um contributo crítico*. Universidade da Beira Interior. Disponível em <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=jcorreia\\_espaco.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=jcorreia_espaco.html)> (acesso em 08/06/2003)
- DINES, Alberto. (2004) *Do totalitarismo à democratização dos meios*. In: *Observatório da Imprensa*. Disponível em [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br), publicado em 27/7/2004
- DORNELLES, Beatriz. (2004) *Características de jornais e leitores interioranos no final do século 20*. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/dornelles-beatriz-jornais-interioranos.pdf>>(acesso em 13/09/2004)
- MIGUEL, Luis Felipe. (2003b) *Os meios de comunicação e a prática política*. In: *Lua Nova – revista de cultura e política*,

n. 55. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> (acesso em 04/06/2003).

PEREIRA, Fabiana. (2003) *Formas recentes da prática jornalística: reflexões sobre imprensa, ONG's, infância e adolescência*. Universidade da Beira Interior. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabiana-formas-recentes-pratica-jornalistica.pdf>> (acesso em 19/02/2004)

RICCORDI, Paulo de Tarso. (2002) *Poder público e comunicação comunitária*. Publicado em 24 de outubro de 2002. Disponível em <[http://www.obore.com/cgi-local/artigos.pl?mostrear&artigo\\_1](http://www.obore.com/cgi-local/artigos.pl?mostrear&artigo_1)> (acesso em 02/12/2002).

SOUSA, Jorge Pedro.(1999) *As notícias e os seus efeitos: as "teorias" do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html](http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html)>. (acesso em 17/08/2002).

TESTART, Jacques. (2004) *A força do debate público*. In: *Le Monde Diplomatic*, Edição Brasileira, ano 5, n. 59. Disponível em <<http://www.diplo.com.br/aberto/anteriores.htm>> (acesso em 18/12/2004).

ROSEN, Jay. *Perspectivas sobre las noticias*. Disponível em <<http://civnet.org/civitas/panam/rosen1/rosen1c.htm>> (acesso em 12/02/2004).

## E-mail

MARINI, Wilson. (2005) *Publicação eletrônica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[juliana\\_colussi@yahoo.com.br](mailto:juliana_colussi@yahoo.com.br)> em 22 de janeiro.

## **Periódicos**

*Folha da Região*, Edição Especial “Folha 30 Anos”, 11 de junho de 2002.

*Folha da Região*, “Folha 31 anos”, 11 de junho de 2003.

*Bebê pode ter sido sepultado com vida*. *Folha da Região*, 18 de janeiro de 1990, p.4.

*Alunos de Aracanguá protestam contra a extinção de curso*. *Folha da Região*, 15 de março de 1990, p. 4.

*Escolas estaduais enfrentam problemas com falta de vagas*. *Folha da Região*, 7 de março de 1990, p. 5.

*Rapaz espancado com ripas cheias de pregos*. *Folha da Região*, 1º de maio de 1990, p.3.

*Menor esfaqueado e outro surrado, as novas vítimas das gangues*. *Folha da Região*, 8 de maio de 1990, p.5.

*Secundaristas recolhem alimentos para creches*. *Folha da Região*, 9 de maio de 1990, p.4.

*Escola Municipal Infantil construída pela Araçatenge merece elogios da Administração*. *Folha da Região*, 20 de maio de 1990 p. 10.

*Conselho de Menores desconhece entidade*. *Folha da Região*, 24 de maio de 1990, p.6.

*Fundação Mirim orienta e envia menores ao mercado de trabalho*. *Folha da Região*, 6 de junho de 1990.

*Vacinação contra a poliomelite*. *Folha da Região*, 9 de junho de 1990.

*Família procura menino desaparecido*. *Folha da Região*, 9 de junho de 1990, p.5.

- Menor provoca morte de urubus e gaviões.* Folha da Região, 21 de junho de 1990, p.3.
- Acidente com pipa faz criança perder braço.* Folha da Região, 30 de junho de 1990.
- Polícia investiga espancamento de crianças.* Folha da Região, 5 de julho de 1990, p.9.
- Crianças de Poá visitam fábrica da Coca-Cola.* Folha da Região, 13 de julho de 1990, p. 4.
- Febre mata crianças em Valparaíso e saúde admite risco de um surto.* Folha da Região, 4 de setembro de 1990, p.4.
- Crianças devem receber hoje a 2ª dose antipólio.* Folha da Região, 22 de setembro de 1990, p.5.
- Crianças morrem com sintomas de meningite em Araçatuba.* Folha da Região, 5 de dezembro de 1990, p. 6.
- Em seis meses deste ano, 457 crianças foram assassinadas.* Folha da Região, 8 de dezembro de 1990, p.9.
- Pré-escolas presenteiam crianças com brinquedos.* Folha da Região, 15 de dezembro de 1990, p.6.
- Olarias de Penápolis e Barbosa empregam menores de 16 anos.* Folha da Região, 27 de fevereiro de 2002, p. B-6.
- Crianças buscam no lixo a sobrevivência.* Folha da Região, 6 de março de 2002, p. B-5.
- Trabalho infantil pede mobilização social.* Folha da Região, 13 de março de 2002, p. B-6.
- Educar é construir inteligência.* Folha da Região, 20 de março de 2002, p. B-6.



*Reprovação dá lugar a recuperação.* Folha da Região, 27 de março de 2002, p.B-6

*TV e Internet também ajudam a educar.* Folha da Região, 3 de abril de 2002, p.B-6

*Pais recorrem à violência para educar.* Folha da Região, 17 de abril de 2002, p. B-5.

*Drogas e prostituição na Rui Barbosa.* Folha da Região, 24 de abril de 2002, p. B-6.

*Arte é estímulo para aprendizado.* Folha da Região, 1 de maio de 2002, p.B-5.

*Saúde da boca começa com prevenção desde a gestação.* Folha da Região, 8 de maio de 2002, p. B-6.

*Incentivo à leitura deve ser lúdico.* Folha da Região, 15 de maio de 2002, p.B-6.

*Esportes contribuem para o desenvolvimento global.* Folha da Região, 22 de maio de 2002, p. B-5.

*Cidades fazem balanço do Peti na região.* Folha da Região, 29 de maio de 2002, p. B-5.

*Jovens não temem dependência de álcool.* Folha da Região, 12 de junho de 2002, p. B-6.

*Humanização do parto reduz riscos.* Folha da Região, 19 de junho de 2002, p. B-6.

*Ação de empresas se volta à criança.* Folha da Região, 3 de julho de 2002, p. B-5

*Projetos ambientais reforçam educação.* Folha da Região, 10 de julho de 2002, p. B-6.

*Alimentação da criança exige cuidados.* Folha da Região, 17 de julho de 2002, p. B-6.

*Brincadeiras perdem espaço para a Internet.* Folha da Região, 24 de julho de 2002, p. B-5.

*Cai índice de violência nas escolas.* Folha da Região, 24 de julho de 2002, p. B-6.

*Infância na mídia.* Pesquisa Andi/ IAS, Ano 6, número 11, setembro de 2001.

*Infância na mídia.* Pesquisa Andi/ IAS, Ano 7, número 12, março de 2002.